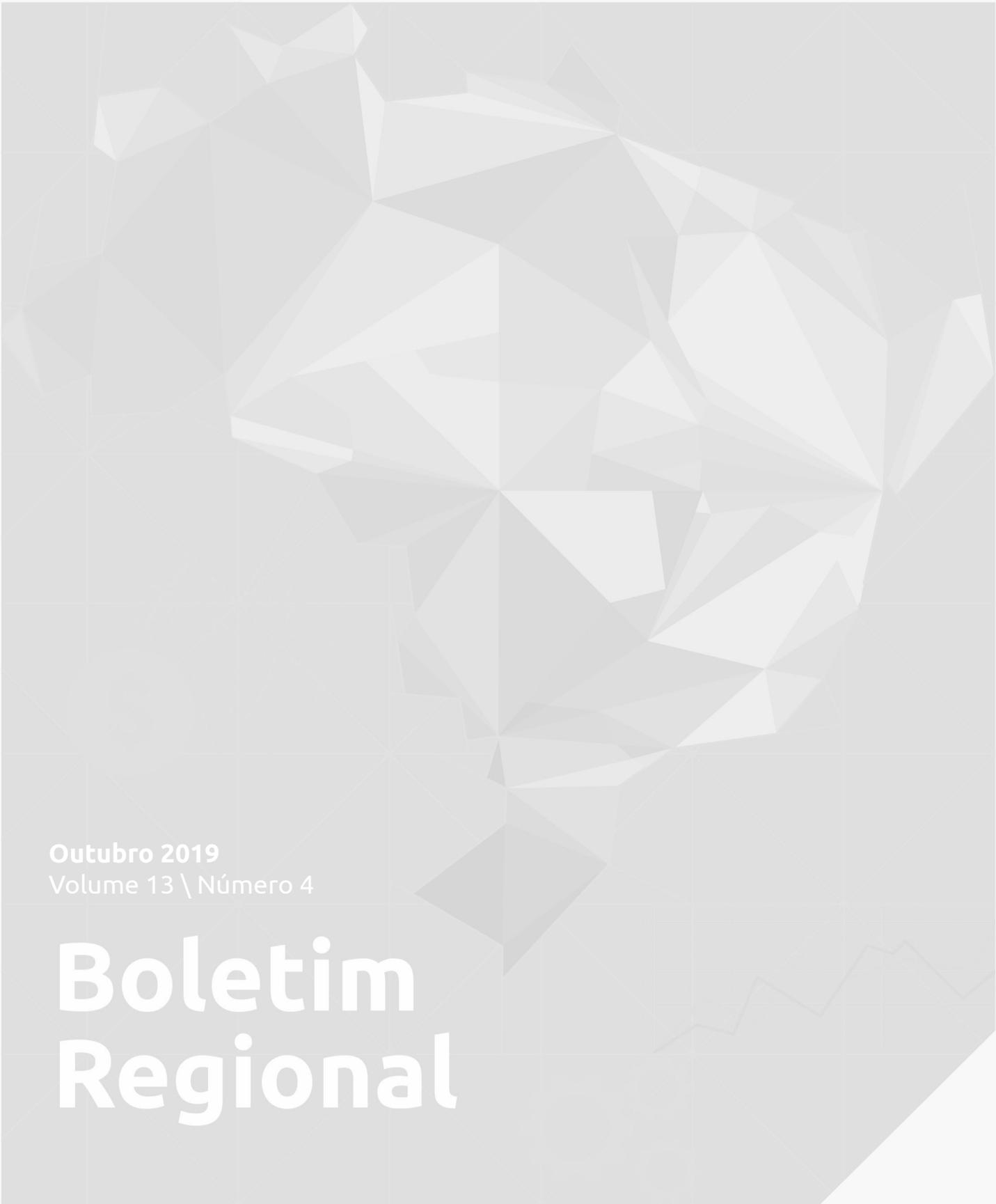




Outubro 2019
Volume 13 \ Número 4

Boletim Regional





Outubro 2019
Volume 13 \ Número 4

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bc.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará (*e-mail*: pa.depec@bc.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Nordeste (*e-mail*: pe.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bc.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará (*e-mail*: ce.depec@bc.gov.br),

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bc.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Norte e Sul (*e-mail*: rs.depec@bc.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bc.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1061

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 13, n. 4.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <<http://www.bcb.gov.br/?ATENDIMENTO>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	19
Ceará _____	23
Pernambuco _____	26
Região Centro-Oeste	31
Região Sudeste	37
Minas Gerais _____	41
Rio de Janeiro _____	46
São Paulo _____	50
Região Sul	55
Paraná _____	61
Rio Grande do Sul _____	66
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	71
Boxes	
Produtividade do trabalho e as horas trabalhadas _____	77
Economia paraense _____	80
Apêndice	87

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

O comportamento recente dos indicadores de atividade econômica evidencia a recuperação gradual da economia em curso. Regionalmente, observa-se maior convergência nas trajetórias das principais variáveis de acompanhamento de conjuntura, sugerindo processo de expansão mais sustentado. A despeito desse movimento, a economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção em todas as regiões.

A atividade econômica no Norte, que na edição anterior deste Boletim Regional se destacara pelo recuo da indústria extrativa, repercutiu a retomada do dinamismo nesse segmento no trimestre encerrado em agosto – o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) cresceu 4,7%. Adicionalmente, o desempenho refletiu, em parte, a continuidade da expansão das vendas do comércio e da produção do Polo Industrial de Manaus.

Os indicadores de atividade econômica do Nordeste evidenciam ritmo de expansão mais moderado comparativamente às demais regiões. O desempenho ocorre em cenário de expansão do crédito, neutralizado, parcialmente, pela retração do parque fabril e das exportações. O mercado de trabalho segue em recuperação gradual, com geração de postos de trabalhos formais, sobressaindo a construção civil, que gerou 11,8 mil empregos. Para os próximos trimestres, a evolução positiva da confiança dos empresários, em ambiente benigno de preços, e os estímulos da liberação do FGTS devem contribuir para maior crescimento.

No Centro-Oeste, a colheita da safra de inverno, como antecipado no Boletim Regional anterior, impulsionou o nível de atividade na região, não apenas pelo efeito direto do setor, como também pelos desdobramentos das atividades associadas à cadeia de valor do agronegócio, especialmente os segmentos de transporte e comércio. Espera-se, ainda, impulsos na indústria de alimentos nos próximos meses, à medida em que houver o processamento de parte da safra. Nesse cenário, o

IBCR-CO expandiu 2,0% no trimestre encerrado em agosto, considerando a série com ajuste sazonal, superando o crescimento das demais regiões

A trajetória recente dos indicadores econômicos do Sudeste apresentou comportamento compatível com o processo de recuperação gradual da atividade econômica. O desempenho no trimestre encerrado em agosto refletiu o crescimento consistente do comércio e as evoluções moderadas dos mercados de trabalho e de crédito, haja vista a estabilidade da produção industrial e do volume de serviços prestados. No setor industrial, a retomada da produção extrativa no trimestre – com forte alta na extração de petróleo – condicionou a estabilidade, tendo em vista a redução na transformação (automotiva e metalurgia). Adicionalmente, o setor de construção tem se destacado na geração de emprego, sugerindo crescimento mais sustentado do segmento. Nesse contexto, o avanço nas reformas e nos ajustes necessários na economia nacional, as taxas de juros em patamares historicamente baixos e a inflação em níveis confortáveis tendem a consolidar o processo de crescimento da economia na região nos próximos trimestres.

O nível de atividade econômica do Sul manteve processo de recuperação gradual, apesar de registrar o menor ritmo de expansão entre as regiões no trimestre encerrado em agosto, na série dessazonalizada dos IBCR. O resultado reflete, em parte, o menor efeito positivo das safras de verão, cujas colheitas foram majoritariamente apropriadas nos trimestres anteriores, e o impacto negativo das reduções da produção industrial – após quatro trimestres de crescimento – e da prestação de serviços. No mercado de trabalho formal, observou-se reversão da evolução do emprego, que passou de dispensa de trabalhadores no trimestre até agosto de 2018 para ampliação do número de vagas em igual intervalo deste ano, resultado condicionado por aumento do emprego em serviços e na construção civil. Prospectivamente, a economia deve ser estimulada pelos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pela manutenção da inflação em patamar baixo e pela disponibilidade de crédito, em contexto de redução das taxas de juros.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

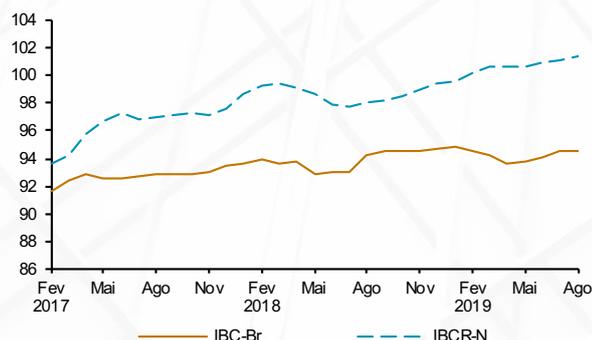
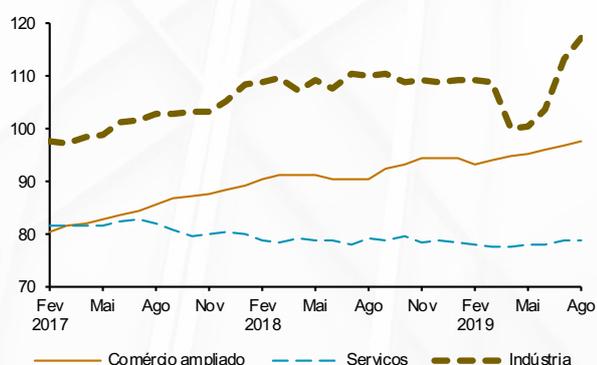


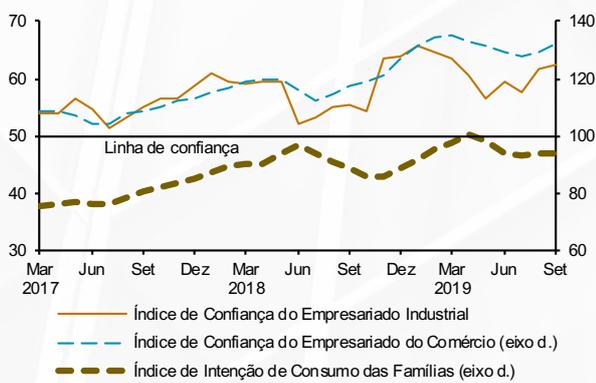
Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

A atividade econômica no Norte expandiu no trimestre encerrado em agosto, comportamento observado pelo quarto trimestre consecutivo. O desempenho na margem refletiu crescimento mais disseminado entre os segmentos, sugerindo cenário benigno para o desempenho da economia. Nesse sentido, o IBCR-N cresceu 0,8% no período, em relação ao trimestre encerrado em maio, quando crescera 0,5%, dados dessazonalizados. O resultado recente contou, principalmente, com a recuperação da indústria extrativa – o nível de atividade no Pará (IBCR-PA), mais vinculado ao desempenho do setor, cresceu 4,7% no trimestre. Adicionalmente, a atividade econômica foi beneficiada, em especial, pelas vendas do comércio na região e pelo dinamismo da indústria de transformação. Em doze meses, o IBCR-N cresceu 2,1% em agosto, ante 0,87% registrado pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) no mesmo período.

Em relação aos indicadores de demanda, observou-se crescimento de 2,5% no volume de vendas do comércio ampliado no trimestre finalizado em agosto, ante o encerrado em maio, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. A expansão das vendas se verificou em todos os estados da região, com destaque para o Amapá, 8,4%. Considerados dados acumulados em doze meses, o comércio ampliado aumentou 5,8%.

Dados do licenciamento de automóveis e comerciais leves da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), proxy das vendas no setor, indicam continuidade do crescimento. Em doze meses o número de licenciamentos subiu 10,4% até setembro, após crescer 20,0% em 2018. Na margem, houve aumento de 2,9% no terceiro trimestre, em relação ao imediatamente anterior (dados com ajuste sazonal), com destaque para os estados do Acre, Rondônia e Pará.

Estatísticas relacionadas à confiança de consumidores e empresários apontam, na margem, arrefecimento da expectativa da atividade do comércio. O índice

Tabela 1.1 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

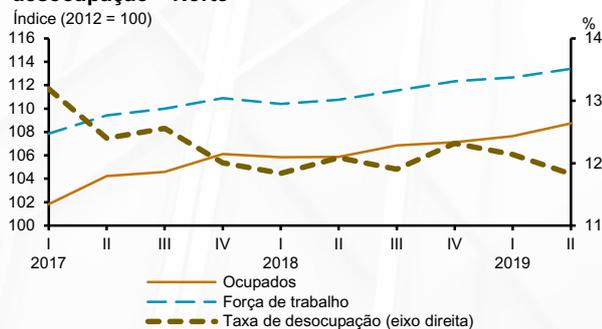
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	16,9	11,7	-15,1	1,9	21,7
Indústria de transformação	2,4	0,2	-1,7	1,0	2,9
Comércio	0,4	7,3	-0,7	-1,4	3,8
Serviços	3,1	5,1	0,5	3,4	4,5
Construção civil	8,7	-1,2	-9,8	-0,6	7,1
Agropecuária	2,0	0,3	-3,3	-0,7	2,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,5	0,0	-0,4	0,0	0,5
Outros ^{2/}	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,7

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 1.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Norte^{1/}

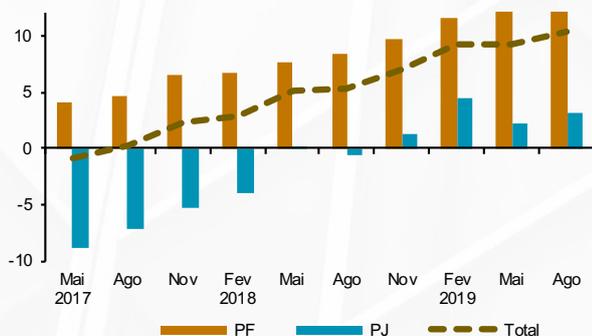


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

1/ 100 pontos indicam neutralidade.

de Intenção de Consumo das Famílias da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), recuou 3,6 pontos, alcançando média de 94 pontos no terceiro trimestre do ano. Em igual período, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu média de 130 pontos¹, 1,3 p.p. abaixo do alcançado no segundo trimestre, muito embora venha se mantendo em área de otimismo desde setembro de 2016.

No setor de serviços, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE indicaram maior dinamismo na margem, com aumento de 1,1% no trimestre encerrado em agosto, ante 0,2% no trimestre anterior, após ajuste sazonal. Apesar da expansão na margem, o volume de serviços recuou 1,1% nos últimos doze meses encerrados em agosto de 2019 (1,7% em igual intervalo até maio), sendo o Amazonas único estado da região a ter desempenho positivo no período (1,2%)

O mercado de trabalho regional apresenta recuperação. No trimestre até agosto, foram criados 21,7 mil empregos, ante 16,9 mil do mesmo período de 2018, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia, destacando os postos criados na construção civil, 7,1 mil, e na prestação de serviços, 4,5 mil. No acumulado do ano, o setor de serviços responde pela maior parte dos novos postos de trabalho (14,8 mil). Considerando dados isentos de influências sazonais, o nível de emprego cresceu 0,3% no trimestre até agosto, em relação ao encerrado em maio.

A taxa de desocupação no Norte atingiu 11,8% no segundo trimestre de 2019, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, comparativamente a 12,1% no mesmo período de 2018. A evolução decorreu do aumento mais intenso na população ocupada (2,7%) do que na força de trabalho (2,3%). Considerados dados com ajuste sazonal, a taxa de desocupação recuou 0,3 p.p. no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre deste ano. Na comparação interanual, o rendimento do trabalho recuou 2,3%, enquanto, no país, observou-se relativa estabilidade.

O mercado de crédito segue em expansão, porém com intensidades distintas entre os segmentos de pessoas jurídicas e físicas. Enquanto o crédito a pessoa jurídica (PJ) cresceu 3,1% em agosto na variação interanual, os empréstimos a pessoa física (PF) aumentaram 13,6%.

Tabela 1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Norte^{1/}
Variação interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Norte		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	22 109	24 867	12,5	7,4
Capital de giro	8 202	9 558	16,5	4,2
Financiamentos a exportação	3 984	3 929	-1,4	-1,8
Outros créditos livres	4 418	4 568	3,4	2,2
Títulos descontados	1 751	1 909	9,0	23,8
Direcionados	17 379	15 862	-8,7	-10,8
BNDDES	9 832	8 498	-13,6	-9,0
Financiamentos imobiliários	1 752	1 406	-19,8	-23,5
Outros créditos direcionados	5 344	5 450	2,0	-2,3

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 1.3 – Crédito a pessoas físicas – Norte^{1/}
Variação interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Norte		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	52 712	61 668	17,0	15,6
Cartão de crédito à vista	5 622	6 731	19,7	18,9
Crédito pessoal consignado	25 487	28 034	10,0	11,8
Crédito pessoal não consig.	6 928	8 619	24,4	18,5
Financiamentos de veículos	9 024	11 147	23,5	17,7
Direcionados	30 688	33 113	7,9	6,0
BNDDES	1 874	1 945	3,8	1,5
Financiamentos imobiliários	18 507	19 504	5,4	5,7
Financiamentos rurais	10 213	11 594	13,5	9,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 1.4 – Produção agrícola – Norte
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2018	2019	
Grãos ^{3/}	38,6	8 938	9 495	6,2
Soja	27,6	5 320	5 507	3,5
Milho	6,3	2 521	2 820	11,9
Arroz (em casca)	3,8	958	1 011	5,5
Outras lavouras				
Mandioca	16,9	6 394	7 442	16,4
Banana	5,5	899	872	-3,0
Cacau	5,3	122	119	-1,6
Café	3,3	146	153	5,2
Cana-de-açúcar	1,8	4 329	4 642	7,2
Laranja	1,0	280	323	15,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2019.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

As operações destinadas às empresas apresentam expansão das linhas com juros livremente contratados (12,5%), com destaque para o capital de giro, 16,5%. Em relação ao crédito direcionado, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os imobiliários seguem em retração ao longo de 2019 comparativamente ao ano anterior. A inadimplência média da carteira vem apresentando leve tendência de elevação, alcançando 3,8% no acumulado até agosto, ante 3,4% no mesmo período em 2018.

Em relação às operações com pessoas físicas, observa-se continuidade da expansão iniciada em 2017. No segmento livre, a linha de financiamento de veículos mantém aumentos a taxa superior a 20%, em linha com o aumento do das vendas de veículos observado no mesmo período. No segmento de crédito direcionado às famílias, destacaram-se os financiamentos rurais. Cabe ressaltar que, apesar do contínuo desempenho positivo do crédito a PF, a inadimplência média da carteira manteve-se em torno de 3,5% em 2019, inferior à de 2018 (3,7%).

Estatísticas relacionadas à oferta confirmam a continuidade no processo de expansão econômica da região, com desempenho positivo do setor primário, além da forte recuperação na margem do setor industrial.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro do IBGE estima produção de 9,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2019, aumento de 6,2% comparativamente à de 2018 (+557 mil toneladas), especialmente soja e milho, principais grãos produzidos na região.

A produção industrial cresceu 16,8% no trimestre finalizado em agosto, de acordo com os dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional) do IBGE. A indústria de transformação da região cresceu 1,7% no período, com destaque para a metalurgia no Pará e impressão e reprodução de gravações e fabricação de máquinas e equipamentos no Amazonas. No segmento extrativo, houve crescimento de 31,8%, após a normalização da produção de minério de ferro (no trimestre terminado em maio, a extrativa recuara 18,8%) e da maior demanda em decorrência da menor produção do produto em Minas Gerais. Considerados dados acumulados em doze meses, a indústria cresceu 1,4% em agosto, com alta de 4,0% na extrativa e recuo de 2,0% na transformação.

Tabela 1.5 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período		
		Mai ^{2/}		12 meses
			Ago ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-8,2	16,8	1,4
Indústrias extrativas	38,3	-18,8	31,8	4,0
Indústrias de transformação	61,7	2,4	1,7	-2,0
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	2,3	2,5	-5,9
Bebidas	10,4	4,3	-3,9	-5,6
Outros equip. transporte	8,4	-5,5	0,1	8,6
Produtos de metal	2,1	5,6	-9,6	4,4
Metalurgia	3,4	-1,3	34,9	-18,0
Produtos alimentícios	2,6	0,6	1,0	8,1
Prod. miner. não-metálicos	2,1	2,2	-4,1	-4,8
Produtos de madeira	1,2	-8,1	0,1	-8,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.6 – Comércio exterior – Norte

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	14 197	15 530	9,4
Básicos	11 740	13 042	11,1
Industrializados	2 457	2 488	1,3
Semimanufaturados	969	836	-13,8
Manufaturados ^{1/}	1 488	1 652	11,1
Importações	9 547	9 691	1,5
Bens de capital	694	705	1,7
Bens intermediários	7 700	8 025	4,2
Bens de consumo	434	389	-10,3
Combustíveis e lubrificantes	719	571	-20,6
Saldo comercial	4 650	5 839	25,6

Fonte: Ministério da Economia

1/ Inclui operações especiais.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 62,4 pontos em setembro, ante 59,3 pontos em junho, mantendo-se na região de otimismo² desde janeiro de 2017. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) das indústrias do Polo Industrial de Manaus atingiu 70,8% em agosto, mantendo elevada ociosidade, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam).

O *superavit* da balança comercial da região totalizou US\$3,1 bilhões no terceiro trimestre de 2019, 56,6% superior ao de igual período de 2018. A evolução refletiu, em especial, o expressivo aumento dos preços das exportações, 28,7%. A maior parte da pauta de exportações da região constituiu-se de produtos básicos (85,2%) representados principalmente pelas vendas de minério de ferro do Pará, que cresceram 58,1% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Os embarques de industrializados destacaram-se igualmente pelo crescimento de 41,2%, com contribuições tanto no Pará (53,1%) quanto no Amazonas (7,0%). As importações cresceram 6,6% no período, refletindo aumentos de 13,5% no *quantum* e queda de 6,0% no preço. No acumulado do ano até setembro, a China foi o principal parceiro comercial, tendo respondido por 44,1% das exportações da região e 35,1% das importações.

No âmbito fiscal, os governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Norte, à exceção do Pará, apresentaram ampliação do *superavit* primário consolidado em doze meses até agosto, ante o registrado em 2018. Desde março deste ano, o Norte vem apresentando *superavit* e, a partir de junho, tem conseguido reduzir a dívida líquida. Tocantins, Rondônia e Roraima foram os principais responsáveis por este desempenho.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atingiu R\$20,8 bilhões no acumulado dos primeiros oito meses do ano, representando expansão real de 2,4% comparativamente a igual período anterior³, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ME). No mesmo período, as transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

2/ Valores acima de 50 pontos indicam otimismo.

3/ Considerado o IGP-DI como deflator.

Tabela 1.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Agosto de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
AC	3 823	-11	178	3 007	-269	-90
AM	5 456	269	527	5 553	-167	97
AP	1 101	-88	-9	2 237	-172	-45
PA	1 679	361	515	520	48	193
RO	2 590	-396	-216	785	-1 233	-1 123
RR	-650	-634	-609	-1 330	-961	-947
TO	2 306	-522	-380	1 358	-1 231	-1 124
Total (A)	16 306	-1 021	7	12 131	-3 985	-3 039
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	905 168	-8 091	42 117
(A/B) (%)	1,9	21,4	0,0	1,3	49,2	-7,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

Tabela 1.8 – IPCA – Norte^{1/}

Discriminação	Pesos ^{2/}	Variação %				
		2018		2019		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses	
IPCA	100,0	3,13	0,81	-0,06	3,54	
Livres	75,7	1,88	0,26	-0,53	3,17	
Alimentação no domicílio	24,6	1,98	-0,39	-2,36	4,19	
Serviços	27,1	2,52	0,20	0,71	3,90	
Serviços subjacente	16,2	1,87	0,31	0,67	3,41	
Bens Industrializados	24,1	1,10	0,99	-0,02	1,36	
Monitorados	24,2	7,36	2,61	1,42	4,72	
Principais itens						
Alimentação	32,7	1,91	-0,19	-1,70	3,88	
Habitação	14,0	8,05	0,07	2,90	5,37	
Artigos de residência	4,7	1,52	-0,29	-0,62	1,46	
Vestuário	7,9	1,93	1,09	-0,33	1,72	
Transportes	13,3	5,07	2,99	-0,24	2,86	
Saúde	10,9	0,85	3,43	0,65	3,76	
Despesas pessoais	8,4	2,36	0,39	0,97	3,41	
Educação	5,0	5,08	0,10	0,30	4,75	
Comunicação	3,0	0,57	-0,17	0,87	0,50	

Fonte: IBGE

1/ Dados até abril de 2018 referentes à Região Metropolitana de Belém (RMB).

A partir de maio de 2018 foi incluído o município de Rio Branco.

2/ Referentes a setembro de 2019.

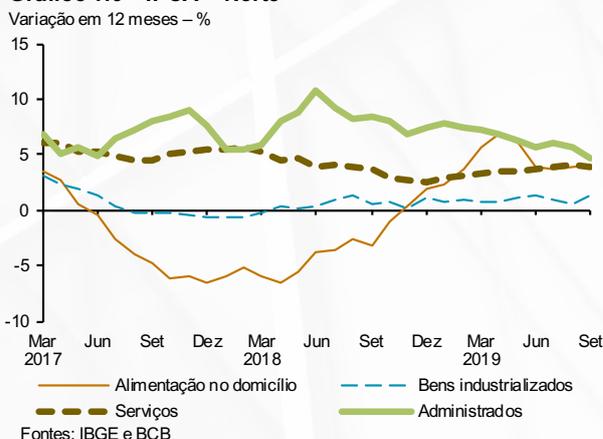
(Fundeb), totalizaram R\$23,7 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), registrando crescimento de 7,2%, em termos reais, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na região Norte⁴ apresenta desaceleração desde o segundo trimestre deste ano, alcançando -0,06% no terceiro trimestre, 0,87 p.p. abaixo do anterior, refletindo evolução benigna tanto nos preços livres quanto nos preços monitorados. No primeiro segmento, a maior contribuição para deflação nos preços ocorreu no subgrupo alimentação no domicílio. Dentre os administrados, sobressaíram os aumentos em energia elétrica residencial (7,46%) e ônibus urbano (1,56%). O índice de difusão atingiu 47,3% no terceiro trimestre, ante 51,0% no anterior.

Em doze meses até setembro, o IPCA regional acumulou variação de 3,54% (3,66% até junho), com destaque para a desaceleração nos preços monitorados (de 5,66% para 4,72%). O comportamento da inflação segue favorável, assinalando variações benignas tanto para o índice geral quanto para os segmentos mais relacionados ao ciclo econômico.

Em síntese, a atividade econômica no Norte mantém cenário de recuperação, refletindo, na margem, a retomada na indústria extrativa após o fraco desempenho observado no trimestre anterior. Adicionalmente, observaram-se resultados positivos no setor de serviços, de comércio e em vários segmentos industriais. Prospectivamente, a manutenção da inflação e da taxa de juros em níveis baixos, contribuem para a recuperação sustentada da atividade econômica na região.

Gráfico 1.6 – IPCA – Norte



4/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA da região metropolitana de Belém e do município de Rio Branco, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

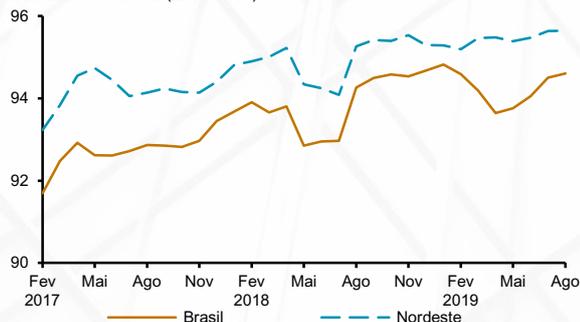
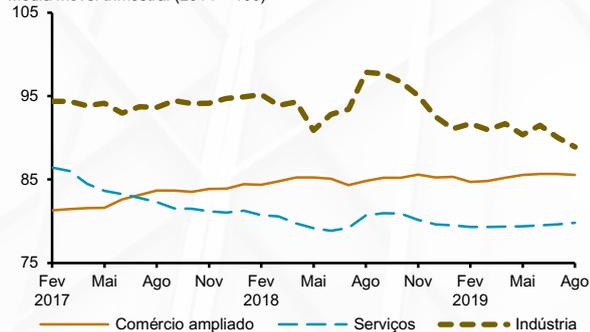


Gráfico 2.2 – Comércio, serviços e indústria

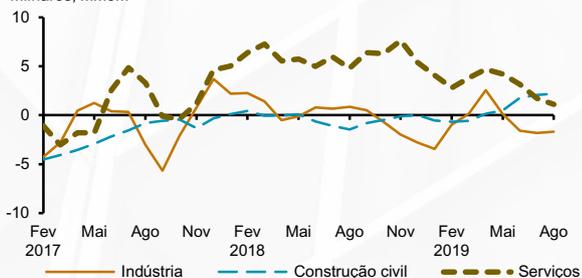
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.3 – Emprego formal^{1/}

Por setor
Milhares, MM3M



Fonte: Ministério da Economia
1/ Dados dessazonalizados.

A atividade econômica na região Nordeste segue processo de crescimento moderado, em contexto de expansão do crédito, neutralizado, parcialmente, pela retração do parque fabril e das exportações. A evolução recente dos indicadores de confiança dos empresários sugere perspectivas mais positivas para os próximos meses. Nesse cenário, o IBCR-NE variou 0,3% no trimestre encerrado em agosto em relação ao finalizado em maio, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 0,8% em agosto.

Em relação aos indicadores de demanda verifica-se relativa estabilidade do comércio e serviços. As vendas do comércio ampliado no trimestre encerrado em agosto ficaram no mesmo patamar do trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMC divulgados pelo IBGE (alta de 0,8% em doze meses), enquanto o volume de prestação de serviços não financeiros variou 0,5% de acordo com dados da PMS do IBGE, com ênfase nos serviços prestados às famílias. Em doze meses o indicador recuou 1,0%, influenciado, predominantemente, pela queda de 12,3% em outros serviços e de 3,6% dos serviços de informação e comunicação.

Os empresários do comércio estão mais otimistas –por conta dos efeitos da liberação de recursos do FGTS no setor e pela expansão do crédito. O Icec alcançou 118,6 pontos em setembro (115,3 em junho). Por outro lado, a confiança das famílias recuou, com o Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado pela CNC, atingindo 93,6 pontos em setembro (96,6 pontos em junho e 98,1 em março).

A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, alcançou 14,6% no segundo trimestre de 2019, em comparação aos 14,8% no mesmo período de 2018. Ante o trimestre anterior, na série com ajuste sazonal, o indicador recuou 0,2 p.p., repercutindo elevações de 0,9% da população ocupada – com ênfase em trabalhadores por conta própria – e 0,8% da força de trabalho.

Comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento real médio habitual de todos os trabalhos cresceu 0,3% e a massa salarial 3,0%.

No mercado formal, os dados do emprego, segundo o Caged/ME, indicam baixo ritmo de geração de postos de trabalho. Nesse sentido, no trimestre encerrado em agosto, o índice de emprego formal variou 0,1%, ante o anterior, comparativamente aos 0,3% na média do país, com dados dessazonalizados. Apesar da evolução favorável da construção civil, houve desaceleração no setor de serviços – com perdas em atividades administrativas, especialmente teleatendimento e vigilância – e retração na indústria, destacando-se o setor naval e alimentos.

Nos doze meses encerrados em agosto o saldo de novos empregos atingiu 33,8 mil (53,6 mil no período anterior), com heterogeneidades nas unidades federativas: seis delas, com destaque para Bahia (24,0 mil) cresceram, contrastando com perdas em Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Segunda maior carteira regional, atrás apenas do Sudeste, totalizando R\$440,5 bilhões em agosto, o crédito no Nordeste apresentou expansões anual e trimestral de 7,3% e 2,5%, respectivamente. Assim como ocorre em nível nacional, também se observa, no caso das empresas (PJ), redução do crédito direcionado (-R\$8,6 bilhões no trimestre) e aumento do crédito livre (+R\$7,3 bilhões no trimestre), destacando-se maiores financiamentos às exportações (alta de 27,2% em doze meses) em movimento majoritariamente concentrado no estado da Bahia. Relativamente ao crédito para pessoas físicas (PF), as principais operações da carteira livre (consignados, financiamentos de veículos e crédito pessoal) mostraram dinamismo no trimestre e cresceram acima de dois dígitos em doze meses; por sua vez, no crédito direcionado, o financiamento imobiliário apresenta evolução anual (5,4%) e trimestral (1,4%) mais moderada, movimento este mais alinhado com a dinâmica da construção civil na região. A inadimplência no crédito permanece em níveis baixos, com recuo de 0,21 p.p. no trimestre e de 0,52 p.p. em doze meses.

Do lado da oferta, a projeção do LSPA para a região prevê colheita de grãos de 19,2 milhões de toneladas, avançando 0,5% com relação ao ano anterior. A queda prevista na produção de soja, 9,0%, após atingir nível recorde em 2018, foi compensada pelo prognóstico de crescimento na colheita de caroço de algodão (21,5%), milho (16,7%) e feijão (12,6%).

Tabela 2.1 – Evolução do crédito – Nordeste

Geral e modalidades selecionadas

Segmentos	Variação % no período				Estoque (R\$ bilhões)
	2018	2019			
	Ano	Maio ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses	Ago/19
Crédito total	4,8	1,9	2,5	7,3	440,5
Crédito total – rec. livres	8,8	3,8	4,7	14,8	254,2
Crédito total – rec. direc.	0,1	-0,4	-0,3	-1,5	186,2
Crédito PF – rec. livres	12,1	4,0	4,2	15,7	187,8
Crédito consignado	8,0	3,0	2,9	10,2	82,2
Financ. veículos	12,2	3,4	4,5	16,2	29,5
Créd. pessoal	12,0	7,5	4,5	22,4	18,3
Outras operações	18,4	4,5	5,9	22,1	57,8
Crédito PF – rec. direc.	6,4	1,5	1,3	5,3	115,8
Financ. imobiliário	6,0	1,4	1,4	5,4	96,1
Outras operações	8,3	2,1	1,0	4,9	19,8
Crédito PJ – rec. livres	0,8	3,3	5,9	12,4	66,4
Capital de giro	-10,7	2,0	4,4	6,5	25,5
Financ. à exportação	27,8	13,8	1,9	27,2	9,9
Títulos descontados	9,6	0,1	16,5	24,5	6,3
Outras operações	4,0	1,5	6,7	10,8	24,7
Crédito PJ – rec. direc.	-7,8	-3,3	-2,7	-10,9	70,4
Financ. rec. BNDES	-7,3	-1,8	-2,2	-8,6	50,9
Financ. imobiliário	-22,0	-9,0	-18,8	-37,7	4,0
Outras operações	-3,3	-6,5	0,6	-8,4	15,4

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3.

2/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 2.2 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		
		2018	2019	2019/2018
Produção de grãos	52,8	19 112	19 199	0,5
Soja	31,8	11 471	10 438	-9,0
Caroço de algodão (herbáceo)	9,3	834	1 013	21,5
Milho	7,9	5 637	6 578	16,7
Feijão	2,6	560	631	12,6
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	9,8	49 154	48 610	-1,1
Banana	5,5	2 162	2 510	16,1
Mandioca	3,8	5 073	4 554	-10,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2019.

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste
 Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Maí ^{2/}	Ago ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,5	-1,6	-3,1
Indústrias extrativas	9,0	-1,3	-6,0	-5,8
Indústrias de transformação	91,0	0,5	-1,8	-2,9
Produtos alimentícios	16,2	5,2	-2,5	-4,1
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-0,9	-3,3	0,3
Outros produtos químicos	9,9	-3,7	-9,9	-9,9
Bebidas	6,2	4,3	-3,7	8,8
Metalurgia	5,9	1,7	-0,6	7,6
Prod. de minerais não-metálicos	5,6	1,4	-2,0	0,8
Veículos, reb., e carrocerias	5,1	-5,4	9,6	-16,4
Celulose e prod. papel	4,3	6,1	-10,2	-8,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

De acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE, a produção industrial nordestina recuou 1,6% no trimestre encerrado em agosto, ante variação de -1,5% no trimestre anterior. A retração foi disseminada entre os ramos pesquisados, com maior intensidade na indústria extrativa (6,0%), celulose (10,2%) e outros produtos químicos (9,9%).

Considerando horizonte mais longo, a análise em doze meses revela que a produção industrial da região diminuiu 3,1% até agosto de 2019, com retração de 5,8% na indústria extrativa e de 2,9% na transformação, destacando-se veículos, influenciada por menores embarques para a Argentina. Em sentido inverso, houve elevação de 8,8% na fabricação de bebidas e de 7,6% na metalurgia.

O Icei do Nordeste, divulgado pela CNI, registrou patamar de 58,8 pontos em setembro de 2019, indicando aumento de 5,8 p.p. em comparação a igual mês de 2018 e de 2,0 p.p. relativamente a junho deste ano. O indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste atingiu 59,7 pontos em setembro de 2019, mantendo-se na zona de otimismo pelo 41º mês.

Tabela 2.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Agosto de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
AL	8 073	-503	134	6 673	-428	73
BA	21 974	474	1 362	20 991	663	1 463
CE	9 485	1 385	1 933	11 036	571	1 153
MA	7 059	190	538	5 835	-8	300
PB	3 163	-79	51	2 441	-97	16
PE	12 833	1 083	1 785	12 888	-391	320
PI	4 294	593	819	5 350	-121	134
RN	1 409	164	224	1 879	484	561
SE	5 311	441	633	5 799	111	296
Total (A)	73 602	3 748	7 479	72 891	785	4 317
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	905 168	-8 091	42 117
(A/B) (%)	8,4	-78,5	13,7	8,1	-9,7	10,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

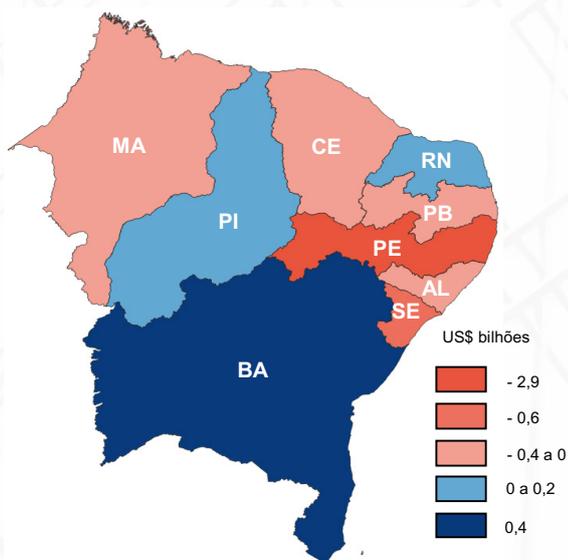
4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

No âmbito fiscal, os governos estaduais, capitais e demais municípios da região Nordeste apresentaram *deficit* primário de R\$785 milhões nos doze meses encerrados em agosto, com destaque para Bahia e Ceará, que obtiveram resultados negativos de R\$663 milhões e R\$571 milhões, respectivamente. Quando apropriados juros por competência, o resultado nominal dos governos regionais do Nordeste alcançou *deficit* de R\$4,3 bilhões. A dívida pública dos governos dos estados e municípios da região totalizou R\$72,9 bilhões em agosto de 2019, ante R\$73,6 bilhões em dezembro de 2018.

O comércio exterior no Nordeste, no acumulado do ano até setembro movimentou US\$26,9 bilhões, valor 8,2% inferior ao resultado obtido até o mesmo mês de 2018. O resultado decorre de retrações no ano de 13,0% nas exportações e 4,1% nas importações, com *deficit* no período de US\$3,5 bilhões (44,4% superior ao do mesmo período de 2018). Ocorreram menores embarques para a Argentina (46,9%), principalmente de veículos, e China (27,3%), especialmente de minérios e algodão. Em sentido oposto, o comércio com os Estados Unidos, principal parceiro comercial da região, apresentou expansões tanto nas exportações (5,8%) como importações (12,1%). Entre as unidades da federação observou-

Figura 1 – Saldo Balança Comercial – Nordeste
Acumulado no ano até setembro



Fonte: Ministério da Economia/Secex

se elevação das importações de combustíveis para o Maranhão e bens industriais para Sergipe, retração das vendas à Argentina de Pernambuco e maiores embarques de produtos básicos e manufaturados do Rio Grande do Norte.

O IPCA⁵ no Nordeste variou -0,03% no terceiro trimestre de 2019, comparativamente a 1,00% assinalados no trimestre anterior, resultado de desaceleração dos preços administrados (2,70% para 0,73%) e reversão nos preços livres (0,46% para -0,28%). Nesse último destacou-se a redução nos preços de alimentação no domicílio, especialmente cereais, leguminosas e oleaginosas (4,58%); e a queda nos bens industrializados, com ênfase na nos preços de perfume (1,77%). Dentre os preços monitorados, sobressaem as contribuições dos recuos nos preços da gasolina (2,46%) e gás de botijão (1,67%), parcialmente compensadas pelo aumento na energia elétrica residencial (6,20%).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região acumulou alta de 3,19% em setembro (3,41% em setembro de 2018) com aceleração nos preços livres (de 1,68% para 3,12%), em consequência de maior crescimento de alimentação no domicílio (de -0,90% para 5,28%); e desaceleração nos administrados (de 9,13% para 3,40%). Entre os grupos, as desacelerações mais significativas ocorreram em transportes e habitação.

A trajetória dos indicadores analisados sugere crescimento gradual da atividade econômica do Nordeste, com a demanda interna estimulada pelo crédito às pessoas físicas, porém contida pela evolução discreta do mercado de trabalho. No ambiente externo identifica-se queda das exportações com impactos no setor industrial. Prospectivamente, observa-se melhora nas expectativas dos empresários, em ambiente benigno de preços, e os estímulos da liberação do FGTS, sugerem aumento do ritmo de expansão nos próximos trimestres.

Tabela 2.5 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018	2019		
	Ano	II Tri	III Tri	12 meses	
IPCA	100,0	3,40	1,00	-0,03	3,19
Livres	75,4	2,82	0,46	-0,28	3,12
Alimentação no domicílio	20,2	3,47	-0,16	-1,67	5,28
Bens industrializados	23,4	1,55	0,72	-0,07	1,23
Serviços	31,8	3,37	0,66	0,46	3,20
Monitorados	24,6	5,30	2,70	0,73	3,40
Principais itens					
Alimentação e bebidas	28,5	3,50	0,08	-1,07	4,51
Habitação	15,0	3,94	1,84	1,44	3,00
Artigos de residência	4,2	3,38	-0,66	-0,15	1,01
Vestuário	6,5	1,15	0,17	0,40	1,31
Transportes	16,9	3,96	2,09	-0,48	2,14
Saúde	11,6	3,78	3,00	0,14	4,04
Despesas pessoais	9,1	2,50	0,34	0,82	2,58
Educação	5,0	6,11	0,07	0,47	5,63
Comunicação	3,2	-0,16	-0,22	0,20	-0,17

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2019.

5/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações dos municípios de Aracaju e São Luís.

2.1 Bahia

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

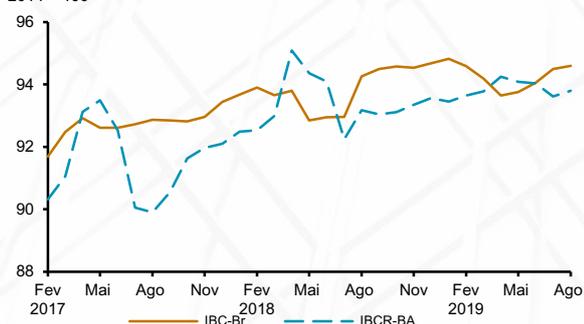
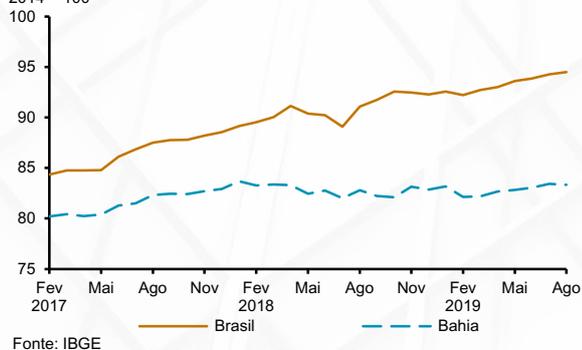


Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

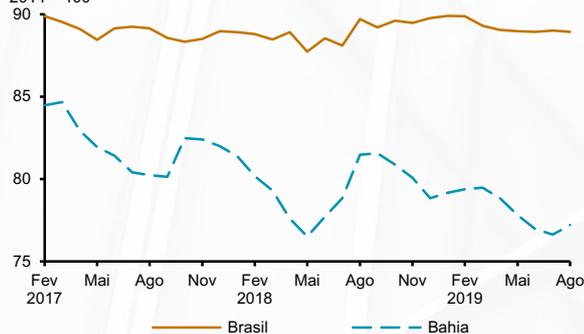
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado cresceu 0,3% no segundo trimestre de 2019 comparativamente ao mesmo período de 2018, e 1,3% na comparação com o trimestre anterior, dados dessazonalizados. Houve crescimento na indústria (1,1%) e nos serviços (0,5%) e retração de 2% na agricultura, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Dados do IBCR-BA do trimestre encerrado em agosto de 2019 sinalizaram redução de 0,3% ante o anterior, considerados dados dessazonalizados. Nos últimos doze meses, houve elevação de 0,8%.

No lado da demanda, as vendas do comércio ampliado na Bahia avançaram 0,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao trimestre encerrado em maio, quando registrara alta de 0,9%, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destaquem-se as altas de veículos, motocicletas, partes e peças (5,2%) e combustíveis e lubrificantes (5,1%), contrabalanceadas pelo desempenho dos setores de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-4,4%), hipermercados e supermercados (-4,2%) e móveis e eletrodomésticos (-4,1%). No acumulado de doze meses, as vendas do comércio varejista ampliado recuaram 0,1%, ante estabilidade em maio, com retração em sete dos dez setores pesquisados.

O desempenho do setor de serviços ainda não apresenta sinais de expansão consistente. O volume dos serviços não-financeiros prestados na Bahia recuou 0,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia retraído 2,0%, segundo dados dessazonalizados da PMS divulgada pelo IBGE. Considerando-se os últimos doze meses, o indicador recuou 1,9% em agosto de 2019 (informação e comunicação, -6,0%; outros serviços, -13,1%), enquanto as atividades turísticas do estado avançaram 2,5%.

Com relação ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação no estado ficou estável com relação ao primeiro trimestre de 2019, segundo informações da PNAD Contínua, divulgada pelo IBGE. A desocupação atingiu 17,1% no segundo trimestre de 2019 (dados dessazonalizados), acompanhada por melhoria nos indicadores de população ocupada e massa salarial, em contexto de aumento da força de trabalho. O crescimento do emprego no último trimestre ocorreu

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

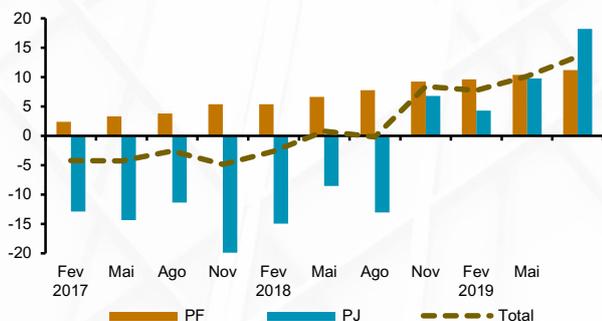
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	4,8	10,1	-4,8	15,2	3,5
Indústria de transformação	1,4	-0,5	-0,8	2,2	2,1
Comércio	-2,0	5,8	-1,6	-1,3	-0,5
Serviços	4,7	7,3	0,0	2,3	0,6
Construção civil	0,0	2,5	-0,2	4,3	4,3
Agropecuária	-0,1	-4,9	-2,9	6,9	-3,6
SIUP	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3
Outros ^{1/}	0,5	-0,2	0,5	0,6	0,2

Fonte: Ministério da Economia/Caged

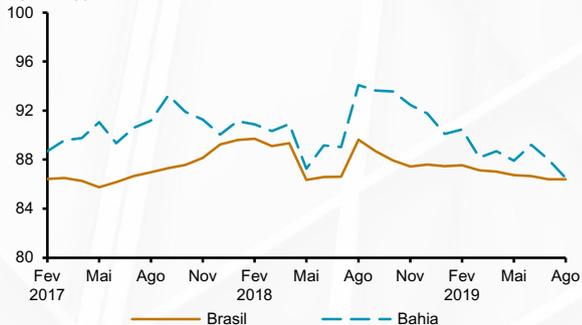
1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Gráfico 2.1.5 – Produção industrial – BahiaDados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

Fonte: IBGE

principalmente no setor da administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais; e do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.

Dados do Caged/ME mostram diminuição no ritmo de geração de emprego no mercado formal em relação ao ano passado. No trimestre encerrado em agosto, foram geradas 3,5 mil novas vagas, principalmente nos setores da construção e indústria de transformação (4,8 mil em igual trimestre de 2018).

O mercado de crédito segue apresentando evolução positiva, com aumento do crescimento do volume do crédito em doze meses, 13,5% em agosto ante 10,1% em maio. O desempenho do crédito às PJ tem repercutido, em especial, a expansão das operações com recursos do BNDES e financiamento à exportação, e concentrados em empresas do segmento da indústria química e de papel e celulose. Nos saldos de contratações às PF, quase todas as modalidades de crédito apresentaram crescimento em doze meses, destacando-se o crédito consignado e o cartão de crédito à vista. A inadimplência total alcançou 3,7% da carteira, apresentando queda de 1,0 p.p. em doze meses.

Do lado da oferta, a produção de grãos na Bahia deverá retrair 11,7% em 2019, de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE, após safra recorde registrada em 2018. As estimativas evidenciam redução na produção de milho e soja devido, principalmente, às condições climáticas adversas. As safras de algodão, feijão e mandioca, contudo, deverão ser superiores às do ano passado.

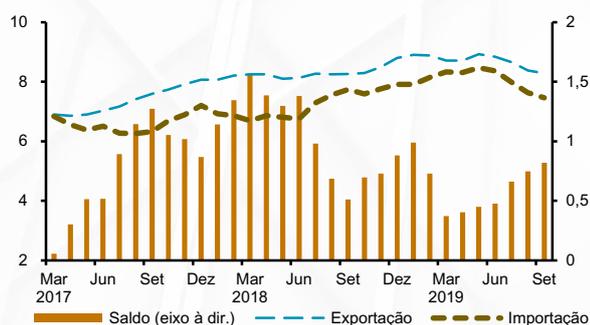
A indústria baiana recuou 1,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando retraíra 2,8% na mesma base de comparação, de acordo com os dados da PIM-PF do IBGE. No período, a produção da indústria extrativa reduziu 10,4%, e da transformação, 1,9%. Nove dos onze setores pesquisados apresentaram queda na produção, com destaque para celulose, papel e produtos de papel (-8,7%), metalurgia (-6,9%) e outros produtos químicos (-6,1%). Em contrapartida, houve alta em dois setores de grande peso na indústria local: veículos automotores, reboques e carrocerias (7,6%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (0,7%).

Em doze meses, a indústria do estado variou -1,7%, (+2,2% na indústria extrativa e -1,9% na indústria

de transformação), com recuos em outros produtos químicos (11,4%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (7,3%).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB⁶), divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), alcançou -83 pontos em setembro (-94 pontos em junho e -79 pontos em set/2018), situando-se na área de pessimismo moderado (-250 ~ 0 pontos), com a indústria apresentando, na evolução trimestral, o maior avanço (59 pontos) entre as quatro atividades pesquisadas, enquanto o comércio apresentou o maior recuo (-20 pontos). Os empresários da indústria e do comércio, que estavam moderadamente otimistas (0 ~ 250 pontos) de novembro/2018 a abril/2019, tornaram-se moderadamente pessimistas em maio, assim permanecendo em setembro. A atividade de serviços, desde nov/2018, permanece com o menor nível de confiança (-166 pontos), enquanto o empresário do setor agropecuário permanece moderadamente otimista pelo décimo terceiro mês consecutivo.

Gráfico 2.1.6 – Balança comercial – Bahia
Acumulado 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

A balança comercial da Bahia foi superavitária em US\$405,6 milhões nos nove primeiros meses do ano, recuando 13,2% em relação ao saldo obtido no mesmo período de 2018, refletindo quedas de 8,3% nas exportações e 7,9% nas importações, que somaram US\$5,7 bilhões e US\$5,3 bilhões, respectivamente.

O comportamento das vendas externas repercutiu o recuo de 8,2% nos preços e aumento de 0,9% no *quantum*. As vendas de produtos básicos recuaram 5,0%, bastante influenciadas pelas quedas nos embarques de soja (-17,3%), apesar dos avanços nos embarques de algodão (151,0%); as de produtos manufaturados recuaram 5,6%, devido principalmente às diminuições nas vendas de automóveis de passageiros (-42,0%), apesar dos avanços nas vendas de óleos combustíveis, 17,6%, e cobre, 137,7%. Por fim, as exportações de produtos semimanufaturados recuaram 14,7%, em linha com a redução de 23,5% nas exportações de celulose, item que representou 52,6% da pauta do segmento. China, Estados Unidos da América (EUA), Argentina e Holanda absorveram 51,3% das exportações baianas do período.

O recuo das importações refletiu queda de 9,2% nos preços e avanço de 1,4% no *quantum*,

6/ O ICEB varia entre -1.000 (pessimismo extremo) e 1.000 pontos (otimismo extremo).

Tabela 2.1.2 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018	2019		12 meses
		Ano	II Tri	III Tri	
IPCA	100,00	4,03	0,95	0,04	3,04
Livres	76,13	3,34	0,40	-0,32	3,16
Alimentação no domicílio	19,37	4,22	-0,29	-1,84	5,55
Bens industrializados	24,05	1,71	0,59	0,05	0,47
Serviços	32,70	4,06	0,68	0,32	3,82
Monitorados	23,87	6,29	2,71	1,15	2,68
Principais itens					
Alimentação	28,36	4,82	0,02	-1,14	4,90
Habitação	15,08	5,37	1,67	1,59	2,89
Artigos de residência	4,25	5,23	-0,33	-0,54	0,56
Vestuário	6,27	0,44	0,52	0,16	-0,19
Transportes	18,33	4,44	1,81	0,23	2,01
Saúde	10,80	3,34	2,67	-0,04	3,39
Despesas pessoais	8,44	2,35	0,59	0,67	2,76
Educação	4,97	5,58	0,12	0,36	5,32
Comunicação	3,51	-0,18	-0,06	0,57	0,38

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2019.

respectivamente. As compras de combustíveis avançaram 3,6% (óleos brutos de petróleo, 644,5%); enquanto as de bens intermediários (72,8% da pauta) recuaram 7,6% (naftas para petroquímica, -6,0%; sulfetos de minérios de cobre, -5,0%); as de bens de consumo recuaram 43,3% (automóveis, -92,8%), e as de bens de capital decresceram 3,0% (veículos automóveis para transporte industrial com motor diesel, -6,6%). EUA, China, Argentina, Chile e Argélia foram os mercados de origem de 45,8% das aquisições baianas no período.

A inflação, medida pelo IPCA para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), alcançou 0,04% no trimestre encerrado em setembro, ante 0,95% no trimestre finalizado em junho. Os preços livres registraram variação negativa de 0,32%, ante alta de 0,40% no trimestre anterior. Entre os preços monitorados houve desaceleração (de 2,71% para 1,15%). Destaque-se a alta em energia elétrica residencial (7,49%) compensada, em parte, pela queda em gás de botijão (2,14%) e em vários itens de medicamentos.

Nos doze meses encerrados em junho, a inflação da RMS registrou variação de 3,04%, ante 3,33% em junho, refletindo, principalmente, a desaceleração nos preços monitorados e de serviços.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

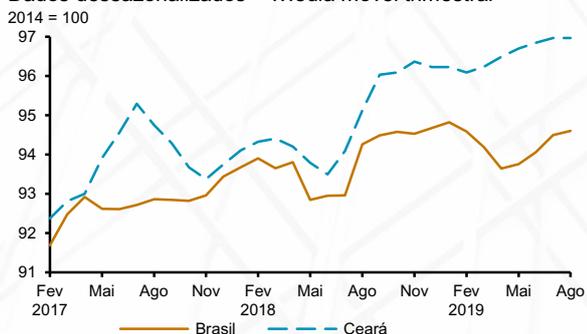


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2019		
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,5	-1,6	-0,8
Combustíveis e lubrificantes	-6,1	2,5	-3,4
Hiper e supermercados	-0,2	-6,0	-4,7
Tecidos, vestuário e calçados	-1,8	0,5	2,2
Móveis e eletrodomésticos	12,3	6,2	15,3
Comércio ampliado	2,2	0,0	2,3
Automóveis e motocicletas	7,6	1,9	10,6
Material de construção	6,2	0,4	6,9

Fonte: IBGE

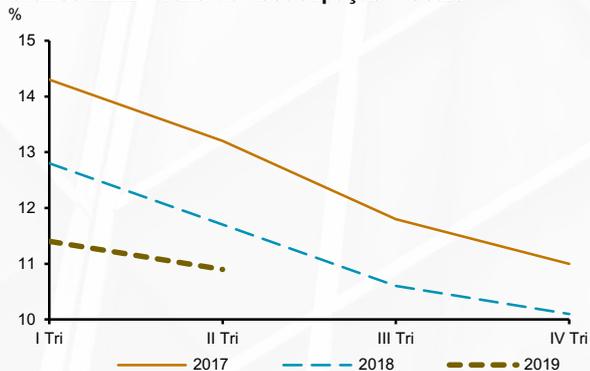
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o PIB do Ceará cresceu 2,1% no segundo trimestre de 2019 comparativamente ao mesmo período de 2018, reflexo das expansões de 4,7% na indústria, 1,6% nos serviços e de 1,0% na agropecuária. Dados do IBCR-CE do trimestre encerrado em agosto de 2019 em relação ao anterior, mostram acréscimo de 0,3%, considerados dados dessazonalizados. Nos últimos doze meses, dados observados, alta de 2,4%.

Pela ótica da demanda, o comércio varejista continua impactado pelo crescimento da massa salarial e pelo melhor desempenho do crédito. Nesse sentido, as vendas do comércio ampliado cresceram 2,3% em doze meses terminados em agosto, de acordo com dados da PMC do IBGE, com alta de 10,6% na comercialização de veículos, motocicletas, e de 6,9% em materiais de construção. Na margem, as vendas mostraram estabilidade no trimestre encerrado em agosto, comparativamente ao trimestre anterior, segundo a série dessazonalizada. O setor de serviços segue registrando recuo no período de doze meses (2,5%), segundo dados da PMS do IBGE, contudo apresentou variação positiva de 1,4% no trimestre finalizado em agosto, dados dessazonalizados.

A carteira de crédito cearense segue em recuperação com ênfase na expansão nas operações voltadas às pessoas físicas que atingiu R\$43,6 bilhões, crescendo 3,5% no trimestre e 13,0% em doze meses, com destaque, no trimestre, para as modalidades financiamentos imobiliários e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$29,2 bilhões, registrando retrações de 1,0% no trimestre e de 7,5% em doze meses, ressaltando-se, no trimestre, as contratações da indústria de transformação e dos serviços industriais de utilidade pública.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

No mercado de trabalho cearense houve contratações líquidas de 5,3 mil empregados formais no trimestre encerrado em agosto, ante 6,2 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged/ME. A taxa de desemprego no Ceará atingiu 10,9% no segundo trimestre de 2019, ante 11,4% no mesmo período de 2018, segundo informações da PNAD Contínua do IBGE. Considerando dados dessazonalizados, houve estabilidade na taxa de desemprego no segundo trimestre ante o período imediatamente anterior, com acréscimo de 1,4% na população ocupada e na força de trabalho.

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ¹ 2019	2019		
		Mai ²	Ago ²	12 meses
Indústria geral	100,0	1,3	-0,8	1,4
Artefatos de couro e calçados	26,7	10,4	1,9	8,4
Produtos alimentícios	16,9	1,1	-14,4	-7,8
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	10,4	1,9	-7,7
Bebidas	11,0	2,8	-8,1	0,7
Produtos têxteis	7,6	-1,9	-2,3	-8,5
Metalurgia	4,0	-9,5	-2,0	7,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados cresceu 5,3% e a massa salarial 8,8%.

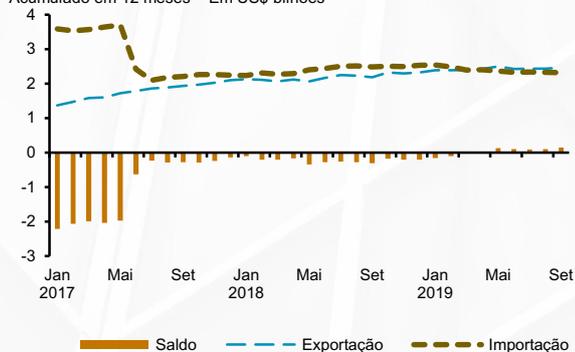
No âmbito da oferta, a produção industrial do Ceará decresceu 0,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destaque para a retração de 14,4% na fabricação de produtos alimentícios, de 8,1% na de bebidas e crescimentos de 17,6% fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos e de 6,6% na fabricação de produtos de minerais não-metálicos. Em doze meses, alta de 1,4% na produção da indústria cearense, a única da região Nordeste a apresentar crescimento entre os estados pesquisados.

O faturamento real da indústria de transformação cearense manteve-se estável no período de doze meses encerrado em agosto deste ano, em relação a igual intervalo de 2018, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução nas horas trabalhadas (5,9%), no pessoal empregado (3,2%) e na remuneração real (6,5%). A utilização da capacidade instalada média atingiu 77,5% no período ante 78,4% no terminado em maio de 2019.

Do lado da arrecadação do estado, a receita com ICMS, em doze meses até julho teve alta de 1,4% em termos reais. Até agosto, as transferências da União para o estado e municípios, decresceram 0,5% em termos reais, segundo informações do Ministério da Economia.

Gráfico 2.2.3 – Balança comercial – Ceará

Acumulado em 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

A balança comercial do estado registrou *deficit* de US\$91,5 milhões, nos primeiros nove meses de 2019, ante *deficit* de US\$442,6 milhões em igual período de 2018; refletindo aumento de 8,9% nas exportações (variação de -6,3% nos preços e de 16,2% no *quantum*) e retração de 10,7% nas importações (variação de -4,6% nos preços e de -6,4% no *quantum*). Os embarques de produtos manufaturados (motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes e demais produtos manufaturados) foram as vendas que mais impactaram no resultado. Do lado das compras, as retrações em combustíveis e lubrificantes e em bens de capital (equipamentos de transporte industrial) registraram maior contribuição para o desempenho.

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/} 2019	Variação %			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 Meses
IPCA	100,0	1,90	1,38	0,10	4,07
Livres	76,7	1,86	0,82	-0,36	3,49
Alimentação no domicílio	23,3	3,66	0,47	-2,12	4,19
Bens industrializados	23,2	0,66	1,17	0,16	3,11
Serviços	30,2	1,40	0,85	0,62	3,25
Monitorados	23,3	2,05	3,31	1,65	6,00
Principais itens					
Alimentação	31,6	3,01	0,41	-1,30	3,69
Habitação	15,2	1,43	4,13	1,83	6,50
Artigos de residência	3,9	2,15	-1,42	0,78	4,17
Vestuário	6,2	-0,37	1,17	0,61	4,17
Transportes	16,1	1,43	1,68	0,48	3,29
Saúde	10,3	1,09	3,57	0,05	4,94
Despesas pessoais	9,2	0,81	0,27	0,84	2,24
Educação	4,8	5,30	0,06	0,39	6,03
Comunicação	2,6	-0,21	-0,60	-0,16	-1,15

Fonte: IBGE

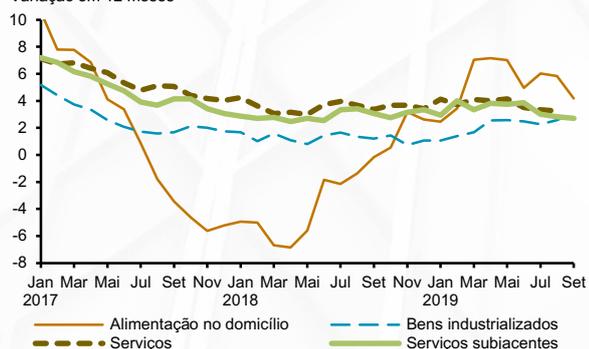
1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

A inflação da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), medida pelo IPCA, alcançou 0,10% no terceiro trimestre do ano, ante 1,38% no segundo. Registrou-se variação negativa nos preços livres, -0,36%, e desaceleração nos monitorados, 1,65% ante 3,31%. O comportamento dos monitorados relacionou-se a menores reajustes ocorridos em alguns itens, como gás de botijão e plano de saúde, relativamente ao trimestre anterior. O comportamento dos preços livres repercutiu queda em alimentação no domicílio e cuidados pessoais.

A variação do IPCA da RMF atingiu 4,07% em doze meses encerrados em setembro ante 3,87% em junho. Os preços livres variaram 3,49% ante 3,92% na mesma comparação; os monitorados, 6,00% em comparação a 3,70%. Registrou-se desaceleração nos preços dos serviços e pequena aceleração nos dos bens industriais.

Gráfico 2.2.4 – Inflação dos preços livres – Ceará

Variação em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

2.3 Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

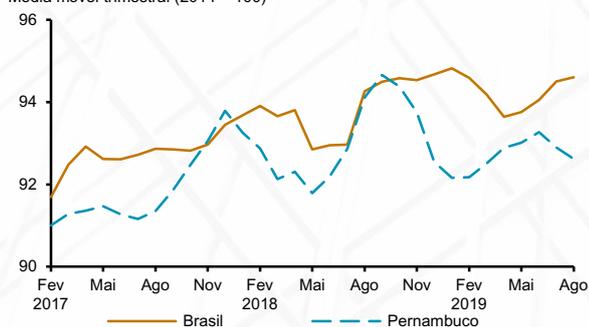


Tabela 2.3.1 – Comércio – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2018 Ano	2019 Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista restrito	-0,8	1,5	1,3	0,2
Combustíveis e lubrificantes	35,8	-1,9	1,5	2,1
Hiper e supermercados	1,6	-2,1	0,3	-3,5
Tecidos, vestuário e calçados	-8,3	1,8	-0,1	-3,6
Moveis e eletrodomésticos	-1,1	3,6	-4,1	-0,9
Comércio ampliado	1,7	2,1	0,4	2,0
Automoveis e motocicletas	11,0	4,6	0,4	9,4
Material de construção	-1,5	0,6	-1,3	-3,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No trimestre encerrado em agosto a atividade econômica em Pernambuco contraiu 0,4% em relação ao anterior, segundo o IBCR-PE, com dados dessazonalizados, após crescer 0,9% no mesmo tipo de comparação. O comportamento recente evidencia que a economia local ainda não mostra sinais de expansão mais consistente. Ainda assim, fatores como a melhora das perspectivas dos agentes econômicos locais combinada com o crescimento da safra de cana-de-açúcar devem contribuir para uma melhora nos próximos trimestres.

Sob a ótica da demanda, os indicadores sugerem crescimento em meio a expansão do crédito e aumento da confiança, embora o mercado de trabalho permaneça frágil. O comércio varejista ampliado cresceu 0,4% no trimestre até agosto, frente ao trimestre concluído em maio, após 2,1% no período anterior, considerando-se dados dessazonalizados da PMC. Destaque para o segmento de combustíveis e lubrificantes, 1,5%.

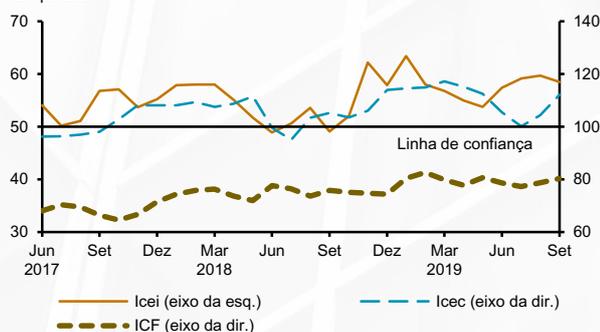
Nos doze meses finalizados em agosto houve elevação de 2,0% nas vendas do comércio ampliado, estimulado pelo incremento de 9,4% na comercialização de automóveis e motocicletas. O setor foi beneficiado pelo crédito para compra de veículos (os financiamentos avançaram 18,9% para pessoas físicas e 64,0% para pessoas jurídicas). O aumento de 11,7% registrado pela Fenabreve no emplacamento de veículos em Pernambuco no período ratifica os dados da pesquisa.

Em setembro, a intenção de consumo das famílias, medida pelo ICF da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE), cresceu 2,2% no trimestre, impulsionada pelos componentes de percepção acerca do acesso ao crédito e momento para duráveis, em parte devido à liberação de recursos do FGTS. Na comparação com o mesmo período de 2018, o ICF aumentou 5,9%, atingindo 80,3 pontos, ressalta-se que o patamar ainda se encontra distante da média de 106,0 do indicador, considerando a série histórica iniciada em 2010.

Comparado ao ICF, o Icec de setembro apresentou maior crescimento, tanto no trimestre anterior (6,4%), quanto no mesmo período do ano anterior (6,7%). Observa-se maior otimismo do setor empresarial com relação à economia brasileira e ao setor do comércio em particular.

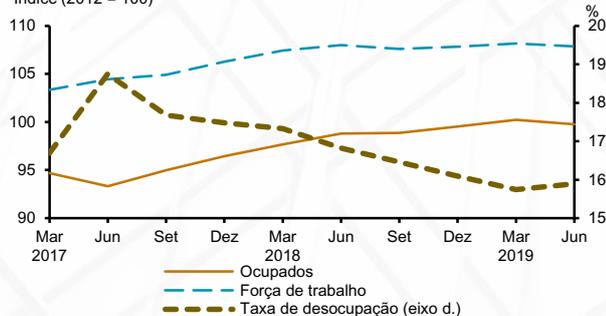
Gráfico 2.3.2 – Confiança dos agentes – Pernambuco

Em pontos



Fontes: Fiepe e Fecomércio-PE

Gráfico 2.3.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Pernambuco^{1/}
Índice (2012 = 100)

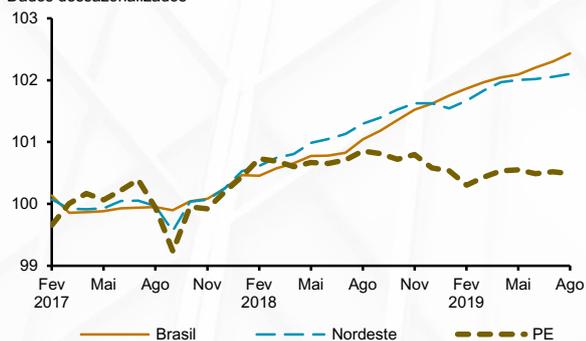


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.3.4 – Índice de Emprego Formal

Média móvel trimestral (2017 = 100)

Dados dessazonalizados



A PMS do IBGE apontou reação na atividade do setor de serviços no trimestre encerrado em agosto, avançando 1,2%, ante retração de 0,8% no trimestre até maio, segundo dados dessazonalizados. Excetuando-se outros serviços, que recuaram 5,1%, os demais segmentos considerados evoluíram positivamente.

No mercado de trabalho, a redução gradual da taxa de desemprego, que vinha se sustentando pelo aumento dos postos de trabalho de categorias de ocupação mais associadas à informalidade, foi interrompida no segundo trimestre de 2019, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE. Nesse sentido, com dados dessazonalizados, após sete trimestres consecutivos de retração, o desemprego passou de 15,7% no primeiro trimestre de 2019 para 15,9%, refletindo reduções de 0,4% da população ocupada – ressaltem-se as perdas no comércio e construção civil – e 0,3% da força de trabalho.

O baixo dinamismo do mercado de trabalho formal do estado – com relativa estabilidade do total de empregados desde o primeiro trimestre de 2018 – difere da recuperação gradual observada no Nordeste e no país. Segundo dados do Caged/ME, no trimestre encerrado em agosto foram criados 10 mil empregos, o que refletiu movimento sazonal concentrado em agosto, impulsionado pelo setor sucroalcooleiro e pela fruticultura no Vale do São Francisco. Em doze meses o saldo de postos formais no estado é negativo (-6,7 mil ante +4,6 mil postos criados no mesmo período findo em agosto de 2018); o resultado refletiu, principalmente, a retração de vagas na fabricação e refino de açúcar (no litoral), produção naval, por conta do encerramento das atividades de um estaleiro de grande porte (localizado em Suape) e do baixo vigor dos serviços em Recife, em contraponto ao desempenho positivo do emprego na maioria das microrregiões do estado.

A carteira de crédito estadual apresentou variações respectivas de 2,6% e 2,2% no trimestre e doze meses encerrados em agosto. Desagregando os dados por tipo de tomador e origem de recursos observa-se maiores crescimentos no crédito livre tanto às famílias (PF) como empresas (PJ), contrastando com a redução das operações com recursos direcionados para as companhias, principalmente do BNDES (redução de 36% para 26% em agosto de 2019 em comparação a agosto de 2018). No trimestre destacam-se as expansões, em termos absolutos, para os créditos consignados (R\$540 milhões), financiamentos de

veículos à PF (R\$260 milhões) e financiamentos à exportação PJ (R\$287 milhões). Setorialmente, sobressai o crescimento do saldo destinado ao comércio (R\$139 milhões) e demais serviços (R\$117 milhões) e a redução para a construção civil (queda no estoque de R\$293 milhões). Em um ano a inadimplência na carteira total do estado elevou-se ligeiramente (0,05 p.p.), repercutindo movimentos de queda na inadimplência PJ (-0,49 p.p.) e expansão na carteira PF (0,20 p.p.).

Tabela 2.3.2 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		Acum. 12 meses
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	
Indústria geral ^{1/}	100,0	12,5	1,0	-4,1
Produtos alimentícios	29,4	4,7	2,6	-7,3
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	-13,4	-17,3	-3,5
Outros produtos químicos	10,1	9,8	-9,5	10,3
Produtos minerais não-metálicos	6,8	24,7	-10,5	4,5
Veículos	6,4	21,5	16,2	-26,3
Sabões, detergentes, etc	4,2	2,9	0,6	23,3
Outros equip. de transporte	3,3	-44,2	-38,0	-36,8

Fonte: IBGE

1/ Inclusive veículos e deriv. petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Sob a ótica da oferta, a indústria pernambucana expandiu 1,0% no trimestre encerrado em agosto em relação ao anterior, de acordo com dados da PIM/PF do IBGE, ajustados⁷ e dessazonalizados pelo Banco Central. Essa evolução, contudo, não foi disseminada: apenas cinco dos catorze ramos cresceram, com ênfase em veículos, 16,2% e produtos alimentícios, 2,6%. Em sentido contrário, outros equipamentos de transporte recuaram 38,0% devido, em especial ao fim das operações de um estaleiro.

Em horizonte mais longo, a atividade fabril contraiu 4,1% nos doze meses encerrados em agosto ante crescimento de 3,0% naquele findo em maio. Ainda assim, o Icei da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) se mantém em região de otimismo, passando de 57,4 pontos em junho para 58,5 em setembro, refletindo melhora na percepção acerca das condições atuais, tanto a nível nacional como estadual.

Tabela 2.3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

Ente federativo	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2018	Nominal		Outros ^{4/}	2019
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Jun	
PE	12 833	-1 486	364	-1 123	491	12 201
Governo estadual	13 379	-1 179	367	-811	495	13 063
Capital	556	-273	20	-254	-5	298
Demais municípios	-1 102	-34	-24	-58	0	-1 160

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhecimento de dívidas e privatização.

(+) déficit (-) superávit

O LSPA de setembro projeta crescimento de 2,6% da produção da cana-de-açúcar em 2019 (a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco – Sindaçúcar/PE estimam elevação de 6,1% e 9,0% para a safra de cana 2019/2020. A quantidade produzida de banana e mandioca deve avançar 25,5% e 15,9%, enquanto a de uva deve recuar 0,6%.

O *superávit* primário dos governos do estado, capital e demais municípios de Pernambuco atingiu R\$391 milhões nos doze meses acumulados até agosto. O resultado nominal, que é a soma do primário e dos juros apropriados por competência, foi deficitário

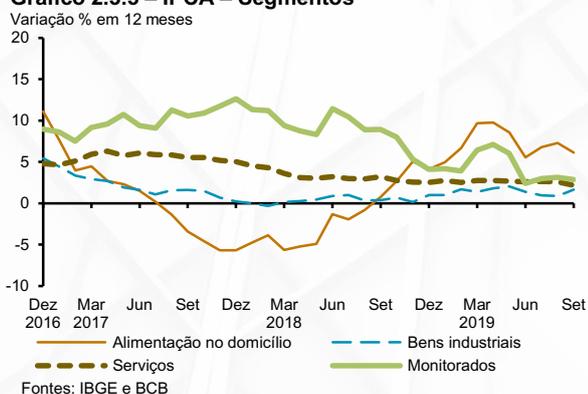
7/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, que se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam. Considerando que, atualmente, as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se em grande parte na Bahia, o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção daquele estado, com base nos pesos do VTI relativos a 2015, extraídos da PIA - Pesquisa Industrial Anual (IBGE).

Tabela 2.3.4 – Comércio exterior – Pernambuco
Janeiro-Setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Corrente de comércio	6 519	4 719	-27,6
Saldo da balança comercial	-3 554	-2 919	-17,9
Exportações	1 482	900	-39,3
Básicos e intermediários	387	326	-15,7
Bens de capital	125	114	-9,0
Bens de consumo	132	139	5,8
Combustíveis e lubrificantes	510	151	-70,4
Veículos automotores	328	169	-48,4
Importações	5 036	3 819	-24,2
Básicos e intermediários	2 111	1 460	-30,8
Bens de capital	465	309	-33,5
Bens de consumo	339	247	-27,0
Combustíveis e lubrificantes	1 985	1 707	-14,0
Veículos automotores	136	95	-30,1

Fonte: Ministério da Economia/Secex

Gráfico 2.3.5 – IPCA – Segmentos



em R\$320 milhões. A dívida pública dos governos do estado e municípios totalizou R\$12,9 bilhões em agosto de 2019, apresentando acréscimo de 0,4% frente ao registrado em dezembro de 2018.

Nos nove primeiros meses de 2019, frente a mesmo intervalo de 2018, as transações com o exterior em Pernambuco retraíram 27,6%, com corrente de comércio equivalente a US\$4,7 bilhões. O resultado reflete reduções de 39,3% nas exportações (com quedas de 8,5% nos preços e 33,6% no *quantum*) e 24,2% nas importações (mediante recuos de 4,3% nos preços e 20,8% em *quantum*). Pelo lado das exportações, a moderação de desempenho associa-se em especial às menores compras argentinas, reduzidas em cerca de dois terços ante o embarcado até setembro de 2018. Já nas importações sobressaem as menores compras de partes para veículos, em movimento coincidente com o arrefecimento exportador desse segmento e a substituição pelo fornecimento de insumos locais.

A inflação na Região Metropolitana do Recife (RMR), medida pelo IPCA, desacelerou de 0,84% no trimestre findo em junho para 0,11% no encerrado em setembro. Os preços monitorados passaram de 2,22% para 0,93%, refletindo, especialmente, as reduções de preços de gasolina, 6,25%, e de gás de botijão, 3,09%. Os preços livres passaram de 0,41% para -0,16%, repercutindo a variação negativa de alimentação no domicílio, sobretudo tubérculos, raízes e legumes, -10,59%.

Em doze meses a inflação da RMR atingiu 2,94% ante 3,39% no mesmo período de 2018, com aceleração dos preços livres, de 1,70% para 2,97% e desaceleração dos preços monitorados, de 8,92% para 2,88%. Energia elétrica e gasolina que haviam subido 21,00% e 13,21% em 2018 tiveram variações respectivas de 1,75%, e -4,35%. A inflação de serviços passou de 3,21% em 2018 para 2,16%.

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

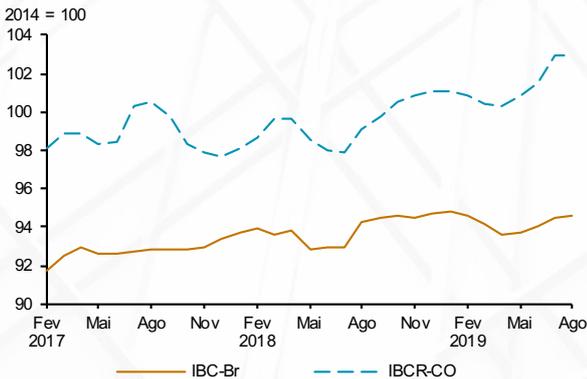
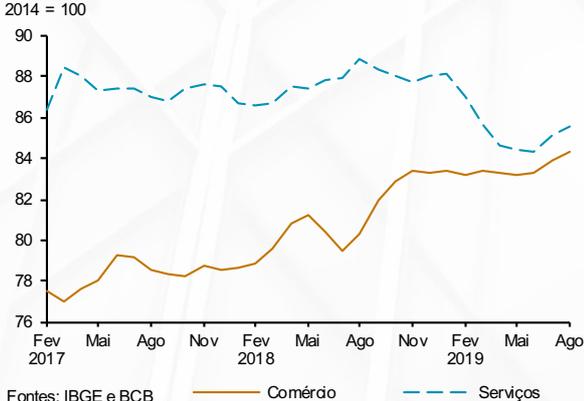


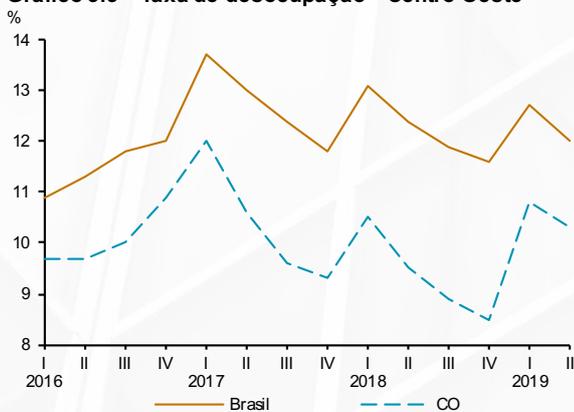
Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 3.3 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste



Fonte: IBGE

A economia do Centro-Oeste, favorecida pelo desempenho da segunda safra de milho, cresceu em ritmo expressivo no trimestre encerrado em agosto. O IBCR-CO expandiu, na margem, 2,0% nesse período, considerando a série com ajuste sazonal, superando o crescimento das demais regiões. Além da agricultura, a safra destacada impulsionou as atividades associadas à cadeia de valor do agronegócio, especialmente os setores de transporte e comércio. É de se esperar, também, uma resposta mais acentuada na indústria de alimentos nos próximos meses, à medida em que houver o processamento de parte da safra.

Os indicadores de demanda na região mostraram resultados positivos no trimestre finalizado em agosto, tanto para as vendas do comércio quanto para o volume de serviços. O comércio ampliado aumentou 1,4% em relação ao trimestre anterior, conforme os dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, destacando-se a expansão de 2,7% no Mato Grosso, induzida pelas vendas de automóveis e caminhões. O volume de serviços aumentou 1,5% nesse período, segundo dados dessazonalizados da PMS, do IBGE, com crescimento mais acentuado também no Mato Grosso, refletindo o aumento na demanda por transporte em função da safra recorde de milho.

O mercado de trabalho no Centro-Oeste segue em expansão, com aumento na quantidade de pessoas ocupadas e crescimento da massa salarial. A população ocupada na região cresceu 2,7% no segundo trimestre, na comparação com igual período de 2018, segundo dados da PNAD Contínua, em linha com o indicador nacional (2,6%), com destaque para o aumento no grupo de trabalhadores por conta própria, particularmente nos setores de serviços e construção civil de edifícios. Em 2019 observou-se que pessoas que não estavam procurando emprego voltaram ao mercado de trabalho, constituindo-se no principal fator a influenciar a elevação interanual de 0,8 p.p. na taxa de desocupação do Centro-Oeste, que atingiu 10,3% no segundo trimestre (ainda assim manteve-se em nível inferior à taxa nacional, 12,0%).

Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2018		2019	
	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	31,4	88,2	32,3	89,1
Ind. de transformação	4,3	15,2	7,1	17,5
Comércio	3,2	1,2	4,8	3,9
Serviços	11,9	37,2	10,4	40,3
Construção civil	4,2	11,0	2,6	7,2
Agropecuária	7,4	23,2	6,9	19,0
Outros ^{1/}	0,4	0,4	0,6	1,1

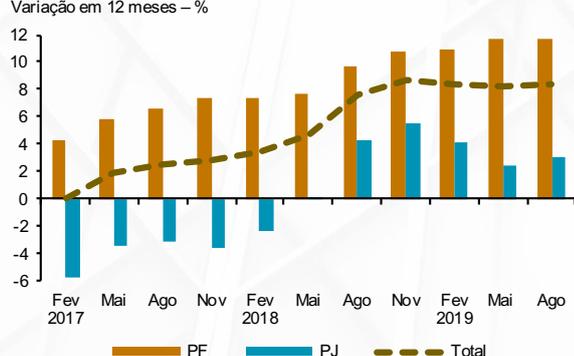
Fonte: Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e SIUP, entre outros.

2/ Trimestre encerrado em agosto.

3/ Acumulado no ano até agosto.

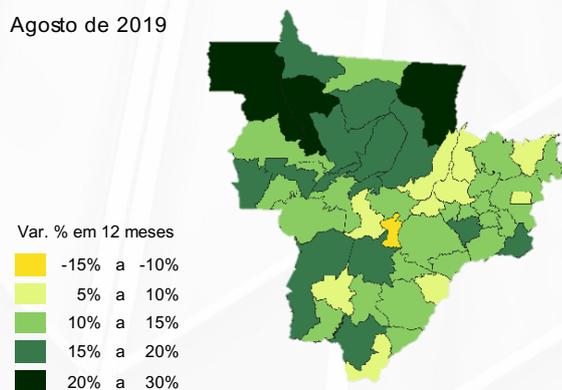
Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Figura 3.1 – Crédito a pessoas físicas – Centro-Oeste^{1/}

Agosto de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

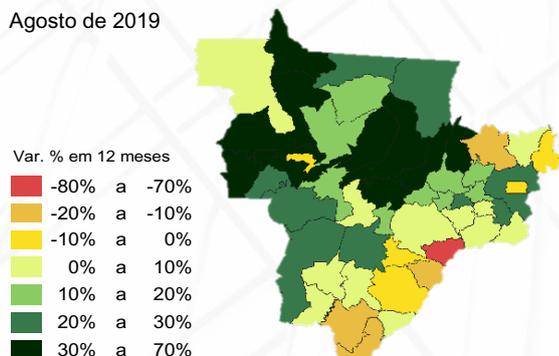
A massa de rendimento real aumentou 1,8%, com o aumento na população ocupada sobressaindo-se à queda de 0,8% no rendimento real médio.

Os dados do Caged/ME sobre emprego formal confirmam a expansão do nível de emprego na região, sendo apurado aumento de 1,2% em agosto, na comparação com agosto do ano anterior, com maiores contratações pelas empresas de serviços e de comércio. O crescimento do emprego formal na região consubstanciou-se em ritmo ligeiramente inferior ao nacional (1,3%), refletindo a redução de trabalhadores na construção civil do Centro-Oeste. No trimestre finalizado em agosto foram criados 32,3 mil novos empregos, nível próximo ao registrado em igual período de 2018 (31,4 mil), com destaque para as contratações dos setores de serviços, agropecuária e indústria de transformação.

O mercado de crédito no Centro-Oeste segue em expansão no trimestre encerrado em agosto, registrando estabilidade na taxa de crescimento do segmento de pessoas físicas e discreta aceleração nos empréstimos às pessoas jurídicas. O total de financiamentos na região variou 8,5% na comparação interanual em agosto, ante 8,2%, em maio, impulsionado pelas modalidades de crédito livre, que registraram expansão de 16,0% (direcionado, 3,1%). Os empréstimos às pessoas físicas apresentaram ritmo de expansão mais intenso, 11,7%, com destaque para as operações de crédito pessoal não consignado, financiamento de veículos e crédito consignado. No segmento de pessoas jurídicas observou-se aumento no volume de financiamentos do agronegócio e de empresas voltadas para a comercialização dos produtos agrícolas. O crescimento do saldo dos financiamentos a pessoas jurídicas evoluiu de 2,4% para 3,0%, impulsionado por financiamentos de veículos, financiamentos a exportações e capital de giro. Em sentido oposto, as operações do BNDES e de financiamentos imobiliários mantiveram a tendência de contração.

O crescimento do crédito às famílias na região ocorre de forma generalizada, com o interior apresentando expansão mais acentuada, 13,9% em agosto, taxa ligeiramente inferior à apurada em maio (14,9%), com destaque para as microrregiões de Arinos, Aripuanã e Norte Araguaia, no Mato Grosso, que registraram taxas superiores a 20%, impulsionadas pelo crédito rural. O crédito concedido no âmbito das capitais da região cresceu 9,4% (8,6% em maio),

Figura 3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Centro-Oeste^{1/}
Agosto de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Tabela 3.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	Dezembro de 2018		Agosto de 2019		R\$ milhões	
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
DF	7 670	713	930	7 382	1 627	1 871
GO	19 159	-1 159	521	19 363	-490	1 122
MS	7 366	-580	-6	6 681	-536	-90
MT	4 297	192	556	4 238	-378	-37
Total (A)	38 492	-835	2 001	37 665	222	2 866
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	905 168	-8 091	42 117
(A/B) (%)	4,4	17,5	3,7	4,2	-2,7	6,8

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

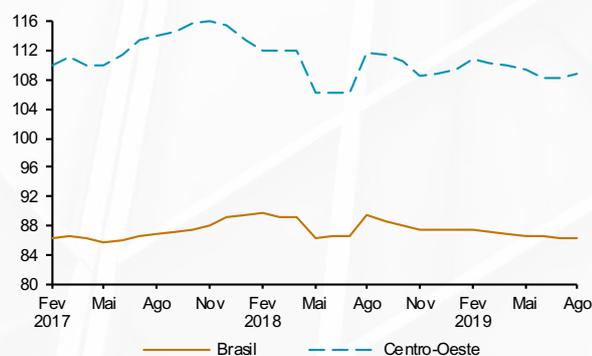
3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

Gráfico 3.5 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

com destaque para Campo Grande e Cuiabá, com variações próximas a 12,5%, enquanto Brasília exibiu crescimento mais moderado (6,6%), com os financiamentos imobiliários na capital federal mostrando variação mais discreta que nas demais capitais.

No segmento de pessoas jurídicas observa-se também aumento mais intenso na expansão do crédito no interior. A mediana das taxas de crescimento observadas nas microrregiões aumentou de 12,0%, em maio, para 17,3% em agosto, com 40% das áreas apresentando alta superior a 20%. O crédito concedido no interior apresentou variação de 6,8% (4,7% em maio), com destaque para as localidades de Primavera do Leste (comércio atacadista e agricultura) e Parecis (agricultura e energia) no Mato Grosso, e São Miguel do Araguaia (indústria de alimentos e bebidas) em Goiás. O crédito nas capitais cresceu 1,4% em agosto (mesma taxa registrada em maio), com destaque para Cuiabá, que registrou aumento de 12,8%, alavancado por contratações de empresas de agropecuária e do setor público.

No âmbito fiscal, as finanças dos estados do Centro-Oeste mantiveram trajetória de ajuste gradual. A dívida líquida da região contraiu 2,1% entre dezembro de 2018 e agosto de 2019, destacando-se a redução no Mato Grosso do Sul, 9,3%. Em relação ao resultado primário, o Mato Grosso mostrou reversão no *deficit* registrado em 2018, enquanto os demais estados mostraram resultados menos favoráveis, principalmente Goiás e Distrito Federal. No período de doze meses encerrado em agosto, as receitas de ICMS e as transferências da União em termos reais recuaram 4,0% e 1,3%, na ordem, na região.

A indústria no Centro-Oeste permaneceu apresentando baixo dinamismo, com redução na produção de segmentos importantes, como os de fabricação de alimentos, biocombustíveis, remédios e bebidas. Segundo informações da PIM-PF, do IBGE, a indústria da região⁸ decresceu 0,5% no trimestre encerrado em agosto, na série com ajuste sazonal. Em que pese o resultado negativo da indústria, a confiança dos empresários industriais na região aumentou. O Ipei do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, passou de 58,9 pontos, em junho, para 60,5 pontos em setembro, com aumento tanto nos componentes de expectativas como no de condições atuais (este último voltou para a área de otimismo, com 52,3 pontos).

8/ Corresponde aos resultados de Goiás e Mato Grosso.

Tabela 3.3 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2018	2019	
Grãos	84,8	101 015	111 220	10,1
Soja	55,5	53 042	51 666	-2,6
Milho	17,8	43 046	53 629	24,6
Algodão (caroço)	9,0	2 093	3 048	45,7
Feijão	1,3	727	684	-5,9
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	11,5	143 479	151 428	5,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2019.

A estimativa de crescimento da safra de milho no Centro-Oeste subiu de 15,1% para 24,6% nos últimos três meses, com a incorporação de novos dados sobre a colheita de inverno, totalizando produção de 53,6 milhões de toneladas, novo recorde na região. Como resultado, a safra de grãos da região deve crescer 10,1%, de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE. Para 2020, as primeiras estimativas indicam um crescimento de 1,3% para a produção de grãos, segundo o primeiro levantamento realizado pela Conab. Na pecuária de corte, os abates de bovinos na região cresceram 2,0% no período de janeiro a agosto, na comparação com igual período de 2018, segundo o Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sendo que uma parte maior da produção foi direcionada para as exportações, resultando no aumento de 23,4% no período. Os abates de suínos expandiram 34,8% enquanto os de aves aumentaram 9,5%.

Tabela 3.4 – Balança comercial – Centro-Oeste

Janeiro-setembro

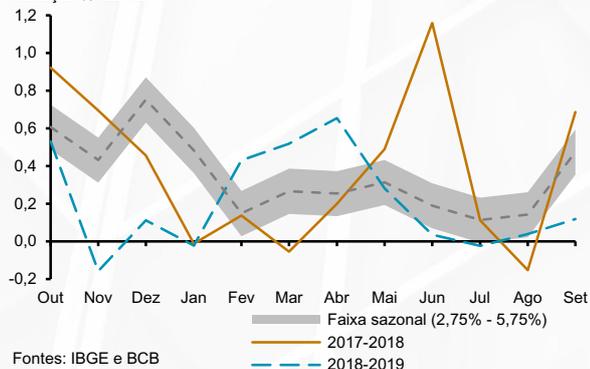
Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Exportações	23 472	21 719	-7,5	-5,6
Básicos	19 853	18 146	-8,6	-0,9
Industrializados	3 619	3 573	-1,3	-10,2
Importações	6 448	6 606	2,5	-1,3
Bens de capital	456	399	-12,5	-7,2
Bens Intermediários	3 025	3 548	17,5	1,8
Bens de consumo	1 782	1 768	-0,8	-5,3
Combustíveis e lubrificantes	1 184	891	-24,8	-3,5
Saldo comercial	17 024	15 113	-11,2	-8,9

Fonte: Ministério da Economia

As exportações da região Centro-Oeste diminuíram 7,5% nos primeiros nove meses do ano, na comparação com o mesmo período de 2018, refletindo particularmente a queda nos embarques de soja e farelo de soja, em decorrência da diminuição na produção da região e da retração na demanda chinesa. Apesar do resultado negativo na comparação com o ano passado, destaca-se que o volume de soja exportado pela região entre janeiro e setembro é o terceiro maior da série. Em sentido contrário, houve aumento nas vendas de milho, algodão, carne de bovino e celulose. As importações, por sua vez, aumentaram 2,5%, com destaque para as aquisições de insumos para agricultura (adubos e fertilizantes) e medicamentos humanos e veterinários, compensando a retração na entrada de gás natural. Dessa forma, o *superavit* do comércio exterior do Centro-Oeste retraiu 11,2% no período, atingindo US\$15,1 bilhões.

Gráfico 3.6 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal

Variação % mensal

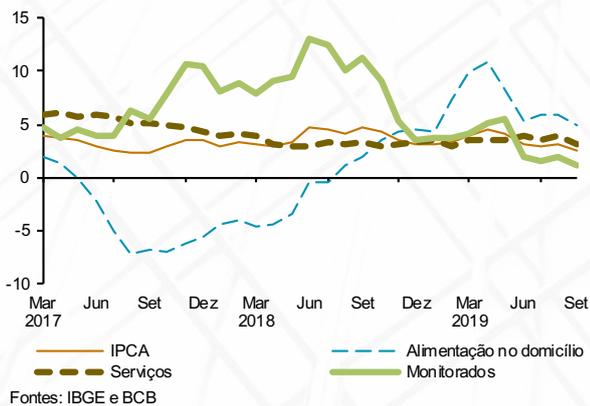


Fontes: IBGE e BCB

O IPCA na região – agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande – variou 0,13% no terceiro trimestre de 2019, comparativamente a 0,97% no trimestre anterior. Os preços de alimentação no domicílio recuaram novamente, -1,67%, após -1,19% no trimestre anterior, com destaque para as variações no subgrupo de tubérculos, raízes e legumes, onde tomate variou -49,16%, cenoura, -31,64%, e batata inglesa, -27,01%. Por sua vez, os preços de itens monitorados, que aumentaram 2,29% no trimestre anterior, avançaram 0,73% neste trimestre, contando com a retração no preço de gasolina, -3,00%, e abrandamento das elevações em ônibus urbano (de 3,30% para estabilidade) e planos de saúde (de 2,42%

Gráfico 3.7 – IPCA Centro-Oeste

Variação % acumulada em 12 meses



para 1,40%). Os preços de serviços apresentaram elevação de 0,36%, após 0,81% no trimestre anterior, e os de bens industrializados aumentaram 0,26%, após elevação de 1,18% no segundo trimestre.

Considerados períodos de doze meses, os preços ao consumidor no Centro-Oeste variaram 2,54% em setembro, ante 3,06% em junho. A moderação na variação dos preços é generalizada, passando de 5,38% nos doze meses até junho para 4,99% em igual intervalo até setembro, para alimentação no domicílio; de 1,84% para 1,17% nos preços administrados; de 3,92% para 3,17% em serviços e de 1,66% para 1,62% em bens industrializados.

A economia do Centro-Oeste voltou a apresentar vigor no trimestre junho-agosto, novamente amparada pelo desempenho da cadeia de valor do agronegócio a partir do forte crescimento nas safras de milho e algodão. Algum efeito, notadamente na indústria de alimentos, ainda deverá ser observado nos meses seguintes, favorecendo o desempenho da atividade no restante do ano.

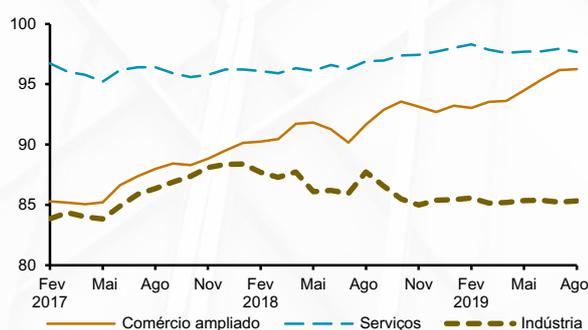
Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria – Sudeste

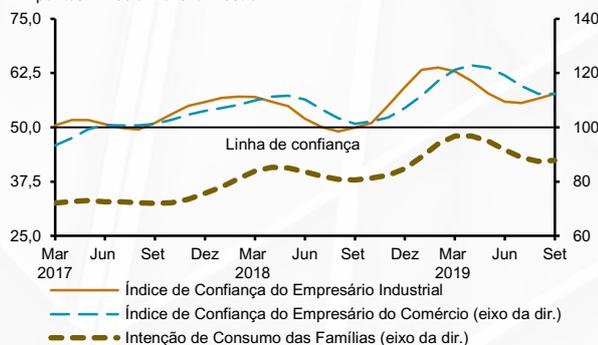
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.3 – Confiança dos agentes – Sudeste

Em pontos – Média móvel trimestral



Fontes: CNC e CNI

A trajetória recente dos indicadores econômicos do Sudeste apresentou comportamento compatível com o processo de recuperação gradual da atividade econômica. Na margem, enquanto a produção industrial e o setor de serviços registraram estabilidade e o setor externo contribuiu negativamente, a economia da região foi estimulada pela recuperação consistente das vendas do comércio e pela evolução moderada dos mercados de trabalho e de crédito. Nesse cenário, o IBCR-SE cresceu 0,6% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando expandira 0,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado vêm crescendo consistentemente na margem desde março, na avaliação trimestral, estimuladas sobretudo pelo desempenho das vendas no segmento de veículos, motocicletas, partes e peças, em contexto de expansão dos financiamentos. No trimestre encerrado em agosto, as vendas apresentaram elevação de 1,9% em relação ao finalizado em maio, quando aumentara 1,6%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, com oito dos dez segmentos pesquisados registrando desempenho favorável, com destaque para os aumentos nos segmentos combustíveis e lubrificantes (2,9%), tecidos, vestuário e calçados (2,1%) e hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,8%).

Dados mais recentes para o segmento de veículos indicam continuidade do desempenho favorável, embora com desaceleração na margem. No acumulado de doze meses, o número de licenciamentos de veículos e comerciais leves (*proxy* de vendas de carros novos) variou 14,2% em setembro, segundo a Fenabreve. Na margem, porém, observou-se movimento de arrefecimento das vendas do setor, com variação de -7,0% nos licenciamentos do terceiro trimestre, comparativamente ao segundo (dados dessazonalizados), devido exclusivamente à queda nos licenciamentos de automóveis, embora na comparação com igual período de 2018 houve avanço de 4,7%.

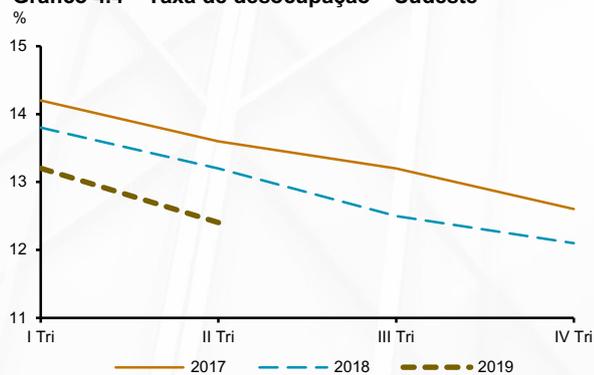
Sem registrar o mesmo dinamismo do comércio de bens, o setor de serviços apresenta dificuldades para retomada sustentada. O indicador de volume de serviços não financeiros permaneceu estável no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando decrescera 0,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. Os indicadores de consumo, não obstante tenham apresentado desempenho heterogêneo no trimestre encerrado em maio, apontam para a persistência do gradual movimento de recuperação do consumo das famílias, evidenciando a resiliência desse componente da demanda, sustentada pelo aumento da massa salarial e pela expansão do crédito às pessoas físicas.

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo apresentaram relativa estabilidade no final do terceiro trimestre de 2019 comparativamente ao final do trimestre anterior. O ICF cresceu de 88,2, em junho, para 89,0, em setembro, e o Icec, de 115,2 para 115,4. Entretanto, a análise pela média trimestral indica retrações respectivas de 4,3% e 5,6%, repercutindo, principalmente, avaliação negativa dos agentes em relação à situação atual.

No mercado de trabalho, a taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou de 13,2%, no segundo trimestre de 2018, para 12,4%, no segundo trimestre de 2019, refletindo crescimento de 2,6% da população ocupada e de 1,7% da força de trabalho. No mesmo período, o rendimento real recuou 0,7%. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desocupação recuou para 12,2% no segundo trimestre de 2019 (12,5% no primeiro trimestre de 2019). Segundo dados do Caged/ME, no trimestre encerrado em agosto foram criados 106,3 mil empregos formais, com destaque para serviços, construção civil e comércio, em comparação à criação de 68,9 mil postos no mesmo período do ano anterior.

O saldo de crédito para pessoas físicas, condicionado por melhores condições financeiras das famílias, segue trajetória de expansão ao ritmo de 2,8% no trimestre encerrado em agosto e de 10,5% em doze meses, em função principalmente das modalidades de crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. O saldo referente às pessoas jurídicas diminuiu 1,5% no trimestre e 3,4% em doze meses, destacando-se os recuos dos financiamentos com recursos do BNDES e dos financiamentos à exportação. Como resultado, a carteira de crédito total do Sudeste registrou aumentos de 0,6% no trimestre e de 3,2% em doze meses.

Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 4.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Agosto de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
ES	1 678	-124	122	1 114	-524	-322
MG	122 537	46	8 559	130 428	876	8 962
RJ	169 986	-483	12 302	182 395	3 920	14 763
SP	338 545	-8 452	13 931	342 204	-7 254	10 283
Total (A)	632 746	-9 013	34 913	656 141	-2 982	33 685
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	905 168	-8 091	42 117
(A/B) (%)	71,8	188,7	64,1	72,5	36,9	80,0

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

No âmbito fiscal, a arrecadação tributária perdeu ritmo em 2019. No Sudeste, a arrecadação do ICMS recuou 2,2% e as transferências da União, 1,2% (ambos deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI), no acumulado em doze meses até agosto, em comparação com o mesmo período de 2018.

O resultado primário consolidado para a região foi de *superávit* R\$3,0 bilhões no acumulado de doze meses até agosto (R\$9,0 bilhões em doze meses até dezembro de 2018), repercutindo especialmente o desempenho do Rio de Janeiro, que passou de *superávit* de R\$483 milhões para *deficit* de R\$3,9 bilhões. O *deficit* nominal caiu de R\$34,9 bilhões, em dezembro de 2018, para R\$33,7 bilhões, em agosto de 2019, na análise do acumulado de doze meses, com destaque para São Paulo, cujo *deficit* recuou de R\$13,9 bilhões para R\$10,3 bilhões, e Espírito Santo, que passou de *deficit* de R\$122 milhões para *superávit* de R\$322 milhões. No Rio de Janeiro, o *deficit* aumentou de R\$12,3 bilhões para R\$14,8 bilhões.

Do lado da oferta, o LSPA do IBGE, de setembro, estima crescimento de 2,1% da safra de grãos em 2019, condicionada especialmente pelo desempenho do milho (8,3%). A soja (-8,0%), no entanto, sofreu os efeitos adversos do clima seco e quente, mais intensos que no ano anterior. A safra de laranja produzida na região deverá aumentar 8,2%, enquanto a de café, em ano de bialidade negativa, reduzirá 16,3%. Em seu primeiro levantamento para a safra 2019/20, a Conab projeta colheita de grãos regional 2,2% maior em relação à safra anterior, com destaque para a recuperação da produção de soja (8,9%).

De acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE, a produção industrial ficou estável no trimestre encerrado em agosto, ante queda de 0,2% no terminado em maio. Houve alta em nove dos vinte e dois setores pesquisados, com destaque para fabricação de máquinas e equipamentos.

O Icei atingiu 57,7 pontos, na média do trimestre finalizado em setembro (55,9 pontos, em junho), influenciado pelas condições atuais da economia brasileira. Considerando os dados mensais, houve alta entre junho e setembro, quando o índice passou de 55,4 para 58,7.

O *superávit* da balança comercial do Sudeste recuou de US\$10,1 bilhões, nos primeiros nove meses de 2018, para US\$9,3 bilhões, em igual período de 2019.

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2019			
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses	
Indústria geral	100,0	-0,2	0,0	-2,4	
Indústrias extrativas	13,6	-9,1	4,4	-5,5	
Indústrias de transformação	86,4	0,8	-0,5	-1,9	
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	7,1	-3,8	-2,6	
Produtos alimentícios	12,7	-3,5	-1,0	-5,5	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	-1,5	4,2	-3,0	
Metalurgia	7,1	-0,8	-3,8	-0,7	
Outros produtos químicos	5,8	-1,7	1,2	0,0	

Fonte: IBGE

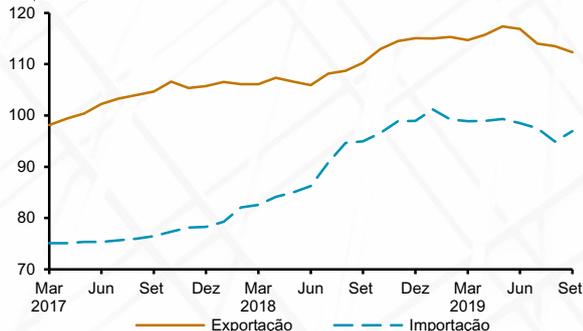
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.6 – Balança comercial – Sudeste

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
	Ano	II Tri	III Tri	12 meses	
IPCA	100,0	3,89	0,60	0,35	2,88
Livres	72,8	2,89	0,17	-0,02	2,76
Alimentação no domicílio	13,8	4,64	-0,78	-1,97	2,64
Bens industrializados	21,3	0,89	0,16	0,09	1,15
Serviços	37,7	3,42	0,53	0,65	3,74
Monitorados	27,2	6,74	1,80	1,34	3,18
Principais itens					
Alimentação	22,9	4,09	-0,18	-0,92	2,80
Habitação	16,6	4,60	1,41	2,78	4,34
Artigos de residência	3,7	3,83	-0,38	0,48	2,93
Vestuário	5,1	0,59	0,69	-0,11	0,69
Transportes	18,6	4,67	-0,02	-0,52	1,00
Saúde	12,7	4,37	2,66	0,42	4,37
Despesas pessoais	11,6	3,02	0,45	0,87	3,34
Educação	5,3	5,30	0,21	0,22	4,59
Comunicação	3,6	-0,12	0,05	0,72	0,52

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2019.

O comportamento foi condicionado, sobretudo, pela retração de 3,3% das exportações, decorrente de variações de -0,9% nos preços e de -2,7% no *quantum*⁹, com destaque para as diminuições das vendas de soja, açúcar (em bruto e refinado), óleos brutos de petróleo e automóveis de passageiros. As importações, sensibilizadas pela diminuição de 2,5% nos preços, recuaram 2,7%, com ênfase na contração das aquisições de bens de capital, notadamente de plataformas de perfuração/exploração de petróleo.

A variação trimestral do IPCA no Sudeste desacelerou de 0,60%, no segundo trimestre de 2019, para 0,35%, no terceiro, refletindo o menor ritmo de elevação dos preços monitorados, passando de 1,80% para 1,34%, e a reversão de alta de 0,17% para retração de 0,02% nos preços livres. O comportamento dos preços monitorados foi influenciado, em especial, pelas retrações dos preços da gasolina, do gás veicular, do gás de botijão e de produtos farmacêuticos, e à desaceleração dos aumentos dos preços do óleo diesel e dos planos de saúde e da tarifa de gás encanado. Por sua vez, o movimento dos preços livres foi favorecido principalmente pela diminuição mais acentuada dos preços de alimentação no domicílio, passando de -0,78%, no segundo trimestre, para -1,97%, no terceiro, e, em menor medida, à retração de 0,25% nas taxas de condomínio, após alta de 2,16% no trimestre anterior.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 2,88%, em setembro de 2019, comparativamente a 4,91%, no mesmo mês em 2018, resultado decorrente da desaceleração dos preços monitorados, de 10,66% para 3,18%, com especial destaque para redução nos preços da gasolina e do menor ritmo de aumento dos preços do gás de botijão, do óleo diesel, dos planos de saúde e da tarifa de energia elétrica residencial. Em relação aos preços livres, houve desaceleração no período em análise, de 2,91% para 2,76%.

Em síntese, a análise dos recentes indicadores de atividade econômica da região Sudeste reforça o processo de recuperação gradual da economia da região. Nesse contexto, o ambiente caracterizado pelo avanço nas reformas e nos ajustes necessários na economia nacional, pelas taxas de juros em patamares historicamente baixos e pela inflação em níveis confortáveis tende a consolidar o cenário de crescimento da economia na região nos próximos trimestres.

9/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

4.1 Minas Gerais

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

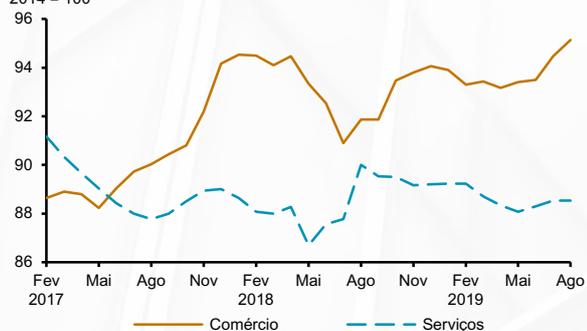


A atividade econômica mineira contraiu no segundo trimestre de 2019, influenciada pela queda na produção de minério de ferro, que recuou pelo segundo trimestre consecutivo após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho. O PIB mineiro diminuiu 0,7% na comparação com o primeiro trimestre, segundo dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP), com retração de 22,2% na indústria extrativa (-16,6% no primeiro trimestre) e de 2,4% no setor de transportes. Em sentido oposto, destacaram-se as expansões de 2,0% na construção, completando quatro trimestres consecutivos de crescimento, e 5,9% na agropecuária. No acumulado em quatro trimestres, o crescimento do PIB mineiro desacelerou de 1,0%, no primeiro trimestre, para 0,6% no segundo.

Dados mais recentes mostram uma estabilização da atividade econômica no estado, com a mitigação parcial dos efeitos adversos do evento de Brumadinho sobre a indústria extrativa, aliada ao desempenho favorável do comércio e da construção civil. O IBCR-MG cresceu 0,3% no trimestre encerrado em agosto, comparativamente ao terminado em maio, com onze atividades entre dezesseis apresentando desempenho positivo.

Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



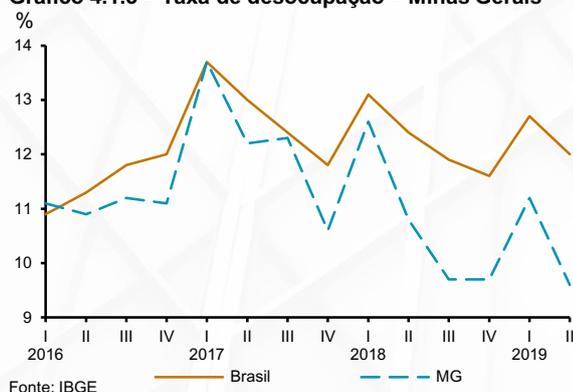
Fonte: IBGE

Indicadores de demanda mostram expansão no trimestre encerrado em agosto, com destaque para o comércio, que registrou aumento pelo segundo trimestre consecutivo, e para os serviços, que interromperam uma sequência de resultados negativos. As vendas do comércio ampliado expandiram 1,9% no trimestre, na comparação com o trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, destacando-se os ramos de veículos, supermercados e vestuário. O volume de serviços aumentou 0,5% no período, segundo dados dessazonalizados da PMS, do IBGE, com destaque para os serviços profissionais, administrativos e complementares.

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), aumentou 0,5 p.p. no terceiro trimestre, com destaque para a melhora na expectativa financeira, que repercutiu a evolução positiva na avaliação sobre a situação financeira da família.

No mercado de trabalho, o aumento na quantidade de trabalhadores concentrou-se em categorias com maior nível de informalidade, evidenciando dificuldades de geração de empregos mais qualificados por conta do ritmo moderado da economia. Segundo dados da PNAD Contínua, do IBGE, o número de pessoas ocupadas no estado aumentou 219 mil no segundo trimestre, na comparação com igual período de 2018, registrando variação de 2,2%, resultado ligeiramente inferior ao apurado no país (2,6%). Por categorias, houve aumento de 87 mil trabalhadores atuando por conta própria (principalmente nas áreas de comércio, agropecuária e construção), 54 mil como empregador (em comércio e serviços de informação e comunicação), 37 mil como trabalhadores domésticos sem carteira, e 35 mil como trabalhadores no setor privado sem carteira (em serviços de informação e comunicação e de alojamento e alimentação).

Gráfico 4.1.3 – Taxa de desocupação – Minas Gerais



O aumento na quantidade de pessoas ocupadas no estado nos últimos dois anos, seja em trabalhos com maior ou menor nível de formalidade, resultou na diminuição da taxa de desocupação desde o primeiro trimestre de 2017. No segundo trimestre de 2019, a taxa retraiu 1,2 p.p. relativamente ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 9,6%. Na margem, a taxa de desocupação diminuiu 0,3 p.p. na comparação com o trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados. A massa de rendimento real do trabalho recuou 0,2% ante o segundo trimestre de 2018, como consequência da queda de 2,0% no rendimento médio real.

Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2018		2019	
	Trí. ^{2/}	Ano. ^{3/}	Trí. ^{2/}	Ano. ^{3/}
Total	27,0	100,2	28,1	101,5
Ind. de transformação	-1,1	15,7	6,1	19,9
Comércio	-0,2	-8,7	2,7	-8,3
Serviços	12,7	38,7	15,0	45,3
Construção civil	7,0	20,8	11,7	23,0
Agropecuária	7,8	31,2	-9,0	17,9
Outros ^{1/}	0,9	2,5	1,7	3,7

Fonte: Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública, SIUP, entre outras.

2/ Trimestre encerrado em agosto.

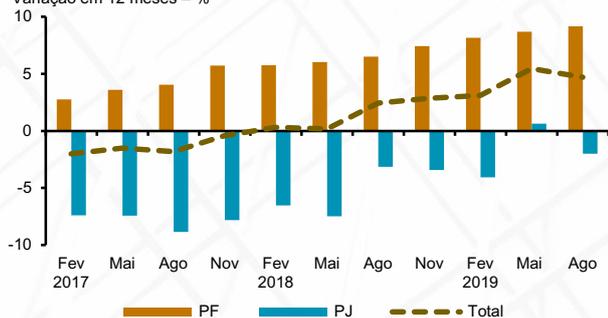
3/ Acumulado no ano até agosto.

Os dados mais recentes de contratações e demissões do Caged/ME mostram que o mercado formal segue em expansão, com o volume de contratações no estado mantendo-se em nível semelhante ao registrado em 2018. Foram criados 28,1 mil novos postos de trabalho formal no trimestre encerrado em agosto, com destaque para as contratações dos setores de serviços, construção civil e indústria de transformação. A agropecuária registrou demissão líquida de 9 mil trabalhadores no trimestre, com a antecipação das demissões de trabalhadores temporários da colheita de café.

O mercado de crédito a pessoas físicas no estado continua exibindo vigor, impulsionado pelas modalidades de crédito livre, enquanto o voltado para as empresas voltou a registrar contração. O saldo total dos empréstimos em Minas Gerais cresceu 4,7% em agosto, na comparação em doze meses, desacelerando em relação ao resultado apurado em maio (5,4%). A

Gráfico 4.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

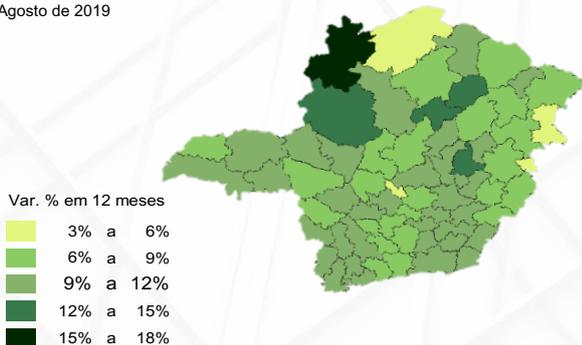
Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Figura 4.1.1 – Crédito a pessoas físicas – Minas Gerais^{1/}

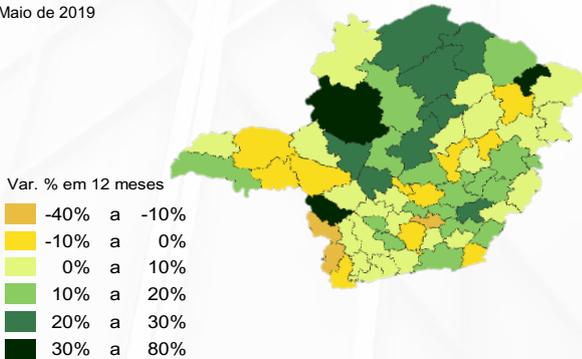
Agosto de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Figura 4.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Minas Gerais^{1/}

Maio de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

expansão do crédito às famílias evoluiu de 8,7%, em maio, para 9,2% em agosto, impulsionado pelas operações de crédito consignado e financiamento de veículos. O crédito às empresas, por sua vez, recuou 2,0%, após registrar expansão de 0,6% em maio, impactado por arrefecimento na expansão do capital de giro e pela redução nas operações do BNDES e de financiamento rural. Por atividade econômica, ressalta-se a redução no endividamento do setor elétrico e da indústria siderúrgica.

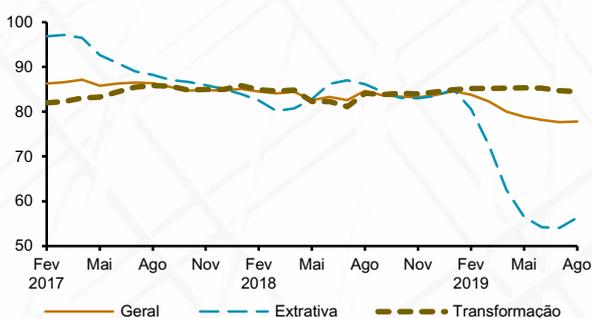
O crédito às famílias evoluiu com crescimento disseminado pelo estado, especialmente no interior, onde registrou variação interanual de 9,9% em agosto (9,4% em maio). As maiores taxas de crescimento continuaram sendo registradas no noroeste de Minas, impulsionadas pela expansão do financiamento à atividade rural (crédito rural e financiamento a exportações) nas áreas de Unaí, Paracatu e Patos de Minas. As microrregiões de Grão Mogol, Bocaiúva e Guanhões também apresentaram crescimento expressivo. O crédito às pessoas físicas nos arredores de Belo Horizonte cresceu 7,8% (7,2% em maio), impulsionado pelas modalidades de cartão de crédito à vista, financiamento imobiliário, crédito consignado e financiamento de veículos.

O crédito a pessoas jurídicas mostrou evolução mais heterogênea entre as microrregiões, com retração mais significativa na capital e crescimento moderado no interior. Na área de Belo Horizonte, que concentra 51% dos empréstimos às empresas no estado, o saldo do crédito retraiu 6,9% (queda de 2,3% em maio), impactado pela amortização de financiamentos dos setores de energia elétrica (com recursos levantados no mercado de capitais), siderurgia, administração pública e produção de cimento. Os financiamentos às empresas sediadas no interior do estado cresceram 3,0% (3,9% em maio), com destaque para a expansão nas regiões de Paracatu (geração de energia elétrica), Pedra Azul (transporte rodoviário de carga), Passos (serviços) e Patos de Minas (construção).

As finanças públicas do estado mostraram deterioração, evidenciando as dificuldades dos governos locais. A dívida líquida do governo do estado e dos municípios cresceu 6,4% entre dezembro de 2018 e agosto de 2019, enquanto o *deficit* primário atingiu R\$1,0 bilhão nos oito primeiros meses, ante R\$478 milhões em igual período de 2018. As receitas com ICMS e as transferências da União encolheram, em termos reais, 2,2% e 1,3% no período de doze meses encerrado em agosto.

Gráfico 4.1.5 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Em relação aos indicadores de oferta, a indústria voltou a registrar queda, influenciada desta vez pela retração no segmento de transformação. No trimestre encerrado em agosto, a indústria mineira retraiu 1,4% na comparação com o trimestre anterior, segundo dados com ajuste sazonal da PIM-PF, do IBGE. A indústria de transformação recuou 1,0%, com destaque para as quedas nas indústrias automobilística, metalúrgica, alimentícia e de produtos de metal. A produção de minério de ferro estabilizou-se em junho, e começa a mostrar discreta recuperação, ainda que em patamar significativamente baixo.

Contrastando com o desempenho da economia local, o empresário mineiro voltou a mostrar maior otimismo, de acordo com Índice de Confiança do Empresário Industrial divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). O Icei-MG, alcançou 60,2 pontos em setembro, expandindo 4,6 pontos em relação a junho, com avanço nos índices de expectativas e de condições atuais, este último inclusive passando para o campo otimista.

Tabela 4.1.2 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2019/2018
		2018	2019	
Grãos	31,9	13 694	14 347	4,8
Soja	17,1	5 436	5 119	-5,8
Milho	10,0	6 664	7 465	12,0
Feijão	3,0	492	538	9,5
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	16,2	70 797	73 491	3,8
Café	38,6	1 905	1 508	-20,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2019.

Na agricultura, entre as culturas com período de colheita concentrado no segundo trimestre, destacaram-se as lavouras de algodão, milho 2ª safra e feijão 2ª safra, com aumentos de 46,4%, 41,1% e 35,3%, na ordem. No ano, a produção de grãos no estado deverá atingir o recorde de 14,3 milhões de toneladas, com expansão de 4,8%, em relação à safra anterior. Em sentido contrário, a produção de café deverá retrair 20,8%, em ano de baixa produtividade. Sobre a próxima safra, as primeiras informações indicam uma variação positiva de 0,3% na produção de grãos no estado, segundo dados do primeiro levantamento da Conab.

Tabela 4.1.3 – Comércio exterior – Minas Gerais

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais			Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Exportações	17 625	18 552	5,3	-5,6
Básicos	9 858	10 622	7,7	-0,9
Industrializados	7 766	7 930	2,1	-10,2
Importações	6 850	6 578	-4,0	-1,3
Bens de capital	963	1 070	11,0	-7,2
Bens Intermediários	4 077	4 080	0,1	1,8
Bens de consumo	1 200	838	-30,2	-5,3
Combustíveis e lubrificantes	609	590	-3,2	-3,5
Saldo comercial	10 774	11 974	11,1	-8,9

Fonte: Ministério da Economia

O desempenho das exportações mineiras em 2019 está sendo marcado pelo resultado dos dois principais produtos comercializados com o exterior pelo estado: minério de ferro e café. O aumento de 13,4% nas vendas de minério foi impulsionado pela valorização nos preços da *commodity* após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, e a alta de 22,4% nos embarques de café refletem a safra recorde colhida em 2018. No total, as exportações do estado cresceram 5,3% nos primeiros nove meses do ano, na comparação com igual período de 2018, com o montante dos demais produtos exportados diminuindo 2,3%. As importações diminuíram 4,0% no período, com destaque para a redução nas aquisições

de automóveis de passageiros. Dessa forma, o *superavit* do comércio exterior do estado aumentou 11,1% no período, atingindo US\$12,0 bilhões.

Gráfico 4.1.6 – IPCA RMBH – Padrão sazonal

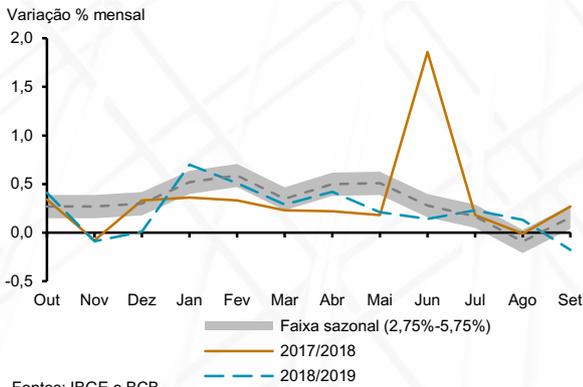
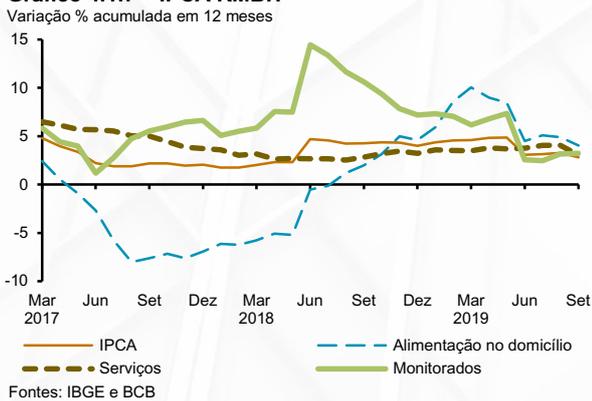


Gráfico 4.1.7 – IPCA RMBH

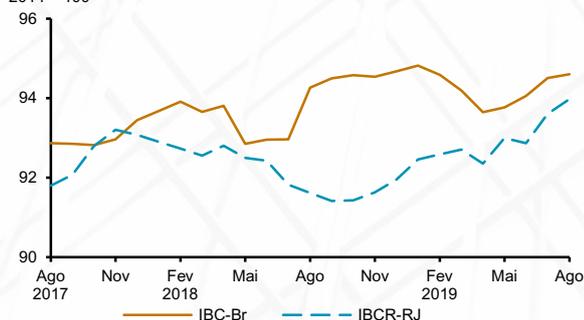


A inflação medida pelo IPCA na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) recuou de 0,77%, no segundo trimestre, para 0,18% no trimestre encerrado em setembro, mantendo-se em nível inferior ao da mediana histórica compatível com a meta. A desaceleração da inflação nesse período refletiu, em especial, a queda nos preços de alimentação no domicílio, -2,23% (destaque para o recuo nos preços de tubérculos, raízes e legumes e de hortaliças e verduras), em intensidade superior à observada no trimestre anterior (-1,10%). Nas demais categorias houve desaceleração na variação dos preços, que passou de 2,15% para 1,65% no grupo de itens monitorados (aumentos mais significativos de energia elétrica residencial e taxas de água e esgoto no terceiro trimestre). Os preços de serviços apresentaram alta de 0,29% (0,68% no trimestre anterior) e os de bens industrializados mostraram retração de 0,09%, ante elevação de 0,64% no segundo trimestre. O índice de difusão trimestral passou de 52,6%, em junho, para 49,3% em setembro.

A inflação acumulada em doze meses atingiu 2,81% em setembro, diminuindo ante o resultado apurado até junho (3,08%). Houve desaceleração na variação nos preços de alimentação no domicílio (de 4,50% para 4,03%), serviços (de 3,76% para 3,11%) e bens industriais (de 1,82% para 1,24%). Os preços de itens monitorados apresentaram trajetória inversa, acelerando de 2,55%, em junho, para 3,22% em setembro.

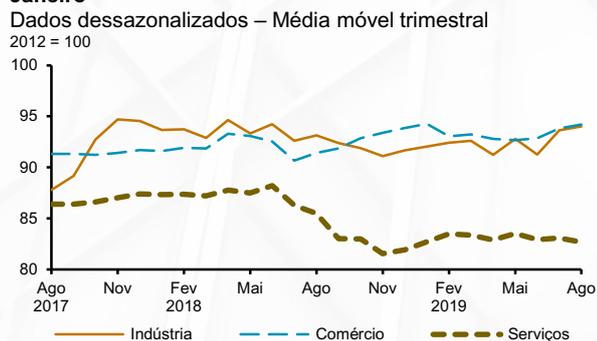
4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



A economia fluminense manteve trajetória de crescimento no trimestre terminado em agosto, registrando o terceiro aumento consecutivo nesse tipo de comparação, apesar da expansão da atividade econômica no estado ainda não estar disseminada e ocorrer em comparação a uma base deprimida. Embora a indústria e o comércio, favorecido pela ampliação do crédito às pessoas físicas, tenham avançado no período, o setor de serviços recuou, em ambiente de queda da confiança dos empresários fluminenses e ligeira melhora do mercado de trabalho. Nesse contexto, o IBCR-RJ variou 1,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, segundo dados com ajuste sazonal. Considerados intervalos de doze meses, o indicador avançou 0,4% em agosto (primeira leitura positiva desde maio/2015, nessa base de comparação).

Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

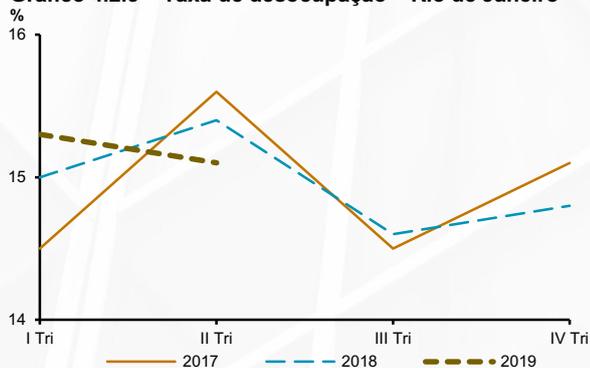


Fonte: IBGE

No âmbito da demanda, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE, o comércio ampliado cresceu 1,6% no trimestre finalizado em agosto, revertendo a queda de 0,4% observada no trimestre anterior. Houve aumento de vendas em sete dos dez segmentos pesquisados, com destaque para veículos e motos, partes e peças, 7,5%, outros artigos de uso pessoal e doméstico, 4,4%, e móveis e eletrodomésticos, 4,3%.

Em sentido contrário, o volume de serviços não financeiros no estado diminuiu 1,0% no trimestre encerrado em agosto, após ter registrado estabilidade no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O resultado na margem refletiu os desempenhos negativos dos segmentos de serviços profissionais, administrativos e complementares, 2,1%, e de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, 1,4%.

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

O consumo das famílias ainda não apresenta sinais consistentes de recuperação, mas observa-se, na margem, uma ligeira melhora no mercado de trabalho fluminense, embora permaneça com elevado nível de ociosidade. De acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, com ajuste sazonal, no segundo trimestre de 2019, a taxa de desemprego no estado (14,7%) recuou em relação ao patamar do trimestre anterior (15,1%), após quatro trimestres consecutivos de alta.

Apesar do decréscimo de 0,2% da população ocupada, o indicador foi favorecido pela queda de

Tabela 4.2.1 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro
Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-0,6	20,8	-16,6	-5,6	11,3
Indústria de transformação	-1,5	-1,1	-6,0	-1,7	2,6
Comércio	-4,9	15,6	-6,3	-5,5	0,2
Serviços	4,1	6,7	-4,8	0,3	3,3
Construção civil	-1,3	2,0	0,8	-0,5	4,9
Agropecuária	3,1	-3,3	-0,5	2,5	-0,4
Serviços ind. utilidade pública	0,3	0,5	0,2	-0,6	0,5
Outros ^{2/}	-0,4	0,3	-0,0	0,1	0,1

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 4.2.2 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	0,4	1,3	-1,2
Indústrias extrativas	28,1	5,4	7,6	4,7
Indústrias de transformação	71,9	-3,5	1,0	-4,1
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	-6,0	6,9	-2,8
Metalurgia	10,4	-7,4	-6,7	-10,9
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	3,9	0,4	-6,0
Bebidas	3,9	13,6	-9,8	-5,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

0,7% da força de trabalho. Na comparação interanual, no segundo trimestre de 2019, a taxa de desemprego no estado diminuiu 0,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2018. Quanto aos níveis de remuneração, o rendimento médio habitual real e a massa salarial real variaram, na ordem, 3,4% e 4,7% na mesma base de comparação, segundo a PNAD Contínua.

Dados do emprego formal, disponibilizados pelo Caged/ME, corroboram a melhora do mercado de trabalho no estado. Foram criados 11,3 mil empregos formais no trimestre encerrado em agosto (-0,6 mil em igual período de 2018), concentrados nos segmentos da construção civil e serviços. Considerando-se os últimos doze meses, foram abertos no estado 9,9 mil postos de trabalho formais.

O mercado de crédito no estado apresentou retração na margem, repercutindo a diminuição dos empréstimos destinados a pessoas jurídicas. O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil decresceu 2,4% no trimestre terminado em agosto, após redução de 2,0% no trimestre finalizado em maio. A carteira de pessoas jurídicas diminuiu 5,9% no trimestre, após recuo de 4,8% no trimestre anterior, refletindo, fundamentalmente, os decréscimos nos financiamentos concedidos às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool e às indústrias extrativas (com exceção de petróleo e gás). Em sentido oposto, as operações contratadas com pessoas físicas aumentaram 3,2% no trimestre (+3,2% no trimestre anterior), com destaque para as modalidades crédito consignado, financiamentos de veículos e financiamentos imobiliários.

Sob a ótica da oferta, a atividade industrial no estado continuou a sua trajetória de expansão no trimestre finalizado em agosto, 1,3%, registrando a sua terceira alta consecutiva. O resultado do período refletiu basicamente o bom desempenho das atividades ligadas a cadeia produtiva do petróleo. A indústria de transformação expandiu 1,0%, com destaque para a produção de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, e o segmento extrativo aumentou 7,6%, impulsionado pela extração de petróleo.

Apesar da alta na produção, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostram tanto o decréscimo de 1,5 p.p. do Nuci no último trimestre, atingindo 75,3% (contra média histórica de 79,6%), quanto a perda de confiança dos empresários fluminenses. O Icei registrou o segundo recuo consecutivo nessa base de comparação e

alcançou 54,7 pontos na média do trimestre finalizado em agosto (57,1 pontos no terminado em maio). O desempenho foi impactado principalmente pela retração da componente relativa às condições atuais, -3,1 p.p., que segue em patamar de pessimismo (44,9 pontos). Já a componente relativa às expectativas, apesar de ter reduzido 1,9 p.p., atingindo 59,5 pontos, segue em patamar de otimismo (acima de 50 pontos).

O *superavit* da balança comercial fluminense totalizou US\$4,2 bilhões nos primeiros nove meses de 2019 (US\$3,9 bilhões em igual período de 2018), de acordo com o Ministério da Economia. A expansão refletiu a diminuição mais acentuada das importações, -9,1% (exportações, -6,4%, com destaque para a queda nas vendas de petróleo), com ênfase no recuo dos *preços*¹⁰ (-9,2%), em especial nas compras de bens de capital e combustíveis e lubrificantes.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro totalizaram *deficit* nominal de R\$14,8 bilhões nos últimos doze meses finalizados em agosto, ante R\$12,3 bilhões no ano de 2018. O resultado refletiu, em especial, o resultado primário dos entes governamentais, que passou de *superavit* de R\$483 milhões para *deficit* de R\$3,9 bilhões, impactado pelas reduções reais de 3,1% e 0,3% na arrecadação de ICMS e nas transferências da União ao estado, respectivamente. Em compensação, os juros nominais somaram R\$10,8 bilhões, ante R\$12,8 bilhões no ano de 2018 (decréscimo de 15,2%). A dívida líquida atingiu R\$182,4 bilhões em agosto, expandindo 7,3% em relação a dezembro de 2018.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, variou 0,11% no terceiro trimestre de 2019, ante 0,46% no segundo trimestre. O indicador encontra-se em nível inferior ao da mediana histórica relativa ao período de 2013 a 2018 (0,69%) e da variação observada no terceiro trimestre do ano anterior (0,59%). O arrefecimento da inflação nesse período repercutiu, em grande parte, a desaceleração dos preços de alimentação no domicílio, de -0,61% para -2,78%, em especial dos itens tubérculos, raízes e legumes, aves e ovos e hortaliças e verduras. A inflação no setor de serviços acelerou de -0,25% para 0,62%, com destaque para os aumentos nos preços de excursão, conserto de automóvel, passagem aérea e alimentação fora do domicílio. Em trajetória similar, os preços dos serviços subjacentes aceleraram de 0,03% para 0,37% nos

Gráfico 4.2.4 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

Variação % em 12 meses

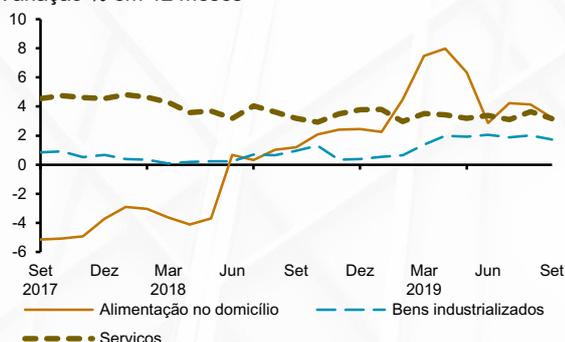


Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2018 IV Tri	2019 I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	0,59	1,81	0,46	0,11
Livres	69,5	1,22	1,78	-0,03	-0,15
Alimentação no domicílio	13,3	1,56	5,19	-0,61	-2,78
Bens industrializados	16,7	-0,19	0,79	0,97	0,16
Serviços	39,5	1,71	1,07	-0,25	0,62
Monitorados	30,5	-0,83	1,87	1,61	0,71

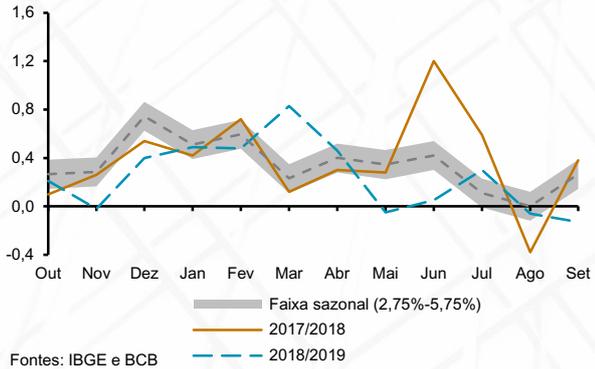
Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2019.

10/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Gráfico 4.2.5 – IPCA RMRJ – Padrão sazonal

Varição % mensal



referidos trimestres. O índice de difusão médio alcançou 45,8% no período, ante 47,9% no trimestre anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 3,00% em setembro, ante 4,62% em setembro de 2018. O arrefecimento refletiu, especialmente, a desaceleração dos preços monitorados, de 10,44% para 3,37%.

4.3 São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo



Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo

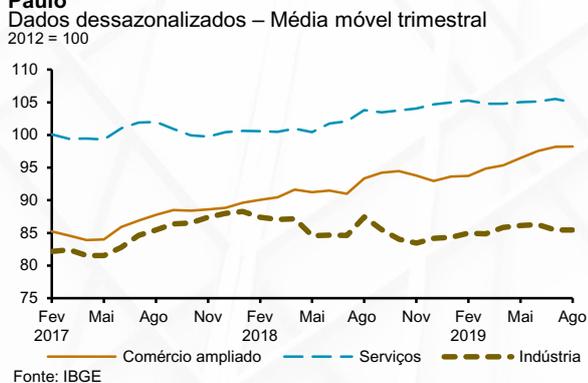


Gráfico 4.3.3 – Confiança dos agentes – São Paulo

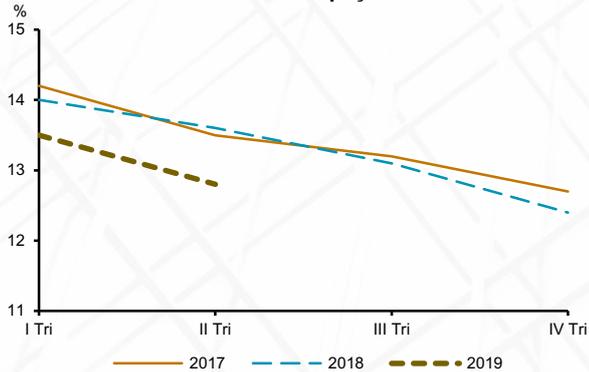


Os principais indicadores de atividade econômica paulista confirmam a continuidade do processo de recuperação gradual da economia local. De acordo com dados divulgados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o PIB de São Paulo cresceu 0,7% no trimestre encerrado em agosto ante o trimestre até maio, quando havia aumentado 0,2%, considerados dados com ajuste sazonal. Nas mesmas bases de comparação e ratificando o desempenho positivo da economia paulista, o IBCR-SP expandiu 0,5% e 0,4%, respectivamente. Os segmentos de intermediação financeira e comércio exerceram as principais contribuições para o resultado na margem.

Na demanda, o consumo das famílias vem consolidando trajetória de crescimento. As vendas do comércio ampliado avançaram 1,8% no trimestre encerrado em agosto frente ao terminado em maio, quando se expandiram 2,9% no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Excluindo os segmentos de veículos, motos, partes e peças (+0,4%) e de material de construção (-1,6%), as vendas do comércio varejista aumentaram 2,0% nesse trimestre frente à queda de 0,4% naquele finalizado em maio. Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam ajuste do crescimento das vendas de veículos na margem, verificado no segundo trimestre de 2019. O número de licenciamentos de automóveis e veículos comerciais leves recuou 3,5% no terceiro trimestre ante o segundo, registrando estabilidade na comparação com igual período de 2018. No acumulado em doze meses, o número de licenciamentos aumentou 6,7%.

Indicadores de confiança relacionados ao consumo reforçam o processo sustentado das vendas do comércio. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), elaborado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), avançou de 107,4 pontos em junho para 112,2 em setembro, evidenciando um consumidor menos pessimista em relação às condições econômicas atuais e mais otimista quanto ao futuro. Observou-se evolução similar no ICF, com expansão de 94,5 em junho para 96,0 em setembro. Em sentido oposto, o Icec recuou em setembro em relação a junho, passando de 117,0 para 115,3, com impacto semelhante nos componentes das condições atuais e de expectativa. Ressalte-se, porém, que no mês de setembro foi registrada a primeira elevação mensal após cinco retrações consecutivas.

Gráfico 4.3.4 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

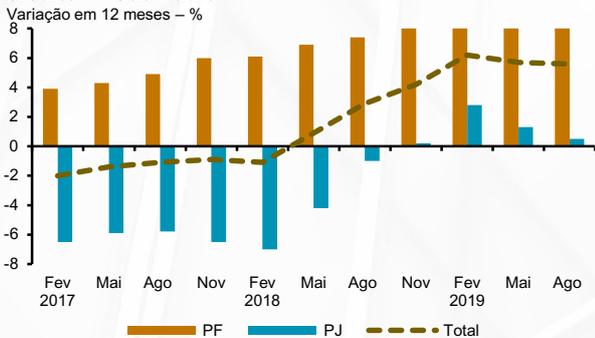
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	45,1	53,3	-33,3	48,2	71,8
Indústria de transformação	-9,7	-6,3	-3,2	7,5	-9,4
Comércio	5,5	37,2	-16,6	-7,2	14,4
Serviços	22,7	39,6	13,1	25,2	38,0
Construção civil	1,3	-2,7	-0,0	2,4	6,8
Agropecuária	25,8	-13,9	-21,7	18,1	19,6
Serv. industr. de utilidade pública	0,9	-0,1	-0,6	0,5	1,9
Outros ^{2/}	-1,3	-0,5	-4,4	1,7	0,6

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

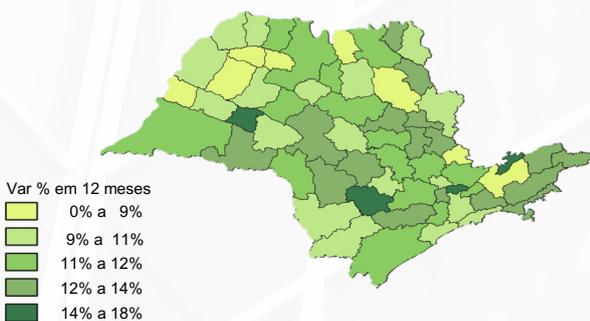
Gráfico 4.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Figura 4.3.1 – Crédito a pessoas físicas – São Paulo^{1/}

Agosto de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Em sentido oposto ao comportamento do comércio e dos indicadores de confiança, o volume de serviços não financeiros manteve-se relativamente estável no trimestre encerrado em agosto, diminuindo 0,1% em relação ao trimestre finalizado em maio, quando recuara 0,2% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O resultado foi condicionado, principalmente, pelo desempenho dos segmentos de serviços prestados às famílias (-1,7%) e de informação e comunicação (-1,3%), compensadas pelo crescimento em outros serviços (+5,4%).

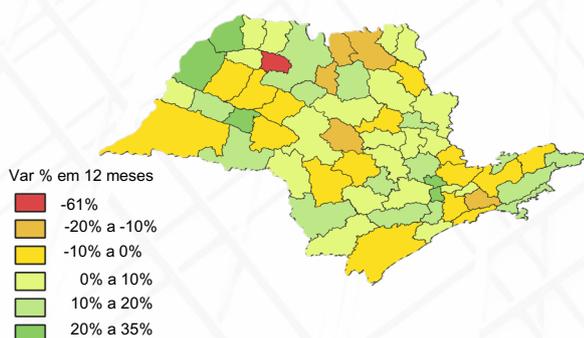
O mercado de trabalho corrobora a recuperação gradual da atividade econômica em São Paulo. No trimestre encerrado em agosto foram criados 71,8 mil empregos formais, com ênfase em serviços e agropecuária, em comparação à criação de 45,1 mil postos no mesmo período do ano anterior (agropecuária e serviços em destaque), segundo dados do Caged/ME. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou para 12,8% no segundo trimestre (13,6% no segundo trimestre de 2018). Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desocupação recuou para 12,6% (12,9% no primeiro trimestre).

A progressiva melhora do mercado de trabalho condiciona, por sua vez, o desempenho do crédito às famílias. Assim, a carteira de crédito para pessoas físicas cresceu 2,7% no trimestre encerrado em agosto e 10,8% em doze meses, destacando-se as modalidades crédito pessoal, financiamento imobiliário e financiamento de veículos. A carteira referente às pessoas jurídicas aumentou 0,3% no trimestre e 0,5% em doze meses, condicionada principalmente pelos descontos de títulos e financiamentos imobiliários. O saldo total das operações acima de R\$1 mil expandiu-se 1,5% na avaliação trimestral e 5,6% em doze meses.

Analisando as operações de crédito por microrregião, Itapetininga e Tupã destacaram-se com as maiores variações da carteira de crédito às pessoas físicas em doze meses, condicionadas em grande parte por financiamento imobiliário e financiamento rural, respectivamente. Em relação às pessoas jurídicas, as maiores variações concentraram-se em Jales (baseada em capital de giro e aquisição de veículos) e Osasco (recebíveis e capital de giro); por outro lado, Nhandeara apresentou a maior retração, resultado das diminuições do capital de giro e dos financiamentos à exportação.

Figura 4.3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – São Paulo^{1/}

Agosto de 2019



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

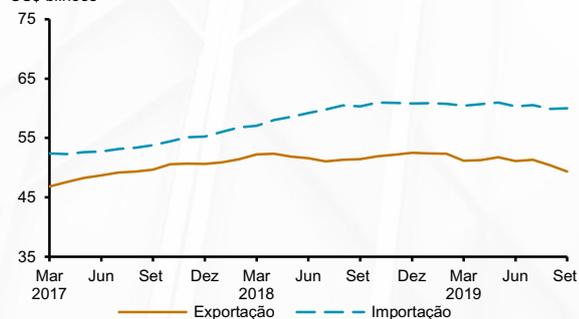
No âmbito fiscal, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, a arrecadação do ICMS recuou 3,0% e as transferências da União caíram 1,8% (ambos deflacionados pelo IGP-DI) no acumulado em doze meses até agosto de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018.

Amortecendo, na margem, a recuperação da economia paulista, a indústria do estado, segundo a PIM-PF/IBGE, recuou 0,8% no trimestre encerrado em agosto, em comparação à alta de 1,4% do trimestre encerrado em maio, com 11 dos 18 setores apresentando retração, destacando-se os de equipamentos de informática e de veículos. O total de horas trabalhadas na produção recuou 1,2% no trimestre encerrado em agosto em comparação à alta de 0,1% do finalizado em maio, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O nível de ociosidade continua elevado, com o Nuci alcançando 75,5% no trimestre encerrado em agosto, abaixo dos 75,8% observados em maio. Por outro lado, a confiança do empresário industrial avançou de 53,6 em junho para 56,3 em setembro, influenciada pelas condições atuais, principalmente no que tange à economia brasileira.

Gráfico 4.3.6 – Balança comercial – São Paulo

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



O *deficit* da balança comercial do estado aumentou de US\$7,0 bilhões, nos primeiros nove meses de 2018, para US\$9,3 bilhões, em igual período de 2019. O comportamento refletiu a contração de 8,1% das exportações, resultante de variações de -3,5% nos preços e de -4,7 no *quantum*¹¹, com destaque para a retração das vendas de açúcar (em bruto e refinado), veículos de carga, automóveis de passageiros, tratores e soja mesmo triturada. O recuo de 1,8% das importações, resultante de variações de -0,8% nos preços e -1,0% no *quantum*, refletiu, especialmente, diminuições nas aquisições de bens intermediários.

O IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) variou 0,55% no terceiro trimestre, patamar pouco inferior ao observado no segundo (0,58%). A desaceleração no período refletiu, principalmente, o movimento dos preços de monitorados, que recuaram de 1,80% no trimestre encerrado em junho para 1,64% no trimestre até setembro. Em relação aos preços livres, houve relativa estabilidade das variações no período analisado, tendo passado de 0,15% no segundo trimestre para 0,17% no terceiro, destacando-se a elevação dos preços das passagens aéreas (1,26% ante -7,68%), a desaceleração da retração dos preços do etanol, e as quedas de preços

11/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2019			
		2018	Ano	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	3,67	0,58	0,55	2,89
Livres	73,6	2,91	0,15	0,17	2,76
Alimentação no domicílio	13,7	5,44	-0,87	-1,50	1,72
Bens industrializados	22,0	0,75	-0,34	0,16	0,96
Serviços	37,9	3,31	0,83	0,78	4,21
Monitorados	26,4	5,93	1,80	1,64	3,27
Principais itens					
Alimentação	23,3	4,42	-0,01	-0,38	2,78
Habitação	15,9	4,56	1,57	3,25	4,71
Artigos de residência	3,4	3,31	-1,11	0,60	3,14
Vestuário	5,1	0,41	0,25	0,06	0,95
Transportes	19,2	3,30	-0,30	-0,45	1,17
Saúde	12,9	4,19	2,66	0,56	4,23
Despesas pessoais	11,5	3,19	0,60	0,63	2,80
Educação	5,3	5,35	0,29	0,42	4,75
Comunicação	3,3	-0,35	0,04	0,96	0,64

Fonte: IBGE

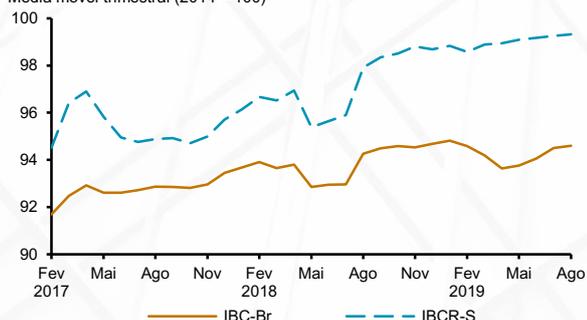
1/ Referente a setembro de 2019.

de alimentos *in natura*, de conserto de automóvel e das taxas de condomínio.

No acumulado em 12 meses, o IPCA da RMSP aumentou 2,89% em setembro (5,30% em setembro de 2018). A desaceleração decorreu da menor variação dos preços monitorados, que passaram de 10,85% para 3,27%, com destaque para a queda dos preços da gasolina e a desaceleração do aumento da tarifa de energia elétrica residencial, e dos preços livres, de 3,45% para 2,76%, nos mesmos períodos de comparação.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

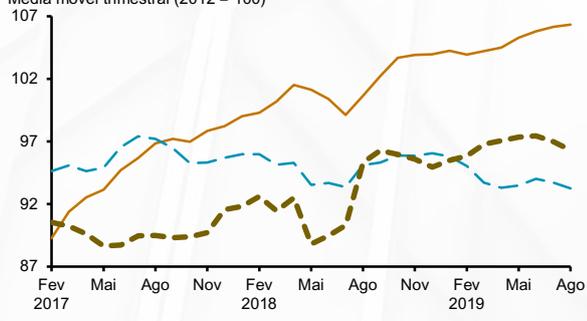
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



O nível de atividade econômica do Sul manteve processo de recuperação gradual – o IBCR-S avançou 0,2% no trimestre encerrado em agosto, na comparação com o finalizado em maio (0,5%), dados dessazonalizados, condicionado por expansões do comércio, do crédito e do emprego formal. Adicionalmente, observe-se, na agricultura, a apropriação de parte das colheitas, ainda que em proporção inferior à do trimestre anterior. Esses resultados foram mitigados por recuos na produção industrial – após quatro trimestres de alta – e no volume de serviços prestados, que se mostra persistente e dissonante da média para o Brasil. Na avaliação em prazo longo, no entanto, a região apresenta expansão maior do que o país – o IBCR-S cresceu 2,8% no acumulado em doze meses até agosto, enquanto o IBC-Br variou 0,9%.

Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)

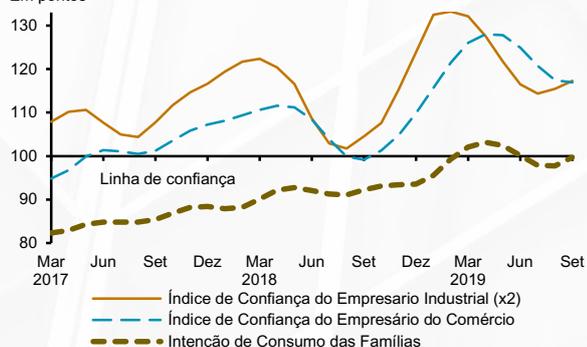


Fonte: IBGE

No âmbito dos indicadores de demanda, as vendas do comércio ampliado cresceram 1,0% no trimestre até agosto, em comparação ao finalizado em maio, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. O volume comercializado expandiu em sete das dez atividades pesquisadas, e a principal contribuição adveio do comércio de veículos, motocicletas, partes e peças. Esse segmento lidera a alta do comércio em horizonte mais longo – em doze meses até agosto, as vendas aumentaram 5,0%, especialmente estimuladas por expansão de 10,2% no comércio automotivo. Dados mais recentes do licenciamento de veículos sugerem arrefecimento no ritmo de crescimento do comércio em setembro. No ano, os 37,2 mil automóveis e comerciais leves licenciados representaram acréscimo de 1,3% sobre igual intervalo de 2018.

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

As avaliações dos empresários do comércio no terceiro trimestre sugerem otimismo com relação às expectativas futuras para a economia e o setor, bem como para a contratação de mão-de-obra. No entanto, observou-se pessimismo na percepção das condições atuais, do nível de investimentos e dos estoques. O Icec da CNC atingiu 119,4 pontos¹² em

12/ 100 pontos indicam neutralidade.

setembro, ante 121 pontos em junho. Nessa mesma base de comparação, consoante evolução do ICF, os consumidores do Sul mostraram-se otimistas com relação à renda e emprego atuais, e quanto às expectativas de consumo. As avaliações relativas às perspectivas profissionais, acesso ao crédito e momento para aquisição de duráveis permanecem na área de pessimismo desde o segundo trimestre de 2015.

Diferentemente da reação observada no país, a demanda por serviços considerados na PMS do IBGE¹³ não mostra sinais de recuperação. Nesse contexto, o volume de serviços reduziu pelo terceiro trimestre em sequência, com variação de -0,3% no intervalo até agosto, em relação ao finalizado em maio (-1,6%), conforme dados dessazonalizados. Houve retração na prestação de serviços em todos os segmentos, mais intensa nos de informação. Na análise de doze meses, a PMS do Sul assinala resultados negativos consecutivos desde o segundo semestre de 2018, acumulando retração de 0,7% em agosto.

O mercado de trabalho formal apresentou evolução na comparação interanual, com a criação de 10,9 mil empregos no trimestre até agosto, ante perdas de 7,3 mil postos no mesmo período de 2018, de acordo com dados do Caged/ME. Essa melhora deveu-se, em especial, às contratações no setor de serviços – décimo trimestre consecutivo de expansão, em especial no subsetor de serviços imobiliários, valores mobiliários e técnicos. Adicionalmente, destaque-se a reversão do resultado da construção civil e as menores dispensas do comércio e da indústria, onde parte considerável das dispensas deveu-se à sazonalidade da atividade fumageira. O estoque de empregos formais cresceu 0,4% no trimestre até agosto, em relação ao encerrado em maio, dados dessazonalizados, consistindo no nono aumento consecutivo em bases trimestrais.

A taxa de desocupação no Sul atingiu 8,0% no segundo trimestre de 2019, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, apresentando melhora relativamente ao mesmo período de 2018, 8,2%. Considerados dados com ajuste sazonal, a taxa de desocupação passou de 7,7% para 7,8% na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2019. A comparação interanual revela crescimento real de 1,7% no rendimento do trabalho na região, ante queda de 0,3% no Brasil.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

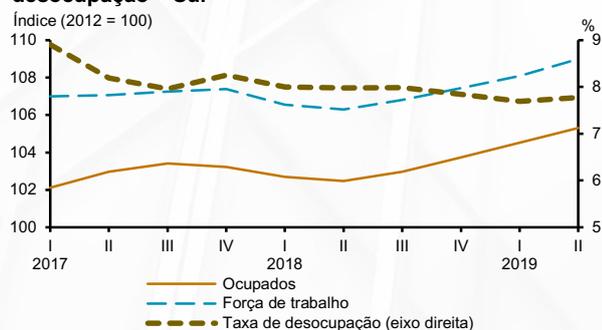
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-7,3	68,8	36,0	1,9	10,9
Indústria de transformação	-13,3	-0,8	10,0	7,9	-9,4
Comércio	-4,6	33,4	-2,1	-3,4	-0,6
Serviços	13,8	27,8	18,6	10,4	18,8
Construção civil	-0,2	0,0	0,1	3,2	3,3
Agropecuária	-2,9	7,6	10,0	-17,6	-1,6
Serviços ind. de utilidade pública	0,1	0,8	0,4	0,1	-0,2
Outros ^{2/}	-0,3	0,0	-1,1	1,2	0,7

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul^{1/}

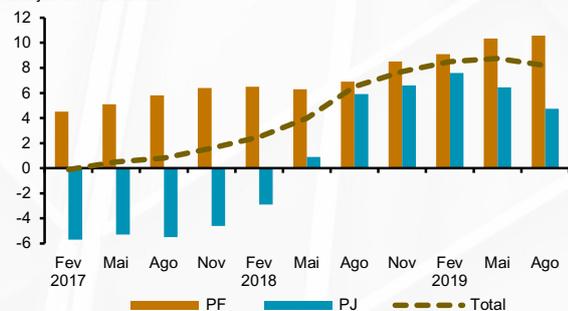


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

13/ Amostra contempla empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas.

Tabela 5.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Sul^{1/}
Variação interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	134 819	156 608	16,2	7,4
Capital de giro	46 739	54 270	16,1	4,2
Financiamentos de veículos	5 444	10 361	90,3	73,8
Financiamentos a exportação	28 171	30 098	6,8	-1,8
Títulos descontados	19 369	23 714	22,4	23,8
Direcionados	105 778	95 413	-9,8	-10,8
BNDES	63 277	59 680	-5,7	-9,0
Financiamentos imobiliários	5 362	4 345	-19,0	-23,5
Financiamentos rurais	27 836	22 741	-18,3	-22,9
Outros créditos direcionados	9 303	8 647	-7,1	-2,3

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.3 – Crédito a pessoas físicas – Sul^{1/}
Variação interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	152 525	177 391	16,3	15,6
Cartão de crédito à vista	21 907	26 389	20,5	18,9
Crédito pessoal consignado	51 353	58 022	13,0	11,8
Crédito pessoal não consig.	20 607	24 412	18,5	18,5
Financiamentos de veículos	34 150	40 402	18,3	17,7
Direcionados	191 169	202 665	6,0	6,0
BNDES	24 563	25 084	2,1	1,5
Financiamentos imobiliários	114 276	121 008	5,9	5,7
Financiamentos rurais	51 917	56 499	8,8	9,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.4 – Produção agrícola – Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Variação %
		2019	2019/2018
Grãos	75,6	77 464	4,0
Soja	50,6	37 077	-5,3
Milho	11,1	25 031	31,8
Arroz	7,7	8 370	-13,0
Trigo	3,7	4 809	1,4
Feijão	1,8	817	1,2
Outras lavouras			
Fumo	7,0	736	-5,7
Mandioca	3,2	4 515	-7,2
Cana-de-açúcar	2,9	41 060	-4,7
Uva	1,4	755	-19,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2019.

14/ Para detalhes sobre a expansão de aquisições de veículos por pessoas jurídicas ver o box “Crédito e dinâmica recente do setor automobilístico” no Relatório de Inflação de março de 2019.

O saldo das operações de crédito cresceu 8,2% em agosto na comparação interanual, com evolução das carteiras de pessoas físicas e jurídicas, que expandiram 10,6% e 4,7% respectivamente. Ao mesmo tempo em que o crédito às famílias vem sendo sustentado pela disponibilidade de recursos livres e direcionados, a contração ininterrupta no segmento de crédito direcionado às empresas condiciona o menor crescimento do saldo de PJ. Nesse contexto, destacaram-se o avanço nas operações de financiamentos de veículos¹⁴ e de títulos descontados, além do recuo nos financiamentos imobiliários empresariais. Em relação às pessoas físicas, houve manutenção da expansão dos financiamentos de veículos com recursos livres e dos financiamentos imobiliários com recursos direcionados. As taxas de inadimplência permanecem em níveis confortáveis na região, 2,2% para pessoas jurídicas e 2,4% para físicas.

No âmbito dos indicadores de oferta, a expansão de 4,0% estimada para a safra de grãos, conforme o LSPA de setembro do IBGE, reflete a recuperação do milho, após quebra da safra 2018/2019. Comparativamente à projeção anterior (expansão de 4,5% nas safras de grãos), condições climáticas desfavoráveis impactaram as lavouras de inverno (trigo no PR e SC), além da maior redução na produção de arroz. De acordo com o Mapa, o valor bruto da produção (VBP) das lavouras e da pecuária deverão variar -4,8% e 7,0% em 2019, em termos reais. A representatividade regional no total do VBP da agropecuária nacional permanece relevante, pois o Sul responde por 88,0% do VBP de trigo, 77,5% de arroz, 33,6% de soja e 20,8% de milho, além de 58,4% de frango, 40,4% de suínos e 37,8% de leite.

O Primeiro Levantamento da Conab para a safra 2019/2020 estima expansão de 2,0% na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, pelo aumento da produção paranaense, haja vista queda nas demais. A projeção reflete aumentos de 0,4% na área e de 1,6% na produtividade, destacando elevações na soja, feijão e arroz, e redução no milho. Note-se que a ampliação da quantidade importada de adubos e fertilizantes ratifica as boas perspectivas para o setor.

A atividade industrial do Sul retraiu 1,1% no trimestre finalizado em agosto, em comparação ao encerrado em maio, quando crescera 1,6%, de acordo com dados consolidados e dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE, sobressaindo os

Tabela 5.5 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período		
		2019		12 meses
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	
Indústria geral	100,0	1,6	-1,1	5,0
Produtos alimentícios	19,7	1,9	-3,0	-0,3
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	4,3	3,6	22,3
Máquinas e equipamentos	8,8	1,3	-4,7	10,3
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-0,8	8,3	2,1
Outros produtos químicos	5,7	8,6	-2,2	0,9

Fonte: IBGE

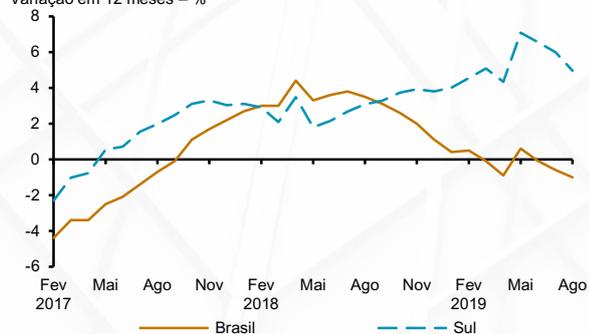
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.6 – Produção industrial

Indústria de transformação

Variação em 12 meses – %



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 5.6 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	36 820	32 261	-12,4
Básicos	17 593	15 449	-12,2
Industrializados	19 227	16 812	-12,6
Semimanufaturados	3 251	3 259	0,2
Manufaturados	15 976	13 553	-15,2
Importações	28 994	29 606	2,1
Bens de capital	3 624	3 795	4,7
Bens intermediários	17 653	18 456	4,6
Bens de consumo	5 202	5 126	-1,5
Combustíveis	2 515	2 226	-11,5
Saldo comercial	7 825	2 655	-66,1

Fonte: Ministério da Economia

recuos em produtos alimentícios, máquinas e equipamentos, e outros produtos químicos. Houve expansão no volume produzido em sete das dezoito atividades pesquisadas, principalmente nas indústrias automotivas e de petróleo e biocombustíveis.

Considerados períodos de doze meses, a indústria expandiu 5,0% em agosto, na comparação com igual período anterior, desacelerando em relação ao registrado em maio (7,1%). Proxy do investimento no setor, observou-se crescimento de 0,5% no licenciamento de caminhões e ônibus no terceiro trimestre, ante o segundo, dados dessazonalizados, e de 30,1% ante igual intervalo de 2018. A utilização da capacidade instalada na indústria atingiu 72% em agosto, segundo dados da CNI, indicando elevada ociosidade no setor. Por sua vez, o Icei alcançou 58,6 pontos no terceiro trimestre do ano, ante 58,2 pontos no segundo, oscilando dentro da zona de otimismo.¹⁵

O comércio externo da região apresentou *superavit* de US\$2,7 bilhões no ano até setembro, 66,1% abaixo do registrado em igual período de 2018. A retração das exportações, excluídas as plataformas para exploração de petróleo no âmbito do Repetro, resultou da combinação de quedas de 6,0% nos preços e de 3,0% no *quantum*. A redução mais significativa ocorreu em produtos básicos, principalmente pela queda de 41,0% nas exportações de soja para a China, pela menor demanda desse país – a soja é utilizada na ração animal e houve redução do rebanho chinês pela ocorrência da febre suína africana (ASF – *African Swine Fever*). O resultado das exportações de básicos foi mitigado por avanços nos embarques de fumo e de carnes de frango e suíno. A queda de 15,2% nas vendas de manufaturados está superestimada pelo registro de plataformas de petróleo; excluídas essas operações, o decréscimo destacou as menores exportações de veículos, especialmente para a Argentina, e de madeira compensada. Na mesma base de comparação, o valor das importações da região expandiu 2,1%, com ampliação de 6,9% nas quantidades adquiridas e queda nos preços. As principais aquisições foram de insumos industriais elaborados, em especial naftas para petroquímica e adubos e fertilizantes. No segmento de bens de capital, sobressaíram as importações de equipamentos de transporte, fortemente concentradas em veículos de carga provenientes da Argentina. Os principais parceiros da corrente de comércio com a região foram a China, Estados Unidos e Argentina.

15/ 50 pontos indicam neutralidade.

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Agosto de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
PR	13 326	366	1 529	12 491	-2 543	-1 673
RS	90 337	1 037	6 460	95 171	1 565	6 126
SC	16 519	943	2 116	18 678	-1 154	-166
Total (A)	120 182	2 345	10 105	126 340	-2 132	4 287
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	905 168	-8 091	42 117
(A/B) (%)	13,6	-49,1	18,5	14,0	26,3	10,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

No âmbito fiscal, houve melhora significativa no resultado primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Sul, que passou de *deficit* em 2018 para *superavit* em doze meses até agosto de 2019, repercutindo os desempenhos de Santa Catarina e Paraná, haja vista a elevação do *deficit* do Rio Grande do Sul. Essa evolução implicou recuo de 57,6% na necessidade de financiamento regional nessa base de comparação, e queda de 8,4 p.p. na participação do Sul do total do *deficit* nominal das regiões. O estoque da dívida pública totalizou R\$126,3 bilhões, 75,3% dos quais devidos pelo RS.

A arrecadação de ICMS atingiu R\$89,8 bilhões, no acumulado em doze meses até agosto, 1,4% acima da registrada em igual período do ano anterior, em termos reais. No mesmo intervalo, as transferências da União para o Sul totalizaram R\$26,3 bilhões, com redução real de 1,4%, em relação aos doze meses anteriores.¹⁶

Tabela 5.8 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,02	0,64	0,37	2,63
Livres	74,4	3,27	0,25	0,21	2,96
Alimentação no domicílio	16,5	6,68	-0,83	0,01	4,78
Bens industrializados	24,2	1,17	0,73	-0,07	0,95
Serviços	33,7	3,24	0,45	0,51	3,58
Administrados	25,6	6,28	1,78	0,86	1,66
Principais itens					
Alimentação	25,2	5,36	-0,44	0,34	4,42
Habitação	16,1	6,20	0,87	2,23	2,80
Artigos de residência	4,1	4,07	-0,16	-0,44	1,79
Vestuário	6,0	-0,42	1,33	-0,27	-0,07
Transportes	18,5	3,01	0,61	-0,59	-0,27
Saúde	12,1	3,96	3,12	0,09	4,71
Despesas pessoais	10,3	3,37	0,52	0,41	3,06
Educação	4,3	4,48	0,28	0,16	4,69
Comunicação	3,3	0,03	-0,04	0,73	0,42

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2019.

O IPCA no Sul¹⁷ manteve comportamento benigno no terceiro trimestre, registrando variação de 0,37%, 0,27 p.p. abaixo do segundo, refletindo desaceleração tanto nos preços livres quanto nos preços administrados. No primeiro segmento, sobressaiu a estabilidade nos preços de alimentação no domicílio, resultado da queda nos preços de alimentos *in natura* (-2,58%, com as contribuições baixistas de tubérculos e hortaliças compensando as elevações nos preços de frutas), que mitigou o crescimento nos de semielaborados (carnes) e industrializados (açúcar, óleo de soja e bebidas). A maior variação nos preços de serviços destacou as contribuições dos itens refeição, telefone celular e aluguel residencial. Dentre os preços administrados, as maiores influências para o aumento no trimestre decorreram de energia elétrica (a bandeira tarifária passou de verde para amarela em julho e para vermelha 1 em agosto e setembro), taxa de água e esgoto e ônibus intermunicipal e, para diminuição, de gasolina e gás de botijão. O índice de difusão – proporção dos bens com elevação de preço – diminuiu para 49,2% na média do trimestre, ante 55,7% no anterior.

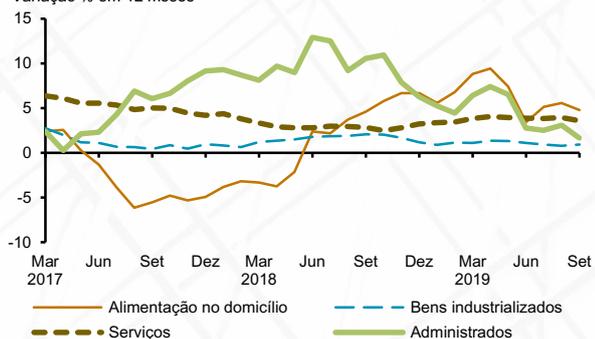
Em doze meses, o IPCA acumulou variação de 2,63% em setembro (4,83% até setembro de 2018), refletindo desaceleração significativa nos preços

16/ Corrigidas pelo IGP-DI.

17/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

Gráfico 5.7 – IPCA – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

administrados (de 10,57% para 1,63%), mais do que compensando a aceleração nos preços de alimentação no domicílio (de 4,62% para 4,78%) e de serviços (2,84% para 3,58%).

Os principais indicadores do Sul sugerem que a recuperação ainda não se manifesta como um processo generalizado entre os setores econômicos. O nível de atividade registra evolução acima da média nacional, no entanto, essa trajetória carrega, em especial, o desempenho superior da indústria regional a partir do segundo semestre de 2018, além dos resultados do comércio, principalmente do automotivo. Na margem, contudo, ambos os segmentos vêm assinalando arrefecimento, com redução do diferencial, relativamente ao país.

Prospectivamente, o consumo das famílias deve ser estimulado pelos saques do FGTS, pela manutenção da inflação em patamar baixo e pela disponibilidade de crédito, em contexto de redução das taxas de juros. Esse cenário, aliado ao aumento da confiança dos agentes, tende a estimular a atividade econômica. De outra parte, no mercado externo, a desaceleração do crescimento mundial poderá agravar o desempenho da região, que vem sendo negativamente impactado por reduções das compras da China e Argentina. Por fim, a agricultura, com forte participação na economia do Sul, diretamente e por seus encadeamentos produtivos, projeta aumento da safra de grãos, devendo continuar estimulando a economia regional em 2020, já tendo apropriada quase que a totalidade de sua contribuição em 2019.

5.1 Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

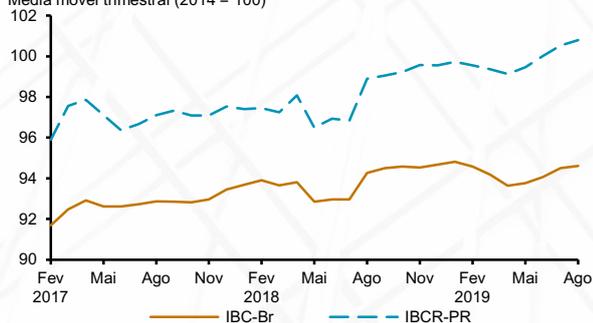


Tabela 5.1.1 – Comércio varejista e ampliado – Paraná

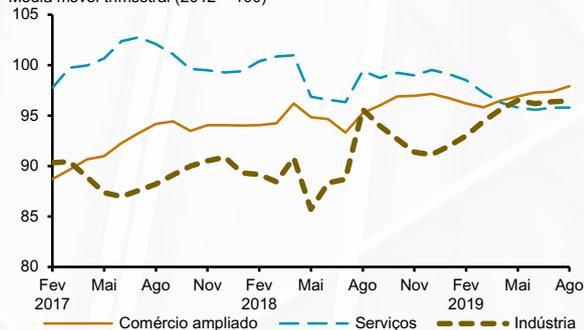
Setores	Variação % no período			
	2018	2019		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	-1,5	1,4	-0,1
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-11,3	4,7	-10,8
Hiper e supermercados	1,9	-0,4	1,3	-0,3
Tec., vest. e calçados	-9,4	-3,9	-0,7	-4,1
Móveis e eletrodomésticos	4,6	1,4	-0,4	-1,8
Comércio ampliado	3,2	0,6	1,0	2,5
Automóveis e motocicletas	5,0	2,9	0,9	7,8
Material de construção	5,7	9,3	1,5	6,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

O PIB paranaense cresceu 1,1% no segundo trimestre de 2019, relativamente ao imediatamente anterior, de acordo com os dados dessazonalizados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). O resultado foi favorecido pelo desempenho de agropecuária (produção florestal e pecuária) e indústria (fabricação de veículos automotores). Indicadores mensais confirmam a melhora no ritmo de crescimento da economia estadual – o IBCR-PR expandiu 1,4% no trimestre encerrado em agosto, ante retração de 0,1% no finalizado em maio, segundo dados dessazonalizados.

No âmbito dos indicadores de demanda, as vendas do comércio ampliado – que inclui os segmentos automóveis e motocicletas e material de construção – expandiram 1,0% no trimestre encerrado em agosto, de acordo com os dados dessazonalizados da PMC do IBGE. O volume comercializado aumentou em cinco das dez atividades pesquisadas, especialmente em combustíveis e lubrificantes, material de construção e hipermercados e supermercados. Considerados períodos de doze meses, o comércio ampliado cresceu 2,5% em agosto, ancorado nas vendas de automóveis e motocicletas e de material de construção. Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam continuidade do cenário positivo para o comércio de veículos. O número de licenciamentos de automóveis e veículos comerciais leves aumentou 3,4% no terceiro trimestre, ante o segundo (dados dessazonalizados), e 6,9% ante igual período de 2018.

O otimismo dos empresários do comércio paranaense melhorou significativamente na margem, tanto nas condições atuais quanto nas expectativas. Após registrar a pontuação mínima do ano em agosto (116,3 pontos) o Icec reverteu sua trajetória, alcançando 120,5 pontos em setembro, de acordo com dados da CNC, divulgados pela Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR). O ICF, que mede intenção de consumo das famílias, alcançou 105,1 pontos na média do trimestre encerrado em setembro – variações de -1,3% e 1,2%, comparativamente às médias registradas nos trimestres finalizados em junho e em setembro de 2018. Dentre os fatores avaliados na pesquisa, destacaram-se, positivamente, a perspectiva de consumo, satisfação com o emprego atual e acesso ao crédito e, negativamente, a perspectiva profissional, sugerindo que os consumidores não vislumbram evolução salarial nos próximos meses.

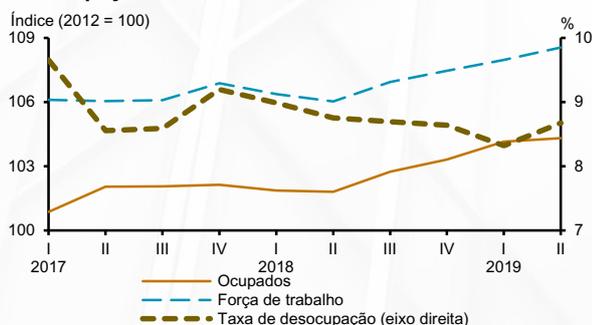
A estabilidade no volume de serviços prestados no trimestre até agosto, relativamente ao anterior, apresentou melhora relativa, tendo em vista os três trimestres anteriores de retração. De acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE, as elevações nos serviços de transporte e de informação compensaram as contrações das demais atividades, em especial dos serviços às famílias. Na avaliação de maior prazo, o desempenho do setor permanece negativo – recuo de 1,8% em doze meses até agosto – com decréscimos em todos os segmentos, exceto outros serviços.

O nível de emprego formal paranaense aumentou 0,3% no trimestre encerrado em agosto, ante o imediatamente anterior, segundos dados sem influência sazonal do Caged/ME. No trimestre, foram criados 9,5 mil postos, ante 6,2 mil no mesmo período de 2018. O setor de prestação de serviços foi o que mais abriu vagas, principalmente no segmento de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos. Sobressaíram ainda o bom resultado da construção civil pelo terceiro trimestre em sequência e a reversão do comércio varejista, que havia dispensado trabalhadores nos dois trimestres anteriores, com contratações para as vendas de final de ano. De outra parte, a indústria dispensou mão de obra, sobretudo em madeira e mobiliário. Destaque-se, no acumulado do ano, 8,5 mil novas vagas na construção civil, preenchidas, principalmente nos ramos de geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações e na construção de edifícios.

Aumentos na força de trabalho (FT) e na população ocupada (PO) caracterizaram o mercado de trabalho paranaense no segundo trimestre de 2019, tanto na comparação interanual, quanto na margem – a taxa de desocupação atingiu 9,0% no segundo trimestre, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, ante 9,1% em igual período de 2018. Considerados dados dessazonalizados, o desemprego passou de 7,7% no primeiro trimestre do ano para 8,1% no segundo, resultante de avanços de 1,5% na FT e de 1,1% na PO. A comparação interanual revela alta de 2,8% no rendimento real médio do trabalho, enquanto a média nacional caiu 0,3%.

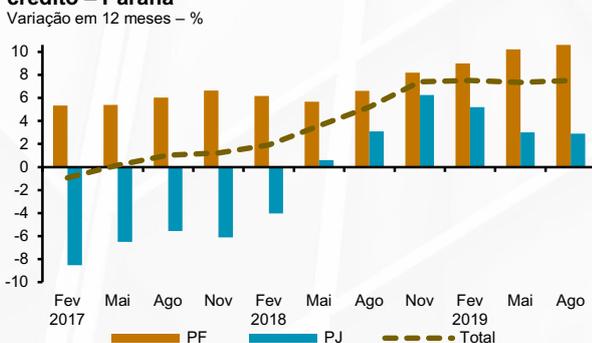
O crescimento interanual das operações de crédito no Paraná se mantém ao redor de 7,5% desde o final de 2018, reflexo das dinâmicas de expansão constante dos estoques a pessoas físicas e de desaceleração a pessoas jurídicas. Nesse âmbito, destaca-se o avanço

Gráfico 5.1.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Paraná^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Paraná^{1/}
Variação interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Paraná		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	45 722	52 938	15,8	7,4
Capital de giro	16 782	18 887	12,5	4,2
Financiamentos a exportação	10 852	11 797	8,7	-1,8
Outros créditos livres	6 050	6 878	13,7	2,2
Títulos descontados	4 095	5 743	40,3	23,8
Direcionados	40 784	36 098	-11,5	-10,8
BNDES	23 298	21 649	-7,1	-9,0
Financiamentos rurais	12 865	10 239	-20,4	-22,9
Outros créditos direcionados	2 690	2 831	5,3	-2,3

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.1.3 – Crédito a pessoas físicas – Paraná^{1/}
Variação interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Paraná		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	55 564	64 714	16,5	15,6
Cartão de crédito à vista	8 772	10 551	20,3	18,9
Crédito pessoal consignado	18 711	20 811	11,2	11,8
Crédito pessoal não consig.	6 928	8 210	18,5	18,5
Financiamentos de veículos	12 569	14 936	18,8	17,7
Direcionados	76 022	80 762	6,2	6,0
BNDES	10 744	10 766	0,2	1,5
Financiamentos imobiliários	44 877	47 790	6,5	5,7
Financiamentos rurais	20 224	22 179	9,7	9,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.1.4 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Discriminação	Em mil toneladas		
	Pesos ^{1/}	Produção ^{2/}	Variação %
			2019/2018
Grãos	76,3	36 263	3,4
Soja	52,2	16 165	-16,1
Milho	15,2	16 518	39,2
Trigo	5,1	2 363	-16,2
Feijão	2,8	616	5,3
Outras lavouras			
Cana-de-açúcar	6,1	40 235	-4,4
Mandioca	4,1	3 233	-7,1
Fumo	4,1	169	-11,2
Batata-inglesa	2,2	759	-4,0
Tomate	1,4	237	-4,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2019.

nos títulos descontados que, por representarem créditos mais curtos com lastro em operações comerciais já realizadas, sinalizam melhorias no nível de atividade local. Por sua vez, os empréstimos a pessoas jurídicas com recursos direcionados mantêm a tendência de retração. Em relação às pessoas físicas, observa-se alinhamento com as taxas de crescimento nacionais em praticamente todas as modalidades, destacando-se os gastos com cartão de crédito à vista e os financiamentos de veículos com juros livremente contratados, além do crescimento dos financiamentos rurais e imobiliários no segmento de crédito direcionado. A inadimplência das empresas atingiu 3,1% em agosto, e a das famílias, 2,5%, ambas apresentando estabilidade na margem.

Relativamente aos indicadores de oferta, o LSPA de setembro do IBGE estima crescimento de 3,4% na safra de grãos em 2019, totalizando 36,3 milhões de toneladas (15,1% da produção nacional). Condições climáticas desfavoráveis – que já haviam impactado as lavouras de verão – afetaram também as de inverno, especialmente o trigo, cuja produção esperada é 16,2% inferior à de 2018. O VBP das lavouras paranaenses deverá recuar 8,8% em 2019, conforme dados do Mapa, principalmente pelas retrações de 24,1% em soja e 38,4% em mandioca, enquanto para o da pecuária calcula-se expansão de 11,9%, com destaque para frango e suínos, 13,6% e 17,0%, respectivamente.

Para o próximo ciclo produtivo, o Primeiro Levantamento da Conab estima crescimento de 5,9% na produção estadual de grãos, especialmente soja, com variações de 18,5% na produção, 17,4% na produtividade e 0,9% na área. A preferência pela leguminosa, mais resistente à estiagem, se refletirá em menor produção de milho 1ª safra, com retrações estimadas de 6,1% na área e 4,2% na produção. Para o feijão 1ª safra espera-se aumento de 7,8% na quantidade, ancorada em produtividade 14,3% maior, comparativamente à safra 2018/2019.

A produção industrial paranaense registrou estabilidade no trimestre encerrado em agosto, após expandir 3,8% no finalizado em maio, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A desaceleração no ritmo da atividade, na margem, resultou de menor crescimento na produção de veículos, reboques e carrocerias, e de retrações em produtos alimentícios e em máquinas e equipamentos, mitigados pelo aumento na produção de derivados de petróleo e biocombustíveis.

Tabela 5.1.5 – Produção industrial – Paraná
 Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	3,8	-0,1	4,6
Produtos alimentícios	22,7	4,4	-6,7	0,3
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-1,0	8,3	0,9
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	14,3	7,7	18,6
Máquinas e equipamentos	6,7	11,5	-8,0	17,3
Celulose e prod. papel	5,5	-1,9	2,3	1,0
Outros produtos químicos	4,7	3,1	1,4	5,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.1.6 – Comércio exterior – Paraná
 Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	13 761	11 917	-13,4
Básicos	7 385	6 131	-17,0
Industrializados	6 376	5 786	-9,3
Semimanufaturados	1 619	1 356	-16,2
Manufaturados	4 757	4 430	-6,9
Importações	9 207	9 559	3,8
Bens de capital	1 239	1 327	7,0
Bens intermediários	5 488	5 693	3,7
Bens de consumo	1 104	1 151	4,3
Combustíveis	1 376	1 388	0,8
Saldo comercial	4 554	2 358	-48,2

Fonte: Ministério da Economia

Em doze meses, a produção aumentou 4,6 em agosto (6,3% em maio), refletindo a evolução favorável dos segmentos de veículos, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, e outros produtos químicos. Proximos investimentos no setor, o número de licenciamentos de caminhões e ônibus cresceu 5,5% no terceiro trimestre, ante o segundo (dados dessazonalizados) e atingiu patamar 16% superior ao de igual período de 2018, mantendo sinalização benigna para os próximos meses.

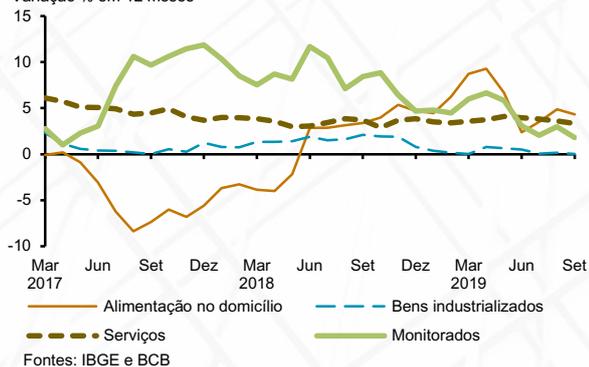
A confiança dos empresários da indústria estadual melhorou no terceiro trimestre. O Icec da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) passou de 55,7 pontos em junho para 59,6 pontos em setembro, com variações de 8,2% no indicador de condições atuais (52,4 pontos) e de -1,4% no de expectativa (63,2 pontos). De acordo com a Fiep, o primeiro subcomponente avalia a economia e a empresa nos últimos seis meses e esteve abaixo de 50 pontos (neutralidade) de janeiro a agosto de 2019. O encaminhamento de reformas, a redução da taxa de juros e a liberação de parte do FGTS conformam percepção mais favorável por parte dos empresários da indústria. Todavia, reporta-se receio quanto à retomada dos investimentos e à criação de novos postos de trabalho devido à lenta recuperação da atividade econômica no país.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$2,4 bilhões nos primeiros nove meses do ano, recuando 48,2% na comparação com igual intervalo de 2018, condicionada por alta nas importações e redução nas exportações. Os menores embarques de produtos básicos repercutiram a queda de 35,7% nas vendas de soja e farelo de soja, itens que responderam por mais da metade do segmento e que são destinados, majoritariamente à China. Essa queda foi mitigada, em especial, por expansões nos embarques de frango e de milho, esse viabilizado pela recuperação da safra. O segmento de manufaturados foi negativamente impactado pela queda nas vendas de madeira compensada e de veículos, em particular pela redução de 42,2% nas vendas de veículos, tratores e acessórios para a Argentina. O crescimento das importações ocorreu em todas as categorias, mais intensa em bens de capital (veículos de carga, tratores e motores elétricos) e com maior impacto nos bens intermediários, principalmente de adubos e fertilizantes.

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) alcançou 0,28% no terceiro trimestre, diminuindo

Gráfico 5.1.5 – IPCA – RMC

Variação % em 12 meses

**Tabela 5.1.7 – IPCA – RMC**

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,38	0,75	0,28	2,26
Livres	74,8	2,94	0,28	0,06	2,38
Alimentação no domicílio	14,9	4,71	-0,49	-0,97	4,33
Bens industriais	25,3	0,77	0,52	-0,16	0,01
Serviços	34,7	3,86	0,43	0,66	3,32
Monitorados	25,2	4,70	2,21	0,95	1,81

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2019.

0,47 p.p. ante o segundo. Relativamente aos preços livres, observou-se retração mais intensa nos preços de alimentação no domicílio (especialmente *in natura*, -10,55%, ante -1,51%; com destaque para tomate, batata-inglesa, alface e cenoura) e queda nos preços dos bens industriais, que contrabalançaram a elevação nos preços de serviços – maiores contribuições das variações em alimentação fora do domicílio, passagem aérea e serviços pessoais. Dentre os administrados, sobressaíram as elevações em energia elétrica residencial e ônibus interestadual, cujas contribuições para a variação trimestral foram parcialmente mitigadas pelas resultantes das quedas nos preços de gasolina e de gás de botijão. O índice de difusão baixou para 49,7% no período em referência, ante 51,1% na média do trimestre encerrado em junho.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMC registrou alta de 2,26% em setembro (4,39% em setembro de 2018). À exceção de alimentação no domicílio (cuja variação acelerou de 3,40% para 4,33%, na mesma base de análise), os preços dos demais segmentos desaceleraram, em especial o segmento de administrados (8,42% para 1,81%).

5.2 Rio Grande do Sul

Tabela 5.2.1 – PIB – Taxa acumulada no ano

II semestre de 2019

Discriminação	(%)	
	Brasil	RS
Agropecuária	0,1	7,2
Indústria	-0,4	5,5
Serviços	1,2	1,8
Valor adicionado a preços básicos	0,7	3,6
Impostos líquidos sobre produtos	0,9	5,1
PIB a preços de mercado	0,7	3,8

Fontes: DEE/Seplag e IBGE

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

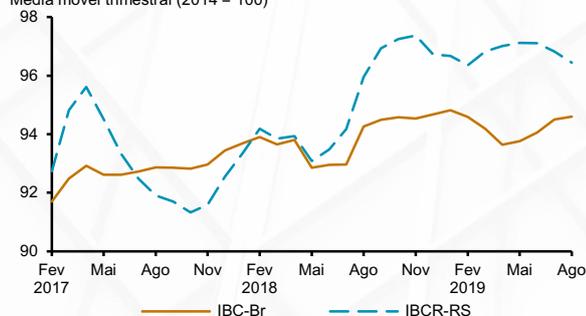
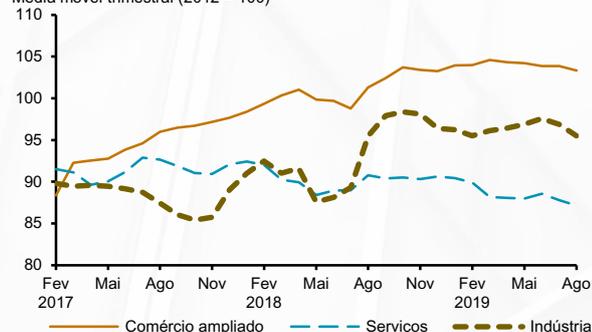


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

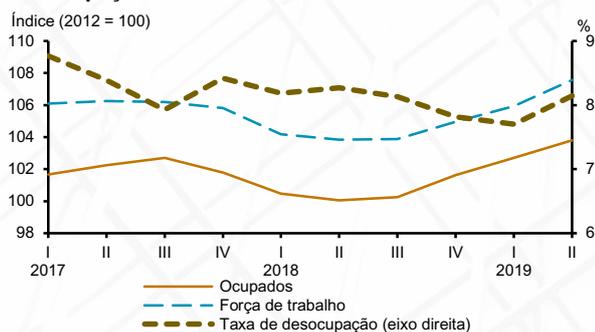
A economia do RS cresceu em ritmo superior ao do país no primeiro semestre de 2019, comparativamente ao primeiro de 2018, de acordo com o Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do RS (DEE/Seplag). A evolução do produto gaúcho no período refletiu melhores resultados nos três setores, especialmente na indústria (transformação e Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP) e na agropecuária. Entretanto, dados mais recentes para o IBCR-RS – que estima a evolução da atividade econômica – sugerem acomodação da economia. No trimestre encerrado em agosto, o indicador recuou 0,7% ante o finalizado em maio (0,8%), com queda no nível de atividade do comércio, prestação de serviços e, principalmente, da indústria. Em doze meses até agosto, o IBCR-RS expandiu 3,2%, ante alta de 0,87% do IBC-Br.

As vendas do comércio ampliado recuaram 0,9% no trimestre encerrado em agosto, apresentando piora em relação ao trimestre encerrado em maio (0,2%), de acordo com os dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Em doze meses, o varejo ampliado passou de expansão de 5,3% em maio para 4,1% em agosto, repercutindo elevações em sete das dez atividades pesquisadas, sobretudo as vendas automotivas, que expandiram 11,9% no período. Dados da Fenabreve de licenciamento de veículos e comerciais leves sugerem acomodação, tendo em vista a retração de 4,3% no número de licenciamentos no trimestre, dados dessazonalizados.

Os indicadores de confiança dos comerciantes e das famílias foram positivamente impactados pela sazonalidade e por evento específico (liberação de recursos das contas do FGTS). O Icec – que mede a confiança dos empresários – totalizou 116 pontos (100 pontos indicam neutralidade), com avaliações positivas para os próximos seis meses e para contratações e negativas para a situação atual, investimentos e estoques. O ICF, que mede a intenção de consumo das famílias, atingiu 91,1 pontos em setembro, apontando redução gradual do pessimismo. A melhora da percepção em relação a junho (90 pontos) ocorreu nas famílias com renda de até dez salários mínimos, cujas expectativas foram favorecidas pela possibilidade de saque de R\$500,00 da conta do FGTS.

O volume de serviços prestados no estado recuou 1,0% no trimestre encerrado em agosto na

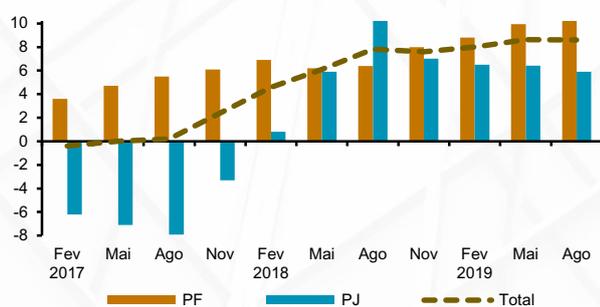
Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	50 530	58 034	14,8	7,4
Capital de giro	16 895	19 078	12,9	4,2
Financiamentos a exportação	10 118	10 717	5,9	-1,8
Outros créditos livres	6 720	7 800	16,1	2,2
Títulos descontados	10 288	12 530	21,8	23,8
Direcionados	28 049	25 148	-10,3	-10,8
BNDES	15 741	14 576	-7,4	-9,0
Financiamentos imobiliários	2 347	1 942	-17,2	-23,5
Financiamentos rurais	6 293	5 765	-8,4	-22,9

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

comparação com o encerrado em maio, conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE, destacando as retrações nos serviços de transportes e prestados às famílias. Em doze meses, verifica-se diminuição em todas as atividades, exceto serviços profissionais (2,5%). Como resultado desse decréscimo generalizado, o volume de serviços em doze meses apresentou retração de 1,9% em agosto.

No mercado de trabalho formal, foram extintos 9,4 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto na economia gaúcha, ante o fechamento de 13,2 mil vagas em igual período de 2018, segundo o Caged/ME. A indústria foi a principal responsável pelos desligamentos líquidos, no entanto, trataram-se, em boa parte, de demissões sazonais da indústria fumageira. O setor de serviços segue com contribuição positiva para o emprego formal, com geração de 4,6 mil vagas no trimestre. Houve relativa estabilidade no nível de emprego entre junho-agosto, comparativamente a março-maio, 0,1%, consideradas informações dessazonalizadas.

Dados até o segundo trimestre revelam lenta retomada do mercado de trabalho. A taxa de desocupação no estado atingiu 8,2% no segundo trimestre de 2019, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, que considera o mercado formal e informal. A pequena redução, em relação à taxa do segundo trimestre de 2018 (8,3%), deu-se em contexto de crescimento do emprego, com expansões na população ocupada (PO) e na força de trabalho (FT). Descontados fatores sazonais, a taxa de desocupação aumentou 0,4 p.p. em relação ao trimestre anterior, atingindo 8,1% da força de trabalho do estado, também resultante de avanços na PO e na FT. A comparação interanual revela melhoria real no rendimento médio do trabalho (1,3%), ante queda na média nacional (0,3%).

O saldo das operações de crédito avançou 0,7% no trimestre encerrado em agosto e 8,6% em doze meses, reflexo das taxas de crescimento de 10,2% e 5,9% nos estoques a pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ), respectivamente. No crédito livre a empresas destacam-se, no comparativo interanual, as modalidades de capital de giro e de títulos descontados, ambas com acréscimos nominais de aproximadamente R\$2,2 bilhões no período. As modalidades com recursos direcionados a PJ mantêm a trajetória de retração. Nas carteiras a PF sobressaíram os gastos com cartão de crédito e os financiamentos de veículos, no segmento livre,

Tabela 5.2.3 – Crédito a pessoas físicas – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição interanual (agosto)

Discriminação	Saldo nominal (R\$ milhões)			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2018	2019	Var. %	Var. %
Livres	57 807	66 911	15,7	15,6
Cartão de crédito à vista	7 890	9 434	19,6	18,9
Crédito pessoal consignado	21 559	24 721	14,7	11,8
Crédito pessoal não consig.	7 721	9 078	17,6	18,5
Financiamentos de veículos	9 969	11 751	17,9	17,7
Direcionados	74 451	78 885	6,0	6,0
BNDES	10 459	10 736	2,6	1,5
Financiamentos imobiliários	41 727	43 834	5,0	5,7
Financiamentos rurais	22 091	24 291	10,0	9,0

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.4 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Varição %
		2019	2019/2018
Grãos	80,1	34 646	4,7
Soja	54,4	18 494	5,4
Arroz	15,5	7 173	-14,6
Milho	6,0	5 739	25,7
Trigo	2,8	2 292	30,7
Feijão	0,6	92	-3,2
Outras lavouras			
Fumo	7,6	374	4,2
Uva	2,5	652	-20,7
Mandioca	2,4	889	-7,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2019.

Tabela 5.2.5 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Varição % no período		
		2019		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,5	-1,4	6,6
Produtos alimentícios	16,4	-3,8	1,6	-2,3
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	6,7	-6,0	31,2
Máquinas e equipamentos	12,0	1,0	-3,5	7,6
Outros produtos químicos	10,3	12,0	-3,3	-1,0
Artef. couro e calçados	8,9	2,6	4,1	7,5
Produtos de metal	8,5	0,0	-0,7	11,9
Produtos de borracha e plástico	5,0	-4,6	-0,8	-6,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Varição relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

além dos financiamentos às atividades agrícolas e à aquisição de imóveis, no direcionado. Note-se a estabilidade das taxas de inadimplência tanto a famílias (2,4%) quanto a empresas (2,2%).

Considerando os indicadores de oferta, a estimativa do LSPA de setembro, do IBGE, para a produção estadual de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2019 totalizou 34,6 milhões de toneladas. Ressalte-se as expansões na produção de soja, milho e trigo, e a queda na de arroz, que responde por 69,5% da produção nacional e que experimentou, nos últimos anos, substituição de área cultivada por soja. Dentre as demais lavouras, espera-se crescimento na produção de fumo, batata-inglesa e tomate. O VBP agrícola estadual deverá retrair 2,6% em 2019, ante 2018, conforme cálculo do Mapa, especialmente nas lavouras de soja, -3,2%, arroz, -9,9% e mandioca, -22,7%. O VBP pecuária, com queda de 0,7%, aumentou 76,2% na produção de ovos e 5,8% na de suínos.

O Primeiro Levantamento da Conab para a safra 2019/2020 projeta recuo de 1,4% na produção gaúcha de grãos, especialmente na soja, refletindo o comportamento esperado na produtividade. Para o arroz, estima-se novo recuo na área, porém recuperação na produtividade, resultando em produção projetada superior à de 2018/2019. Para os demais grãos, espera-se crescimento nas produções de milho, feijão e trigo, com estabilidade na área do primeiro e aumentos nos demais.

A indústria gaúcha assinalou perda de dinamismo na margem – o volume produzido decresceu 1,4% no trimestre finalizado em agosto, ante o encerrado em maio, quando expandira 1,5%, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. O resultado trimestral foi influenciado pela reversão no desempenho dos segmentos de fabricação de veículos, reboques e carrocerias, de máquinas e equipamentos e de outros produtos químicos. Todavia, seis das catorze atividades pesquisadas aumentaram a produção, com destaque para produtos alimentícios e calçados. O indicador acumulado nos últimos doze meses confirmou a perda de ritmo, 6,6% em agosto, comparativamente a maio (9,3%), influenciado pela evolução da atividade nos segmentos de veículos (automóveis, reboques e semirreboques, carrocerias para ônibus) e de produtos de metal (construções pré-fabricadas de metal, artefatos de alumínio para uso doméstico, revólveres e pistolas, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas).

O nível de confiança dos empresários da indústria oscilou na margem, com o Icei da Fiergs atingindo 59,2 pontos¹⁸ em setembro, ante 59,0 pontos em agosto. Confirmando a evolução mais lenta dos indicadores industriais na margem, o licenciamento de caminhões e ônibus no Rio Grande do Sul retraiu 8,0% no terceiro trimestre, em comparação com o segundo, dados dessazonalizados, porém em patamar 44,4% superior ao de igual período de 2018.

Tabela 5.2.6 – Comércio exterior – Rio Grande do Sul
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	16 289	13 657	-16,2
Básicos	7 095	6 090	-14,2
Industrializados	9 194	7 567	-17,7
Semimanufaturados	1 314	1 652	25,7
Manufaturados	7 880	5 915	-24,9
Importações	8 201	7 424	-9,5
Bens de capital	1 160	1 155	-0,4
Bens intermediários	4 663	4 762	2,1
Bens de consumo	1 256	702	-44,1
Combustíveis	1 123	805	-28,3
Saldo comercial	8 087	6 233	-22,9

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.2.7 – IPCA – RMPA

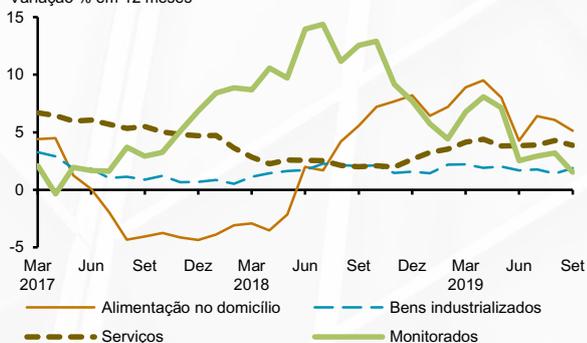
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
			Ano	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	4,62	0,54	0,46	3,00
Livres	74,0	3,57	0,24	0,35	3,53
Alimentação no domicílio	18,0	8,21	-1,09	0,77	5,11
Bens industrializados	23,2	1,54	0,92	0,01	1,87
Serviços	32,8	2,65	0,48	0,36	3,86
Administrados	26,0	7,73	1,41	0,78	1,53

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2019.

Gráfico 5.2.5 – IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

A balança comercial registrou *superavit* de US\$6,2 bilhões nos nove primeiros meses do ano, 22,9% inferior ao do mesmo período de 2018. O segmento de produtos básicos compôs 44,6% da pauta, sendo concentrado em soja em grão e farelo (51% dos básicos), majoritariamente vendidos à China. Note-se que esses dois produtos tiveram recuo de 33,7% no ano, e o impacto negativo nas vendas de básicos foi mitigado por elevações em fumo e em carne de frango. Os embarques de manufaturados recuaram 24,9% no período, influenciados, principalmente, pelas exportações fictas de plataformas de petróleo, que tiveram valor reduzido em 2019, comparativamente a 2018. Desconsiderados esses registros, houve queda de 8,3%, e a pauta de manufaturados destacou as exportações de polímeros, calçados e automóveis, a despeito do recuo de 32,5% nesse item, que se destina, principalmente, à Argentina. No período, também houve queda no valor das importações, provocada pelas menores aquisições de bens de consumo, em especial, de automóveis para passageiros provenientes da Argentina.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) variou 0,46% no terceiro trimestre, ante 0,54% no segundo, com aceleração nos preços livres e desaceleração nos preços administrados. No primeiro segmento, destaque-se a reversão na variação dos preços de alimentação no domicílio, especialmente as elevações em alimentos *in natura* (tangerina, banana e cebola) e semielaborados (costela). Dentre os preços monitorados, a influência dos aumentos nos preços de energia elétrica, taxa de água e esgoto, ônibus intermunicipal e plano de saúde foi parcialmente mitigada pelas quedas em gasolina, gás de botijão, óleo diesel e medicamentos. O índice de difusão atingiu 44,6% no trimestre findo em setembro, ante 50,9% no encerrado em junho.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMPA acumulou variação de 3,00% em setembro (5,23% em setembro de 2018). Observou-se

18/ 50 pontos indicam neutralidade.

desaceleração significativa nos preços administrados (de 12,55% para 1,53%), manutenção do patamar de variação nos de alimentação no domicílio (5,56% para 5,11%) e aceleração nos preços de serviços (2,02% para 3,86%).

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

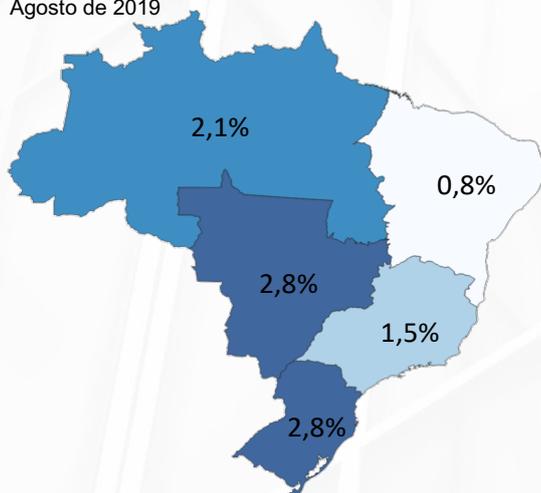
6

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	1,5	0,3	0,1	-0,9	0,9
Norte	-0,6	1,1	1,1	0,5	0,8
Nordeste	1,0	0,3	-0,4	0,2	0,3
Centro-Oeste	0,5	1,8	0,0	0,0	2,0
Sudeste	0,8	-0,4	1,2	0,2	0,6
Sul	2,6	0,9	-0,2	0,5	0,2

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Figura 6.1 – IBCR acumulado em doze meses
Agosto de 2019



A evolução dos indicadores de atividade reforça a continuidade do processo de recuperação gradual da economia brasileira. Regionalmente, observa-se maior convergência nas trajetórias recentes dos principais indicadores econômicos, sugerindo processo de expansão mais sustentado.

Ratificando a retomada do crescimento, o IBC-Br variou 0,9% no trimestre até agosto, em relação ao encerrado em maio (-0,9%). Em termos regionais, houve avanços em todas as áreas, mais intenso no Centro-Oeste e mais discreto no Sul.

No Centro-Oeste, após dois trimestres de estabilidade no nível de atividade, a safra impulsionou não apenas a agricultura regional, como também as atividades associadas à cadeia de valor do agronegócio, especialmente os setores de transporte e comércio.

A atividade econômica no Norte, que na edição anterior deste Boletim Regional se destacara pelo recuo da indústria extrativa, repercutiu a retomada do dinamismo nesse segmento no trimestre encerrado em agosto – o IBCR-PA cresceu 4,7%. Adicionalmente, a região foi beneficiada pelas maiores vendas do comércio e pela produção do Polo Industrial de Manaus.

A economia do Sudeste foi estimulada na margem pela recuperação consistente do comércio e pelas evoluções moderadas dos mercados de trabalho e de crédito, haja vista a estabilidade da produção industrial e do volume de serviços prestados.

As economias das regiões Nordeste e Sul assinalaram os menores avanços no trimestre considerado, destacando-se, na primeira, a relativa estabilidade dos indicadores de demanda, mesmo em contexto de expansão do crédito, e retração da atividade fabril. O Sul contabilizou o menor efeito positivo das safras de verão, cujas colheitas foram majoritariamente apropriadas nos trimestres anteriores, e o impacto negativo das reduções da produção industrial e da prestação de serviços.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Comércio varejista					
Brasil	-0,7	0,9	-0,2	0,2	0,8
Norte	-1,0	4,2	-2,4	3,5	2,1
Nordeste	0,4	0,3	-1,8	0,7	-1,0
Centro-Oeste	0,1	1,3	-0,3	-0,8	-0,4
Sudeste	-0,6	0,9	-0,6	0,0	1,6
Sul	-0,5	2,2	0,1	0,1	0,8
Comércio ampliado					
Brasil	0,8	1,5	-0,3	1,5	1,0
Norte	-0,8	4,5	-1,4	2,1	2,5
Nordeste	-0,5	0,9	-1,1	1,1	0,0
Centro-Oeste	-1,1	3,9	-0,2	-0,1	1,4
Sudeste	-0,2	1,6	-0,1	1,6	1,9
Sul	-0,5	3,2	0,0	1,3	1,0

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.3 – Volume de serviços
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2018		2019		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	0,4	-1,4	2,3	-0,1	0,4
Norte	0,5	-0,8	-0,9	0,2	1,1
Nordeste	2,0	-0,7	-1,0	0,1	0,5
Centro-Oeste	1,7	-1,3	-0,9	-3,0	1,5
Sudeste	0,8	0,5	0,9	-0,6	0,0
Sul	1,7	0,8	-0,9	-1,6	-0,3

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Em horizonte mais longo, o Centro-Oeste e o Sul apresentam as maiores taxas de crescimento, seguidos pelo Norte e Sudeste. O Nordeste, região que menos cresceu em 2018, segue apresentando menor dinamismo neste ano – +0,8% do IBCR-NE nos últimos doze meses encerrados em agosto.

As vendas do comércio ampliado expandiram pelo segundo trimestre consecutivo, atingindo alta de 1,0% entre junho e agosto, relativamente ao intervalo março a maio, condicionado por avanços em quase todas as regiões – exceção foi o Nordeste, onde permaneceram estáveis. O Norte registrou o maior crescimento na margem, com ampliação das vendas em todos os estados, principalmente no Amapá (8,4%). No Sudeste, o maior volume de vendas decorreu do crescimento em oito dos dez segmentos pesquisados, com destaque para combustíveis e lubrificantes; e hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. O comércio ampliado no Centro-Oeste, após pequenos recuos nas vendas nos dois trimestres anteriores, aumentou 1,4% entre junho e agosto, sobressaindo a expansão no Mato Grosso, induzida pelas vendas de automóveis e caminhões. No Sul, a atividade do comércio expandiu em sete dos dez ramos incluídos na pesquisa, e a principal contribuição adveio do comércio de veículos, motocicletas, partes e peças, atividade que lidera a recuperação do setor. A estabilidade nas vendas do comércio nordestino ocorreu após alta de 1,1% no trimestre anterior. Note-se que essa região é a que assinalou a menor taxa de crescimento em doze meses até agosto, 0,8%, em comparação a igual período do ano anterior, ante média de 3,7% no país.

O volume de serviços não financeiros no país segue em lenta recuperação, com oscilação dos resultados na margem. No trimestre em análise, houve expansões no Nordeste e, mais robustas, no Centro-Oeste (serviços de transporte) e no Norte. No Sudeste, a estabilidade no resultado trimestral decorreu, em especial, do recuo nos serviços às famílias, contrabalançado por avanços em outros serviços não financeiros. O Sul do país, única região a apresentar retração na atividade, não mostra sinais de retomada do setor, considerado o segmento contemplado na pesquisa (empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas), diferentemente do que sugere a geração de emprego formal nessa atividade. Na análise de doze meses, contudo, o Sudeste destaca-se por ser a única região a apresentar crescimento no volume de serviços, condicionando resultado positivo para a média dessa atividade no país.

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	2018		2019			Mil
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago	
Brasil	157,1	253,7	-127,0	118,5	213,6	
Norte	16,9	11,7	-15,1	1,9	21,7	
Nordeste	47,2	82,9	-86,7	-4,8	42,4	
Centro-Oeste	31,4	0,3	-2,2	19,7	32,3	
Sudeste	68,9	90,0	-59,1	99,9	106,3	
Sul	-7,3	68,8	36,0	1,9	10,9	

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

O mercado de trabalho formal manteve trajetória de expansão discreta, porém consistente, com elevação no nível de emprego em todas as regiões pelo sétimo trimestre em sequência, considerados dados dessazonalizados. O trimestre encerrado em agosto apresentou criação líquida de postos de trabalho em volume significativamente superior ao de igual período de 2018. Regionalmente, houve geração de emprego com carteira assinada em todas as regiões, com destaque para o Sudeste, responsável por 49,1% do emprego com carteira assinada (Rais de 2018) e que registrou ampliação relevante de vagas geradas no setor de serviços, na construção civil e no comércio. O Nordeste, apesar de criar menos empregos comparativamente a igual trimestre do ano anterior, foi a segunda região com maior geração de postos de trabalho, sobressaindo a construção civil, que gerou 11,8 mil empregos. O aumento de vagas no Centro-Oeste foi mais intenso em atividades de serviços, na agropecuária e na indústria de transformação. No Sul, observou-se reversão da evolução do emprego, que passou de dispensa de trabalhadores no trimestre até agosto de 2018 para ampliação do número de vagas em igual intervalo desse ano, resultado condicionado por aumento do emprego em serviços e na construção civil.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	2018			2019		%
	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	
Brasil	12,4	11,9	11,6	12,7	12,0	
Norte	12,1	11,6	11,7	13,1	11,8	
Nordeste	14,8	14,4	14,3	15,3	14,6	
Centro-Oeste	9,5	8,9	8,5	10,8	10,3	
Sudeste	13,2	12,5	12,1	13,2	12,4	
Sul	8,2	7,9	7,3	8,1	8,0	

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

A taxa de desocupação recuou 0,4 p.p. no segundo trimestre de 2019, em relação a igual período de 2018, segundo a PNAD Contínua do IBGE, repercutindo ampliação da população ocupada (PO) acima da força de trabalho (FT). Todas as regiões assinalaram crescimentos tanto na FT quanto na PO – indicando reativação do mercado de trabalho, e levando ao recuo da taxa de desocupação em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste. Considerando dados com ajuste sazonal, a desocupação média no país decresceu 0,1 p.p. na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2019, resultante de quedas no Norte, Nordeste e Sudeste. No Centro-Oeste e Sul, o aumento da taxa de desocupação ocorreu com aumento da PO.

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Agosto de 2019

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 391	1 893	3 284	-0,4	2,7	1,4	-1,0	11,0	5,6
Norte	41	95	136	-0,4	3,7	2,4	3,1	13,6	10,3
Nordeste	137	304	440	1,3	3,1	2,5	-1,0	11,5	7,3
Centro-Oeste	138	250	388	2,0	3,3	2,8	3,0	11,7	8,5
Sudeste	823	865	1 688	-1,5	2,8	0,6	-3,4	10,5	3,2
Sul	252	380	632	1,1	1,9	1,6	4,7	10,6	8,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de crédito segue em trajetória de crescimento em todas as regiões do país, impulsionado, principalmente, pelo dinamismo dos empréstimos às famílias. Destacou-se no trimestre encerrado em agosto a expansão da carteira de crédito a pessoas físicas, que atingiu a maior taxa para esse período dos últimos cinco anos (2,7%). Por região, observaram-se desempenhos mais favoráveis no Norte e Centro-Oeste, com destaque para financiamentos ao setor rural (crédito rural e financiamento a exportações), crédito consignado

e financiamento de veículos. Todas as regiões registraram crescimento expressivo na comparação interanual (Tabela 6.6).

O crédito às empresas recuou 0,4% no trimestre, impactado por amortizações de financiamentos na região Sudeste, principalmente nos setores de extração de petróleo e refino de petróleo e biocombustíveis, em linhas de financiamentos do BNDES e financiamentos a exportações. Em doze meses, as regiões Sul, Norte e Centro-Oeste exibiram crescimento, impulsionado por operações de capital de giro e financiamento de veículos, enquanto Sudeste e Nordeste apresentaram retração.

No âmbito fiscal, os governos subnacionais apresentaram melhora no resultado primário, com elevação de 12,6% no *superavit* agregado, considerando os doze meses até agosto deste ano, em relação ao período correspondente no ano anterior. O montante consolidado foi favorecido pela ampliação do resultado no Norte (*superavit* em todos os estados, exceto Pará), melhora da situação fiscal no Sul e redução do *deficit* no Nordeste, desempenhos que se sobrepuseram ao decréscimo no *superavit* do Sudeste (piora da situação fiscal no RJ) e a reversão no resultado do Centro-Oeste. A dívida líquida dos governos subnacionais totalizou R\$905,2 bilhões em agosto.

Pela ótica da oferta, a produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá atingir recorde de 240,7 milhões de toneladas em 2019, volume 6,3% superior ao da safra anterior, resultante de incrementos na área colhida e na produtividade, destacando o aumento de 23,1% nas safras de milho (+18,8 milhões de toneladas), com avanços em todas as regiões. A melhora, relativamente à projeção na edição anterior deste Boletim Regional, refletiu principalmente a incorporação de novos dados para a 2ª safra de milho do Centro-Oeste, região que produziu 53,5% desse cereal. Dentre outras lavouras, destaque-se os aumentos nas colheitas de mandioca e de laranja, e a redução na estimativa para a colheita de café, em ano de bialidade negativa. O Primeiro Levantamento da Conab para a safra 2019/2020 estima expansão de 1,6% na safra de verão de grãos, decorrente de aumentos nas quantidades produzidas de soja, arroz e feijão, e redução na safra de milho.

A produção da indústria nacional recuou 0,4% no trimestre encerrado em agosto, comparativamente ao finalizado em maio (-0,9%), pela combinação

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário (Fluxo 12 meses)	
	Ago/2018	Ago/2019
Norte	-62	-3 985
Nordeste	3 139	785
Centro-Oeste	-713	222
Sudeste	-11 904	-2 982
Sul	2 353	-2 132
Total	-7 187	-8 091

1/ Por UF, totalizando governo estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

(-) *superavit*

(+) *deficit*

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação % 2019/2018
		2018	2019	
Brasil	100,4	226,5	240,7	6,3
Norte	4,0	8,9	9,5	6,2
Nordeste	11,0	19,1	19,2	0,5
Centro-Oeste	41,2	101,0	111,2	10,1
Sudeste	9,8	22,9	23,4	2,1
Sul	34,5	74,5	77,5	4,0

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2018.

3/ Estimativa segundo o LSPA de Setembro de 2019.

Tabela 6.9 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%				
		2018		2019		
		Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	100,0	3,8	-2,5	0,1	-0,9	-0,4
Norte	5,9	0,8	-0,6	-0,1	-8,2	16,8
Nordeste	9,5	7,7	-2,9	-3,5	-1,5	-1,6
Centro-Oeste	3,5	5,2	-2,8	2,0	-1,3	-0,5
Sudeste	62,7	1,9	-3,1	0,7	-0,2	0,0
Sul	18,5	7,3	0,3	0,3	1,6	-1,1

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

do decréscimo na produção da transformação e forte alta na da extrativa, favorecida pelos bons resultados do Norte e Sudeste. A taxa de crescimento da indústria do Norte destoou das demais regiões e repercutiu, em especial, a recuperação da extração de minérios de ferro no Pará, que havia recuado no trimestre anterior. A retomada da produção extrativa no trimestre – com forte alta na extração de petróleo – condicionou também a estabilidade na indústria do Sudeste, tendo em vista a queda na de transformação (automotiva). As demais regiões apresentaram recuos na produção, sendo que, no Nordeste e Centro-Oeste, tratou-se do quarto trimestre consecutivo de resultados negativos, sobressaindo as menores fabricações de celulose e de outros produtos químicos, na primeira, e de alimentos, biocombustíveis, remédios e bebidas, na segunda. Diversamente, a queda no produto industrial deu-se após quatro trimestres de elevação no Sul, o que faz com que essa região seja a única com crescimento industrial no acumulado do ano até agosto (5,0%), ante média nacional de -1,7%.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Setembro

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Total	177,1	167,2	135,3	133,6	41,7	33,6
Norte	14,2	15,5	9,5	9,7	4,7	5,8
Nordeste	13,4	11,7	15,8	15,2	-2,5	-3,5
Centro-Oeste	23,5	21,7	6,4	6,6	17,0	15,1
Sudeste	84,5	81,8	74,4	72,4	10,1	9,3
Sul	36,8	32,3	29,0	29,6	7,8	2,7
Outros ^{1/}	4,7	4,3	0,1	0,1	4,6	4,2

Fonte: Ministério da Economia

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

O comércio externo registrou redução significativa do *superavit* comercial no acumulado do ano até setembro, em relação a igual período de 2018, repercutindo a diminuição das exportações. Menores valores dos embarques foram comuns a todas regiões, com exceção do Norte, onde sobressaíram as vendas de minérios de ferro do Pará. Considerando o *quantum* exportado, apenas o Centro-Oeste apresentou estabilidade, enquanto nas demais regiões houve recuos. Destacaram-se nos embarques relativos ao Centro-Oeste, os aumentos de milho, algodão, carne de bovino e celulose, além do volume elevado de soja, ainda que em valor inferior ao correspondente em igual período de 2018. Diminuições nas exportações de soja, sobretudo para a China, e de veículos, especialmente para a Argentina, impactaram as balanças comerciais do Sul e Sudeste. As importações apresentaram redução no ano até setembro, em comparação a igual intervalo do ano anterior, refletindo retrações no Nordeste e, principalmente, no Sudeste (peso de 54,2% no valor importado), haja vista o avanço nas demais regiões. No Sudeste, observou-se contração das aquisições de bens de capital, notadamente de plataformas de perfuração/exploração de petróleo.

A inflação, medida pelo IPCA, recuou no terceiro trimestre de 2019, em comparação ao segundo, repercutindo o movimento de redução dos preços livres – que caracterizou a inflação em todas as regiões, exceto o Sul – e a menor pressão altista nos

Tabela 6.11 – IPCA

Discriminação	Peso	2019				%
		2018	Ano	II Tri	III Tri	
IPCA						
Brasil	100,0	3,75	0,71	0,26		2,89
Norte	4,7	3,13	0,81	-0,06		3,54
Nordeste	15,9	3,40	1,00	-0,03		3,19
Centro-Oeste	7,9	3,08	0,97	0,13		2,54
Sudeste	55,4	3,89	0,60	0,35		2,88
Sul	16,2	4,02	0,64	0,37		2,63
Livres						
Brasil		2,91	0,26	-0,04		2,90
Norte		1,88	0,26	-0,53		3,17
Nordeste		2,82	0,46	-0,28		3,12
Centro-Oeste		2,95	0,51	-0,08		3,04
Sudeste		2,89	0,17	-0,02		2,76
Sul		3,27	0,25	0,21		2,96
Monitorados						
Brasil		6,18	2,01	1,12		2,87
Norte		7,36	2,61	1,42		4,72
Nordeste		5,30	2,70	0,73		3,40
Centro-Oeste		3,46	2,29	0,73		1,17
Sudeste		6,74	1,80	1,34		3,18
Sul		6,28	1,78	0,86		1,66

Fontes: IBGE e BCB

preços monitorados observada em todos indicadores regionais. Dentre os preços livres, a principal contribuição baixista decorreu da variação negativa dos preços da alimentação no domicílio, exceto no Sul, onde se mantiveram estáveis. No segmento de monitorados a desinflação refletiu, especialmente, as quedas nos preços da gasolina e de gás de botijão. Consideradas as variações em doze meses, o IPCA permanece em patamar confortável em todas as regiões.

Em síntese, a atividade econômica acelerou no trimestre encerrado em agosto, reforçando o cenário de continuidade do processo de recuperação da economia nacional. Regionalmente, o crescimento generalizado sugere que a expansão ocorre de forma mais sustentada. O avanço registrado no andamento de reformas e ajustes necessários, a retomada do crédito e a recomposição da massa de rendimento, assim como inflação em níveis confortáveis e estímulo adicional decorrente da liberação de recursos do FGTS, tendem a impulsionar o ritmo de expansão no restante do ano.

Produtividade do trabalho e as horas trabalhadas

Este boxe visa complementar análises¹ relacionadas à evolução da produtividade do trabalho² no atual ciclo econômico, apresentadas no Relatório de Inflação. Para tanto, utilizaram-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (PNADC-T), da extinta Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e do Sistema de Contas Nacionais (SCN), todas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mercado de trabalho tradicionalmente se ajusta com defasagens temporais em períodos de recuperação/retração da atividade econômica, de modo que a evolução da produtividade tende a ser pró-cíclica. De forma geral, o ritmo de crescimento do produto tende a ser superior ao da ocupação no período inicial do processo de recuperação da economia. No atual ciclo de recuperação da atividade³, porém, é possível observar movimento atípico da população ocupada (PO), relativamente ao produto. Enquanto o VAB avançou 2,4% desde o seu mínimo local no 4º trimestre de 2016, a PO cresceu 2,9% na mesma base de comparação, ou 3,5% se considerarmos o seu mínimo local no 2º trimestre de 2017 (Gráfico 1).

Essa recente e atípica trajetória da PO se deve, principalmente, à expansão dos trabalhadores em arranjos informais⁴, movimento que se intensificou a partir de 2017 (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Evolução da PO e VAB – MM12M

2013 = 100

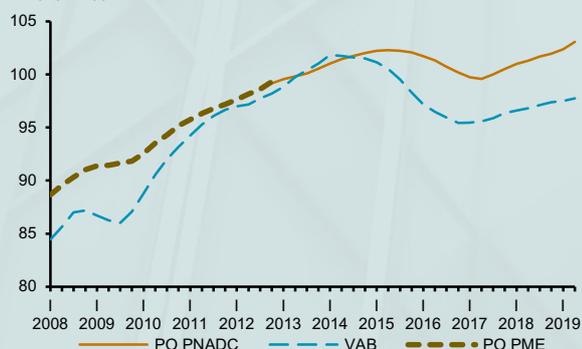
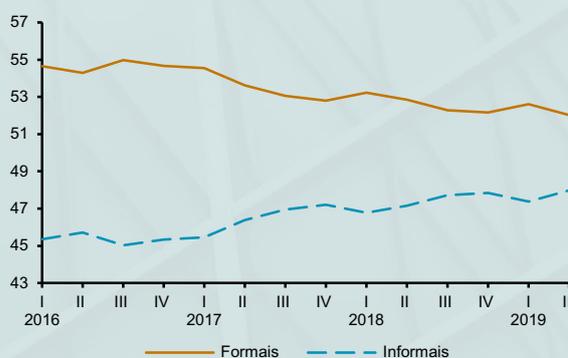


Gráfico 2 – Trabalhadores formais e informais (% da PO)



Por estar associado a setores/atividades com produtividade mais baixa, esse aumento da informalidade contribuiu, com importante parcela, para a continuidade do processo de perda de produtividade da economia (Gráfico 3).

- 1/ Vide boxes do Relatório de Inflação: “Considerações acerca da evolução da produtividade do trabalho e do nível de ocupação no Brasil”, de março/2017, “Evolução recente da produtividade do trabalho”, de setembro/2017, e “Evolução da produtividade e do rendimento do trabalho”, de dezembro/2018.
- 2/ Produtividade do trabalho medida como a razão entre o valor adicionado bruto (VAB) e a população ocupada (PO). Todos os resultados basearam-se nas séries em suas médias móveis de doze meses (MM12M). Para a PO da PME, que originalmente possui dados mensais, primeiramente foi calculada a média dos meses que compõem cada trimestre, para compatibilização com os dados da PNADC-T e do SCN.
- 3/ O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) identificou a ocorrência de vale no ciclo da economia brasileira no quarto trimestre de 2016, iniciando-se um período de expansão a partir do primeiro trimestre de 2017.
- 4/ Nesse estudo são considerados informais as seguintes categorias de trabalhadores: doméstico sem carteira, no setor privado sem carteira, no setor público sem carteira, conta própria e familiar não remunerado.

Gráfico 3 – Evolução da produtividade
Variação acumulada desde 1º trimestre de 2016 (%)



O aumento da informalidade é em parte responsável por característica importante na evolução recente do mercado de trabalho, qual seja, a continuidade do recuo de horas médias trabalhadas por trabalhador (Gráfico 5), não considerada na medida usual da produtividade do trabalho – relação entre produto e população ocupada. Observa-se o aumento da participação de trabalhadores subocupados⁵ (os informais respondem por 88% dessa parcela de trabalhadores) cuja jornada de trabalho média é reduzida – 21 horas semanais, na comparação com 41 horas dos demais trabalhadores (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Participação dos subocupados na força de trabalho (FT)
(%)



Gráfico 5 – Horas semanais médias trabalhadas



Cabe ressaltar, que ainda que de forma incipiente, também entre os trabalhadores formais há um movimento recente que impacta de forma similar o cálculo da produtividade e não é captado pelo indicador usual, associado ao aumento de participação dos trabalhadores intermitentes⁶.

Para mitigar os impactos da subocupação no indicador de produtividade é possível construir o cálculo contrafactual da produtividade ajustada (PA), corrigindo a parcela subocupada da PO. A partir desse ajuste e com base nas horas médias semanais trabalhadas dos demais trabalhadores (não subocupados) é possível obter uma população ocupada ajustada (POA), para cada trimestre j:

5/ Conforme definição do IBGE, trabalhadores subocupados correspondem aos que trabalharam por menos de 40 horas semanais, estavam disponíveis e gostariam de trabalhar por mais horas.
6/ Nova modalidade de contratação do trabalhador introduzida na reforma trabalhista de 2017. Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador.

$$POA_j = PONS_j + POS_j \frac{HMTS_j}{HMDT_j}$$

$$POA_j = PONS_j + \frac{THTS_j}{HMDT_j}, \text{ onde:}$$

PONS = PO não subocupada;

POS = PO subocupada;

HMTS = Horas semanais médias trabalhadas pela PO subocupada;

HMDT = Horas semanais médias trabalhadas pelos demais trabalhadores; e

THTS = Total de horas trabalhadas pelos subocupados.

Como pode ser observado no Gráfico 6, a trajetória recente da POA apresenta-se mais compatível com o que se espera, em geral, da evolução da ocupação em períodos de retomada de ciclo econômico. Desde o 4º trimestre de 2016, quando o VAB atinge o menor valor sob os efeitos da crise, até o 2º trimestre deste ano, o avanço da POA situou-se em 1,6%, comparativamente ao crescimento de 2,6% do VAB e de 2,9% da PO.

A evolução recente da produtividade do trabalho medida a partir da POA revela aspectos distintos em relação à medida usual, com base na PO. Apesar de também indicar queda da produtividade em 2019⁷ (Gráfico 7), a trajetória mostra um significativo período de estabilidade entre o 2º trimestre de 2017 e o final de 2018. Além disso, a variação da produtividade acumulada no período de recuperação (até o 2º trimestre deste ano) mostra-se positiva, diferente do indicado pela produtividade medida a partir da PO.

Gráfico 6 – Evolução da PO e VAB – MM12M

2013 = 100

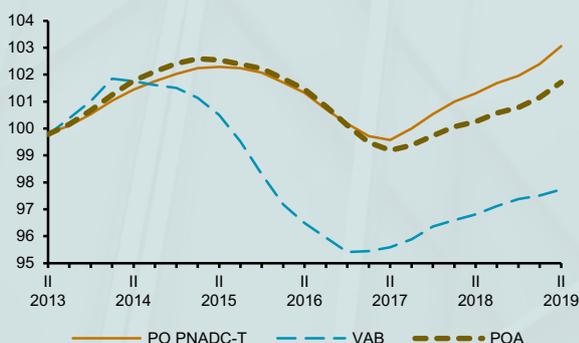


Gráfico 7 – Evolução da produtividade

Variação acumulada desde 1º trimestre de 2016 (%)



Em resumo, o processo de perda de produtividade do trabalho iniciado em meados de 2013 foi influenciado, a partir de 2017, não apenas pelos ganhos de participação na ocupação de setores de menor produtividade, mas também pela maior presença de ocupações com menor jornada de trabalho. Esse último fenômeno não é captado pelo indicador usual de produtividade, medido pela PO e, quando expurgado, sugere que apesar do recuo na margem, a produtividade do trabalho apresentou algum ganho desde 2017, movimento mais compatível com o processo gradual de recuperação da atividade econômica.

7/ Movimento compatível com o breve período de interrupção do processo de recuperação da economia no início de 2019, e retomado de forma gradual logo em sequência.

Economia paraense

A economia paraense é a décima-segunda economia do país, com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$138,10 bilhões em 2016,¹ equivalente a 2,2% do PIB nacional. Este boxe analisa a evolução econômica do Pará nos últimos anos e suas perspectivas de curto prazo.

Em 2016 o PIB *per capita*² no estado alcançou R\$16,7 mil, o vigésimo segundo entre as unidades da federação – para fins de comparação o PIB *per capita* do Brasil situou-se em R\$30,5mil no mesmo período. No estado, o maior valor de PIB *per capita* municipal foi registrado pelo município de Vitória do Xingu, R\$69,5 mil, onde está localizada a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A análise das mesorregiões do estado indica que o Sudeste Paraense com o maior PIB *per capita*, R\$24,3 mil, e o Marajó, o menor, R\$8,2 mil. Dos dez municípios com maiores PIB *per capita*, seis ficam na mesorregião do Sudeste Paraense, a maioria sede de grandes projetos minero-metalúrgicos ou de geração de energia hidrelétrica. A mesorregião de Belém, com a capital e mais dez municípios, concentra 36% do PIB e 31,5% da população do estado (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – PIB per capita por mesorregião 2016 – PA

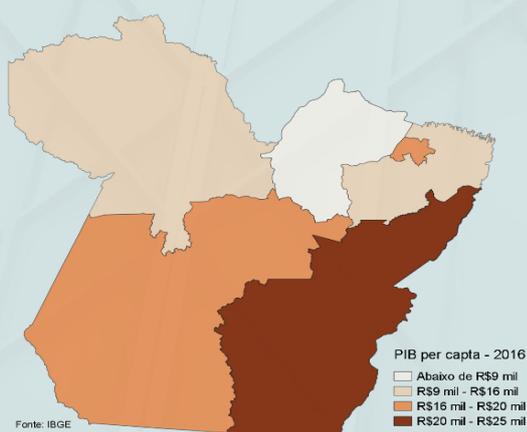


Figura 2 – Densidade Populacional por mesorregião 2016 – PA

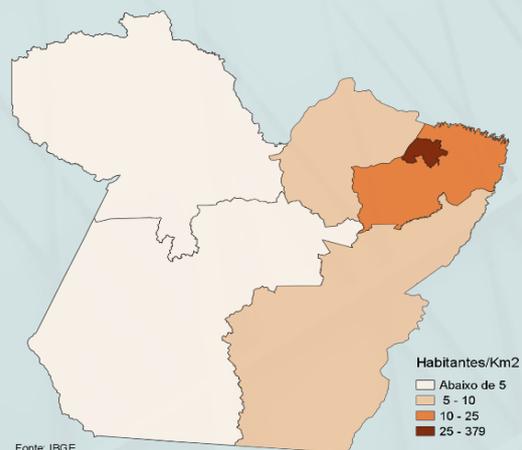
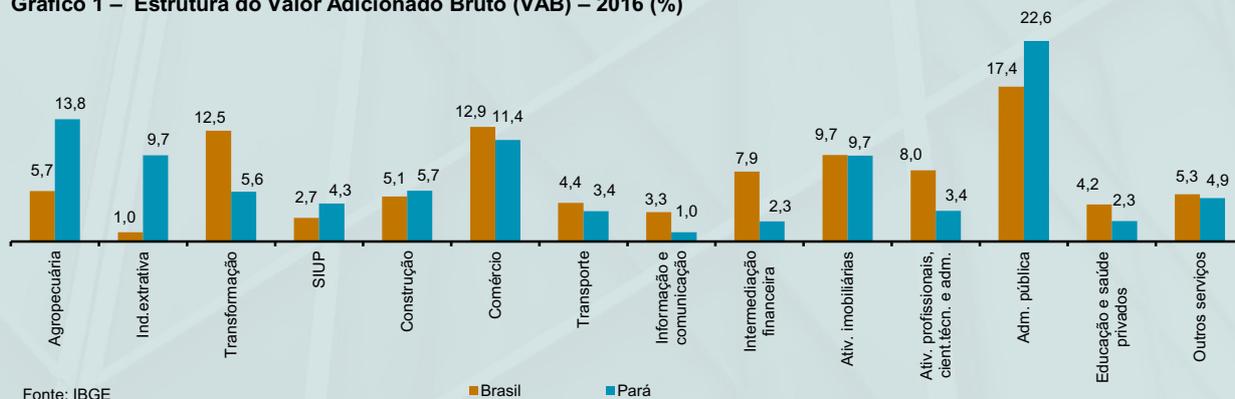


Gráfico 1 – Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) – 2016 (%)



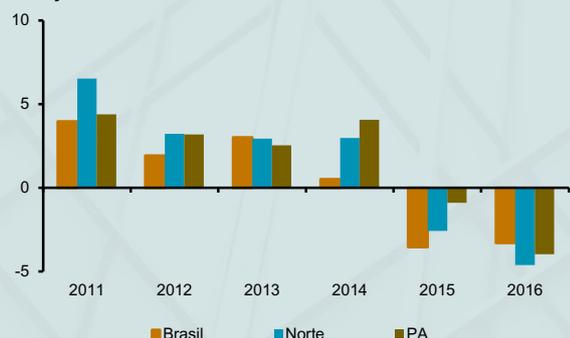
Em relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB) de 2016, a principal atividade econômica no estado é a de serviços, responsável por 61,0% do produto estadual, sendo que o setor administração pública responde por

1/ As últimas informações disponíveis sobre o Produto Interno Bruto estadual são de 2016, conforme Contas Regionais do IBGE.
2/ Os dados de PIB municipal são divulgados pelo IBGE exclusivamente em termos nominais.

22,6%, acima da média nacional (17,4%). Em segundo lugar, vem a indústria (25,3%), com destaque para a extrativa, que representa 9,7%, bem acima da média nacional (1,0%). Importante também é a participação do setor de eletricidade, gás, água, esgoto e atividades, com participação de 4,3% (Brasil 2,7%), com destaque para as usinas hidrelétricas de Belo Monte e Tucuruí, 2ª e 3ª maiores usinas nacionais. Por fim, a agropecuária representa 13,8%, igualmente acima da média nacional (5,7%).

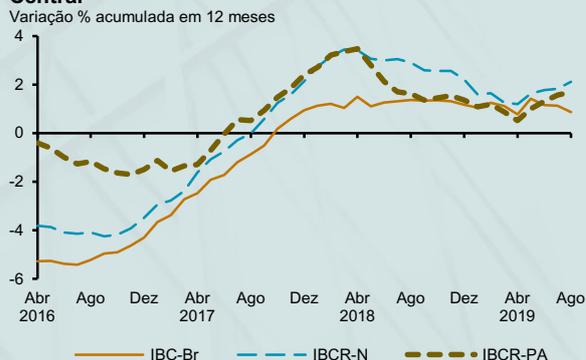
De 2010 a 2016, o PIB do Pará cresceu 9,4%, enquanto a economia brasileira avançou no mesmo período 2,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As atividades que lideraram o crescimento foram: indústria extrativa (30,8%); serviços de informação e comunicação (29,8%), educação e saúde privadas (24,6%); produção florestal, pesca e aquicultura (24,4%); e serviços de transporte, armazenagem e correio (20,4%). Por outro lado, as atividades que mais retrocederam foram a indústria de transformação (-13,3%), comércio e reparação de veículos (-7,4%) e eletricidade e gás, água, esgoto (-4,9%).

Gráfico 2 – PIB
Variação % anual



Fontes: IBGE e BCB

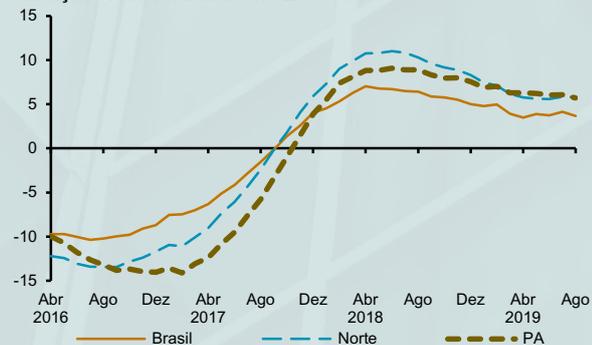
Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central



A retomada do crescimento da atividade econômica no estado após o ciclo recessivo de 2015 e 2016, pode ser analisada pelo comportamento dos principais indicadores conjunturais de 2017 a agosto de 2019. O volume de serviços não financeiros prestados no Pará apresenta período de recuo mais prolongado do que o ocorrido em nível nacional e, apesar do arrefecimento do ritmo de contração observado a partir do segundo semestre de 2018, o setor ainda não conseguiu alcançar variações positivas no acumulado em doze meses. Entretanto, estatística relacionada ao emprego corrobora com a perspectiva de gradual recuperação, sendo o setor com a maior geração líquida de novos postos de trabalho no corrente ano.

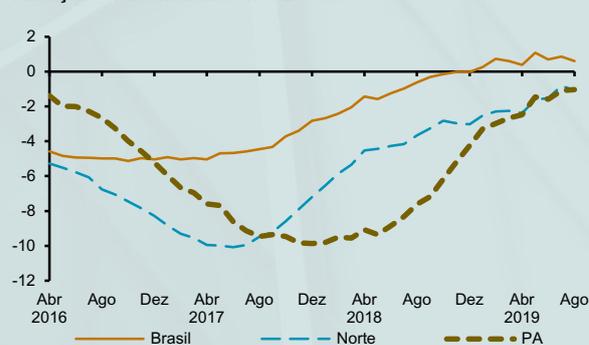
O volume das vendas do comércio no estado registra padrão de comportamento semelhante ao nacional, mas com maior amplitude tanto no processo de retração quanto na retomada. Nesse cenário, após reduções mais intensas em 2016 e boa parte de 2017, as vendas no comércio ampliadas, acumuladas em doze meses, aumentaram em ritmo superior à média nacional, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo IBGE, com crescimento de 7,5% em 2018 (5,0% no país). Dados deste ano acumulados até agosto registram incremento de 4,7% no Pará (3,5% Brasil).

Gráfico 4 – Comércio varejista ampliado
Variação % acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 5 – Serviços não financeiros
Variação % acumulada em 12 meses



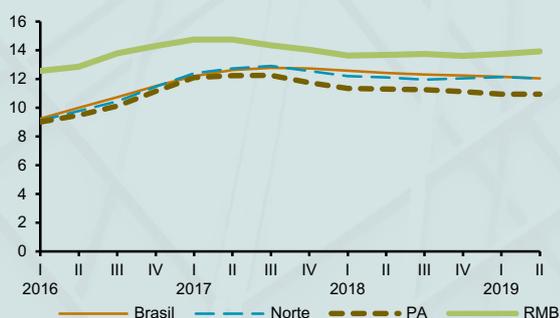
Fontes: IBGE e BCB

A retomada gradual no ritmo de atividade no estado tem se refletido no mercado de trabalho. A taxa de desocupação média anual no Pará manteve-se relativamente estável nos últimos três anos, próxima a 11,5%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (Gráfico 6). Dados mais recentes mostram que o desemprego atingiu 11,2% no segundo trimestre de 2019, patamar inferior ao nacional (12,0%) e ao da região Norte (11,8%). Entretanto, ao se examinar apenas a região metropolitana de Belém, a taxa de desemprego vem se mantendo historicamente em níveis superiores, alcançando 14,9% no último período da pesquisa, resultado bastante influenciado pelo fraco desempenho do setor de serviços, tendo em vista o forte peso que exerce na economia da região metropolitana.

O rendimento médio real do trabalho no estado atingiu R\$1.468 no segundo semestre de 2019, terceiro menor valor entre as unidades da federação e 33,7% inferior à média nacional, segundo a PNAD Contínua. O indicador cresceu 2,2% em relação ao segundo trimestre de 2016, maior que o da região norte (0,4%), porém menor que o do país (3,2%).

Gráfico 6 – Taxa de desocupação

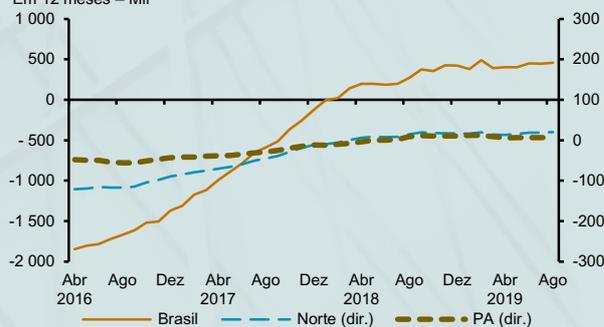
Varição % média em 4 trimestres



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 7 – Criação de novos empregos formais

Em 12 meses – Mil



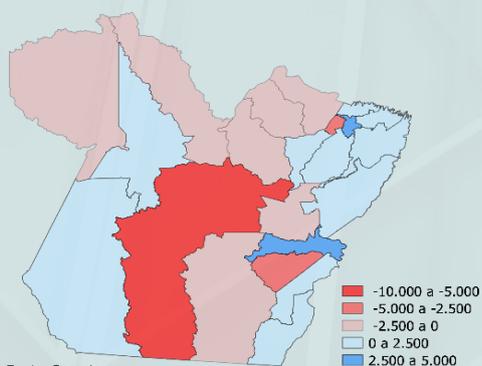
Fonte: Caged/ME

Nota: Inclui as informações enviadas fora do prazo.

Em relação ao mercado de trabalho formal, de agosto de 2016 a agosto de 2019, houve perda líquida de 7 mil postos de trabalho no estado (gráfico 8), sendo a construção civil o setor com maior número de eliminação de empregos, com destaque para as microrregiões de Parauapebas (-7 mil), impactado pela conclusão das obras de construção do complexo minerário de ferro; e Altamira (-9 mil), pela desmobilização das obras da usina hidrelétrica Belo Monte. Quanto à microrregião de Belém, o setor de comércio eliminou 4 mil vagas no período. Dados dos últimos doze meses acumulados até agosto de 2019 mostram recuperação, de forma gradual, do emprego, com aumento de 8 mil postos de trabalho (14 mil no mesmo período de 2018).

Figura 3 – Variação de Emprego Formal – Pará

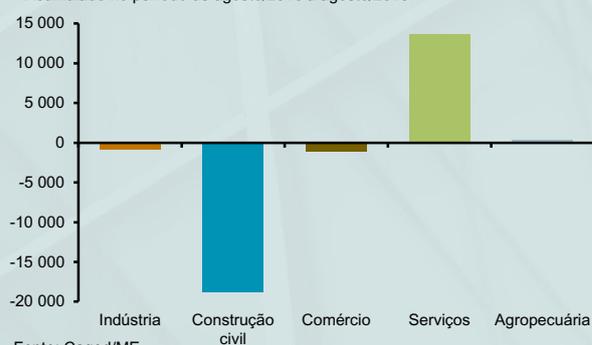
Ago/2016 a Ago/2019



Fonte: Caged

Gráfico 8 – Saldo de postos de trabalho – PA

Acumulado no período de agosto/2016 a agosto/2019



Fonte: Caged/ME

Nota: Inclui as informações enviadas fora do prazo.

O mercado de crédito no Pará se caracteriza pela maior concentração do segmento de pessoas físicas (70,7%) em relação à nacional, de 57,6% (saldo em agosto/2019), com destaque para a linha de crédito consignado. Quanto às empresas, o capital de giro detém 23,2% do saldo de operações da carteira, com a atividade econômica do comércio responsável por 22% do volume empréstimos.

O mercado de crédito, após a recessão, apresenta expansão desde 2018, com ênfase nos empréstimos às famílias (Gráfico 9). No acumulado de agosto de 2016 a agosto/2019, houve crescimento real³ na carteira de pessoas físicas em todas as vinte e duas microrregiões do estado, especialmente, em Paragominas, Portel e Itaituba. Em Paragominas, a linha de financiamento rural, com crescimento real de 41,6% no período, foi impulsionada pela expansão da produção agrícola, que concentrou 86% da soja produzida no estado, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) 2018. Por outro lado, o crédito às empresas cresceu, em termos reais, em apenas cinco microrregiões, com Altamira responsável pela maior redução (-66,9%), principalmente no crédito direcionado, nas linhas de financiamento para aquisição de bens e de outros financiamentos.

Gráfico 9 – Operações de crédito – PA

Var. % real acumulada em 12 meses



Nota: Correção pelo IPCA.

Gráfico 10 – Distribuição do crédito PJ – PA

Agosto de 2019

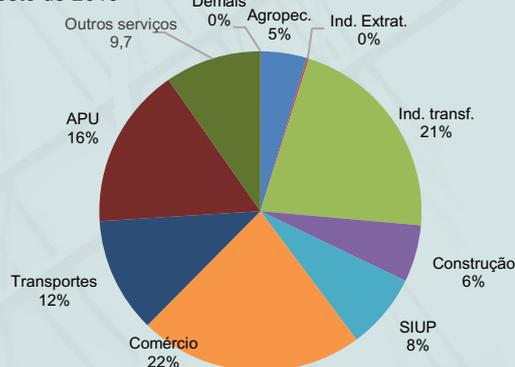
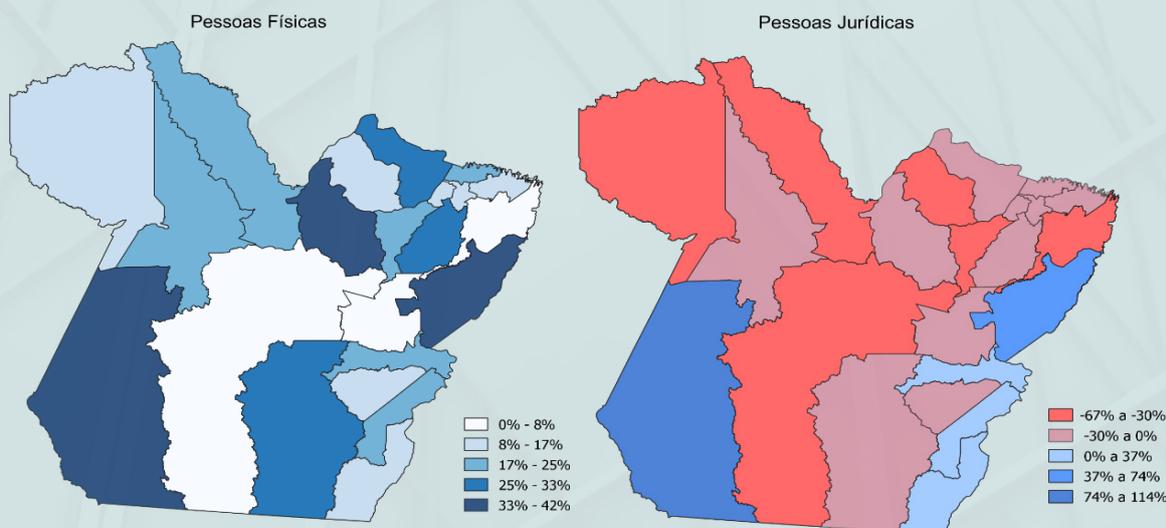


Figura 4 – Evolução real do crédito - Pará - Variação percentual entre agosto/2016 e agosto/2019



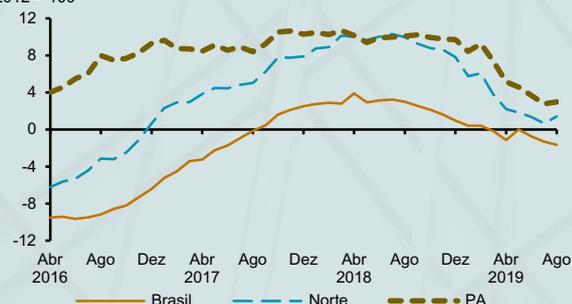
Nota: Correção pelo IPCA.

Quanto aos indicadores de oferta, a participação da agropecuária na economia do PA é bem superior ao da média nacional, 13,8% contra 5,7% (Contas Regionais do IBGE de 2016). Segundo estimativa de setembro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária do estado atingirá R\$13,4 bilhões em 2019, 56,2% oriundos da pecuária. Em termos reais, o valor bruto da produção agropecuária cresceu no Pará de 2014 a 2016 e retraiu em 2017 e 2018. A soja, ainda que relativamente pouco expressiva, vem crescendo de importância. Essa cultura representava 0,9% do VBP estadual em 2014 e passou a 1,5% em 2018, com concentração na mesorregião sudeste do estado, sendo que cinco municípios respondem por 78% da safra no período 2016-18. O açaí é a principal cultura do Pará, com valor da produção de R\$3,15 bilhões em 2018. Seguem o açaí, em ordem de importância, a soja, a mandioca e o cacau. Em relação ao VBP pecuário, o Pará situa-se em 9º lugar entre as unidades da federação.

3/ Utilizando o IPCA como deflator.

A indústria paraense é fortemente concentrada no segmento extrativo, com 76% do Valor de Transformação Industrial (VTI) ante média nacional de 13,5%, segundo a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE de 2017. A atividade predominante é a extração de minerais metálicos, que foi responsável por 47% do VTI nacional do setor. A indústria de transformação respondeu por 24% do VTI em 2017, e as atividades mais representativas são a fabricação de produtos alimentícios e a metalurgia, cada uma responsável por 7% do VTI estadual. A composição do VTI do estado tem se mantido relativamente estável ao longo da década, com exceção do biênio 2015-2016, onde houve perda de participação da indústria extrativa. Esse período caracterizou-se pela redução significativa dos preços das *commodities* principais da pauta de exportações paraenses. Em 2017, contudo, a participação da extrativa retornou à média da década.

Gráfico 11 – Produção industrial
Variação % acumulada em 12 meses
2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 1 – Valor da Transformação Industrial (VTI)
Principais produtos conforme VTI – 2017

Seções e atividades	%	
	Distrib. da ind. no PA	Represent. na indústria nacional
Indústria extrativa	76,0	18,5
Extração de minerais metálicos ^{1/}	75,7	47,1
Indústria de transformação	24,0	0,9
Metalurgia	7,0	4,8
Produtos alimentícios	7,0	1,3
Produtos minerais não-metálicos	1,6	2,1
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,5	1,6
Produtos de madeira	1,4	4,7
Produtos químicos	1,4	0,6
Bebidas	1,0	0,9
Manutenção de máquinas e equipamentos	0,4	0,9
Couro e artefatos de couro	0,3	0,6
Outros	2,4	0,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa

1/ Inclui atividades de apoio à extração de minerais.

No período de 2016 a 2018, a indústria paraense manteve forte ritmo de crescimento, com taxa média de 9,8% a.a., enquanto a indústria brasileira registrou contração (-1,1% a.a.), segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Esse dinamismo decorreu da indústria extrativa, que cresceu 13,1% a.a. fortemente vinculada ao setor externo. A indústria de transformação, em linha com a fraca demanda interna, apresentou desempenho contracionista no período (-6,7% a.a.). A fabricação de produtos alimentícios (0,1% a.a.) e de celulose e produtos de papel (0,9% a.a.) se mantiveram praticamente estáveis, enquanto as indústrias de bebidas (-5,4% a.a.), de produtos de madeira (-6,8% a.a.) e metalurgia (-9,8% a.a.) foram determinantes para o desempenho negativo no período. A indústria paraense perdeu o dinamismo em 2019, variando -0,9% no acumulado do ano até agosto, em relação a igual intervalo de 2018. A contração na indústria extrativa alcançou 1,2%, enquanto a indústria de transformação cresceu 0,7%, com destaque para a de alimentos, que expandiu 7,0% no período.

O Pará apresenta estrutura econômica voltada à geração de grandes *superávits* na balança comercial. De 2016 a 2018, o saldo anual atingiu média de US\$12,4 bilhões, respondendo por 21,6% do saldo da balança comercial brasileira no período. Na pauta de exportações paraense, o minério de ferro representou 52,2% no período, e outros minérios de cobre e alumina calcinada são também produtos de destaque, com participações de 13,6% e 9,4% respectivamente. A soja aparece dentre os principais produtos exportados, com participação média de 3,2% no período. Os principais destinos das exportações paraenses são a China (40,4%), Japão (5,6%) e Malásia (4,7%). Nas importações, o Pará apresenta um baixo volume, seja por sua estrutura produtiva pouco diversificada seja por seu nível de renda *per capita* abaixo da média nacional. No período, o volume médio de importações alcançou US\$1,1 bilhão ao ano. A quase totalidade das importações corresponde a bens intermediários (70,4%) e bens de capital (20,7%). Os principais países originários das importações do Pará foram os Estados Unidos (40,5%), Alemanha (10%) e China (9,1%).

Ao longo da última década as exportações do Pará têm se mantido relativamente estáveis em torno da média de US\$14,1 bilhões ao ano entre 2010-18. Contudo, os fatores de manutenção desse patamar de exportações

foram distintos ao longo do período. Até 2014, as vendas externas do estado foram sustentadas pelo maior crescimento dos preços comparativamente ao *quantum* exportado. Com a forte queda dos preços do minério de ferro em 2014, o incremento da quantidade embarcada sustentou o nível das exportações. Para 2019, a tendência de manutenção de saldo expressivo na balança comercial deve se concretizar. Até setembro as exportações cresceram 13%, comparativamente a 7% das importações.

Gráfico 12 – Balança comercial – PA

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



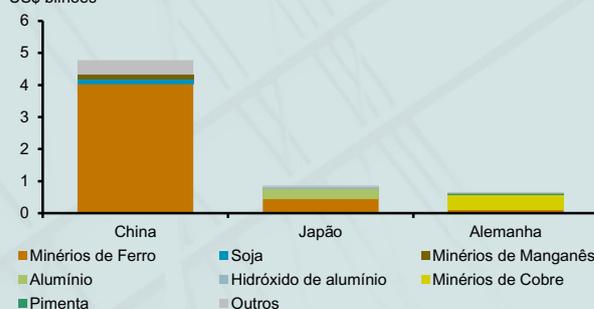
Fonte: Ministério da Economia

Nota: Exclui as exportações de plataformas de petróleo.

Gráfico 13 – Exportação do PA: média anual 2014-2018

Principais países e produtos

US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

A atividade econômica paraense mantém processo de retomada do crescimento econômico no período recente, influenciada, sobretudo, pelo desempenho do comércio e da agropecuária. O dinamismo recente é impulsionado pelos municípios do interior do estado, muito embora, a concentração da economia paraense em torno de *commodities* a torne mais vulnerável às flutuações do mercado internacional, sobretudo à demanda chinesa e à volatilidade do câmbio. As expectativas são de continuidade gradual do processo de crescimento, com possível repercussão no setor de serviços, que exerce grande importância para a economia da capital e que contribui de forma mais expressiva na expansão do mercado de trabalho.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Roberto Campos Neto

Diretor de Política Econômica

Bruno Serra Fernandes

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Coordenação Regional do Norte e Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Nordeste

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Norte e Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	Ao ano
ASF	Febre suína africana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Codace	Comitê de Datação de Ciclos Econômicos
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Depec	Departamento Econômico
EUA	Estados Unidos da América
Fecomercio SP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
Fecomércio-PE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
Fecomércio-PR	Federação do Comércio do Estado do Paraná
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FT	Força de Trabalho
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	Pontos percentuais
PA	Produtividade ajustada
PAM	Produção Agrícola Municipal
PF	Pessoa física
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PJ	Pessoa jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNADC-T	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral
PO	População ocupada
POA	População ocupada ajustada
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SCN	Sistema de Contas Nacionais
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Síndacúcar	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br